



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

PETERSON RODRIGUES MACÊDO VILAR

**SEGURANÇA INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA: o que revelam os
dados na Universidade Federal da Paraíba - UFPB**

João Pessoa

2022

PETERSON RODRIGUES MACÊDO VILAR

**SEGURANÇA INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA: o que revelam os
dados na Universidade Federal da Paraíba - UFPB**

Orientadora: Edna Gusmão de Góes
Brennand

João Pessoa

2022

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DO (A) MESTRANDO (A) **PETERSON RODRIGUES MACEDO VILAR** ALUNO (A) DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES/CE-CCSA/UFPB.

Ao 27 dias do mês de julho do ano de 2022, às 15h, no ambiente virtual hospedado no Hangout Meet, acessível pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/tcu-dkrn-ukk>, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final do (a) Mestrando (a) **PETERSON RODRIGUES MACEDO VILAR**, matrícula **20201023778**, intitulada: "**SEGURANÇA INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA: O QUE REVELAM OS DADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**", Estavam presentes os

Professores Doutores: Edna Gusmão de Góes Brennand – UFPB – Presidente/orientador(a), Dr.(a) Alexsandra Carvalho de Sousa – UFPB – Examinador(a) interno(a), Rhoberta Santana de Araújo – UFPA – Examinador(a) externo(a). A Professor (a) Edna Gusmão de Góes Brennand na qualidade de Orientador (a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente. Em seguida, passou a palavra ao (a) Mestrando(a), para que, no prazo de 30 minutos, apresentasse seu Trabalho Final. Após exposição oral, o (a) Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o (a) Mestrando (a) respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. A sessão foi suspensa pelo (a) Orientador (a), que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou o Trabalho

Final:(X)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado

com as seguintes observações: A banca Examinadora considerou o trabalho relevante e aprovou considerando que o mesmo atende aos requisitos formais e de conteúdo de uma dissertação de Mestrado. Recomendou a realização de ajustes linguísticos e a adequação das normas da ABNT.

Retomando-se a sessão, o (a) Professor (a) Edna Gusmão de Góes Brennand apresentou o parecer da Banca Examinadora o (a) Mestrando (a), bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca

Examinadora e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Tales Társis Dantas Vieira, na qualidade de Secretário do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

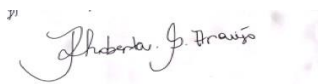
João Pessoa, 27 de julho de 2022


Edna G. de G. Brennand

Edna Gusmão de Góes Brennand
Orientador(a)



Alexsandra Carvalho de Sousa
Membro interno(a)



Rhoberta Santana de Araújo

Membro externo(a)



Rilva Lopes de Sousa Muñoz
Membro interno(a)



Guilherme Ataíde Dias

Tales Társis Dantas Vieira
Secretário do Curso

Emitido em 27/07/2022

ATA Nº 01/2022 - MPGOA (11.01.18.32)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/08/2022 16:44)
TALES TARSIS DANTAS VIEIRA
SECRETARIO
2385959

(Assinado digitalmente em 11/08/2022 16:14)
PETERSON RODRIGUES MACEDO VILAR
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
2330370

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2022**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **08/08/2022** e o código de verificação: **1dd8e402d5**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V697s Vilar, Peterson Rodrigues Macedo.

Segurança institucional e violência: o que revelam os dados na Universidade Federal da Paraíba - UFPB / Peterson Rodrigues Macedo Vilar. - João Pessoa, 2022. 147 f. : il.

Orientação: Edna Gusmão de Góes Brennand.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/de Educação.

1. Violência. 2. Violência institucional. 3. Segurança institucional. I. Brennand, Edna Gusmão de Góes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 343.97:378(043)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de violência que ocorrem na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, seja aquela praticada por alunos, por docentes, por técnicos ou a violência institucional. É feita uma pesquisa do conceito teórico de violência, passando pela avaliação de alguns indicadores de violência nacionais e indicadores do estado da Paraíba. Também se investigam diretrizes gerais e políticas públicas de prevenção à violência, tanto no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2021-2025 (UNODC) como no do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP). Os conceitos de dados e informação são analisados com base na pirâmide DIKW. Do ponto de vista da UFPB, analisamos sua Política de Segurança Institucional, suas ações e competências. Para isso, foi realizado um levantamento dos órgãos responsáveis por essa segurança: a Superintendência de Segurança Institucional (SSI), a Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR). Os relatórios produzidos por esses setores são examinados com o fim de entendermos quais são os atos violentos que ocorrem na instituição, onde eles ocorrem e como são tratados. Observou-se, finalmente, que a UFPB não possui documento formal sobre sua política de segurança interna e que os levantamentos dos dados nos diversos setores não são compartilhados entre si, de forma que não há integração institucional sobre os problemas totais de segurança na instituição.

Palavras-chave: Violência. Violência institucional. Prevenção. Política de Segurança Institucional.

ABSTRACT

The current work aims at the forms of violence that happen at the Federal University of Paraíba, whether violence committed by students, teachers, technicians, professors or institutional violence. The research is carried out on the theoretical concept of violence, through the evaluation of some indicators of national violence and indicators of the state of Paraíba. General guidelines and public policies to prevent violence are also investigated, both within the scope of the United Nations on Drugs and Crime 2021-2025 (UNODC) and the National Plan for Public Security and Social Defense 2021-2030 (NPS). The concepts of data and information are analyzed based on the DIKW pyramid. From the point of view of the Federal University of Paraíba (FUPB), we analyzed its Institutional Security Policy, its actions and competencies. For this, a survey was carried out of the bodies responsible for this security, the Institutional Security Superintendence (SSI), the General Ombudsman of the Federal University of Paraíba and the Permanent Commission for Disciplinary Administrative Process and Accountability (CPRADR). The reports produced by these sectors are examined in order to understand what are the violent acts that occur in the institution, where they occur and how they are treated. Finally, it was observed that the FUPB does not have a formal document on its internal security policy and that data collection in the various sectors are not shared with each other, so that there is no institutional integration on the total security problems in the institution.

Keywords: Violence. Institucional Violence. Prevention. Institucional Security Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide DIKW.....	49
Figura 2 - Página inicial da SSI	55
Figura 3 - Aba "Quem somos?"	55
Figura 4 - Aba "Agenda".....	56
Figura 5 - Fluxo de tratamento de manifestação perante a Ouvidoria. Erro! Indicador não definido.	8

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocorrências registradas nos anos 2016-2020.....	65
Quadro 2 - Crimes violentos contra o patrimônio	66
Quadro 3 - Violência contra patrimônio da UFPB.....	66
Quadro 4 – Processos concluídos da CPRADR.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Biblioteca Central
CA	Centro Acadêmico
Cbiotec	Centro de Biotecnologia
CCEN	Centro de Ciências Exatas e Naturais
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE	Centro de Educação
CEDESP	Centro de Desenvolvimento do Servidor Público
CEF	Caixa Econômica Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CoMu	Comitê de Políticas e Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da UFPB
CONSUNI	Conselho Universitário
CPRADR	Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização
CSI	Comitê de Segurança Institucional
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEMAT	Departamento de Matemática
ETS	Escola Técnica de Saúde
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
ODM	Objetivos de desenvolvimento do milênio
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública

PNSPSD	Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PSI	Política de Segurança Institucional
PU	Prefeitura Universitária
RU	Restaurante Universitário
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SNT	Sistema Nacional de Trânsito
SSI	Superintendência de Segurança Institucional
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SVO	Serviço de Verificação de Óbitos
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA	13
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO.....	14
4 OBJETIVOS	17
4.1 Objetivo geral	17
4.2 Objetivos específicos	17
5 INTINERÁRIO METODOLÓGICO.....	18
5.1 Tipo de pesquisa	18
5.2 Campo empírico	20
5.3 Espaço temporal	21
5.4 Fontes de investigação	22
6 DA VIOLÊNCIA	23
6.1 Definição de violência	23
6.2 A violência no Brasil e as políticas públicas de prevenção	28
6.3 A violência no estado da Paraíba.....	41
6.4 Da violência institucional	44
6.5 A violência, o crime e a contravenção	46
6.6 Violência e responsabilidades de funcionários públicos.....	47
7 DOS DADOS E DA INFORMAÇÃO	49
8 DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR QUESTÕES RELATIVAS À VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	53
8.1 Da Superintendência de Segurança Institucional (SSI).....	53
8.1.2 Da manifestação do usuário perante a Superintendência de Segurança Institucional (SSI)	56
8.2 Da Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba.....	57
8.2.1 Da manifestação do usuário perante o Ouvidoria da UFPB.....	58
8.3 Da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR).....	60
8.3.1 Da manifestação do usuário perante a CPRADR da UFPB	63
9 OS DADOS DE VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	64
9.1 Dos dados de violência da Superintendência de Segurança Institucional (SSI).....	64
9.2 Dos dados de violência da Ouvidoria Geral da UFPB.....	70
9.3 Dos dados de violência da CPRADR	71
10 DA POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	77
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
ANEXO A – Estatísticas de ocorrências 2016	92
ANEXO B – Ocorrências discriminadas 2016.....	94

ANEXO C – Estatísticas de ocorrências 2017	106
ANEXO D – Ocorrências discriminadas 2017.....	107
ANEXO E - Estatísticas de ocorrências 2018	117
ANEXO F – Ocorrências discriminadas 2018	118
ANEXO G - Estatísticas de ocorrências 2019.....	128
ANEXO H – Ocorrências discriminadas 2019.....	129
ANEXO I – Estatísticas de ocorrências 2020	137
ANEXO J – Ocorrências discriminadas 2020	138

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira convive em um contexto social no qual diariamente temos conhecimento, seja através de jornais, telejornais ou internet, de acontecimentos dos mais diversos tipos relacionados com violência que ocorrem em nossa cidade, outro lugar do Brasil ou no mundo. Lidar com a violência é uma preocupação que trespassa a história das civilizações conhecidas. O mais antigo registro legal já encontrado na sociedade humana é o Código de Hamurabi. Instituído na antiga Mesopotâmia aproximadamente no ano de 1770 a.C., continha em seu corpo normas que disciplinavam e puniam situações como roubo e homicídio (SANTIAGO, 2006).

Também encontramos normas de proteção contra a violência em outros registros antigos, como a Lei de Moisés, que disciplinava a sociedade judaica, e a Lei das Doze Tábuas, aplicada na sociedade romana.

A violência é intrigante. Apesar de universalmente condenada, ela é encontrada em todos os lugares. A maioria de nós é fascinado e atemorizado por ela. A violência é um ingrediente fundamental do nosso entretenimento (histórias infantis, literatura mundial, indústria de filmes) e um traço essencial de muitas de nossas instituições. Em muitas partes do mundo ela é notoriamente comum na vida familiar, nas relações religiosas e na história política. (LITKE apud IMBUSCH, 2003, p. 164).

A violência está presente em diversos acontecimentos históricos memoráveis na história do Brasil e mundial. Esses atos violentos foram responsáveis por uma série de consequências diretas e indiretas que impactam o mundo como conhecemos hoje.

A queda da Bastilha, evento primordial da revolução francesa, foi um ato violento que teve como efeito a transição do antigo regime monárquico para a instauração da república. Também houve o atentado contra as torres gêmeas do World Trade Center (WTC) nos Estados Unidos da América, evento extremamente violento que ceifou diversas vidas e mudou a forma como diversos países ao redor do mundo passaram a encarar o terrorismo e questões de segurança nacional (FELIPE, 2016). Na história recente do Brasil, podemos citar o regime militar como o momento em que governo e o uso da violência andavam entrelaçados. O regime governou o país durante mais de vinte anos, impactando vidas, a arte, a literatura, as universidades, influenciando toda uma conjuntura cultural. Até hoje o momento é tema

de diversos estudos acadêmicos e debates políticos.

A violência é, na maioria das vezes, facilmente reconhecida quando se manifesta, mas sua definição não é tarefa tão simples, tendo em vista suas diversas formas de expressão. Entender as violências e suas formas de ocorrência é essencial para entendermos quais os meios necessários para que possa ser combatida.

Neste trabalho, buscamos conceituar a violência fazendo um apanhado teórico do que foi escrito sobre o tema. Analisamos também a violência sobre o prisma dogmático da legislação penal brasileira, diferenciando a violência do crime e da contravenção, e tratando ainda de institutos, como a violência institucional e a violência sob o prisma dos funcionários públicos.

Todo fato violento pode ser entendido como um dado para fins estatísticos. Adentramos nos conceitos da ciência da informação sobre o que são os dados e o que é informação. A partir da definição, analisamos como a captação de dados sobre violência na Universidade Federal da Paraíba – UFPB é importante para se entender como a violência ocorre na instituição e como ela é tratada sob o prisma de uma política institucional.

Toda ação violenta pode ser reportada a determinados setores administrativos da UFPB. Esses setores são os responsáveis por tratar esses dados e dar o devido encaminhamento, a depender do tipo de violência cometida. Investigamos os três setores relacionados com a violência na instituição: a Superintendência de Segurança Institucional (SSI), a Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR), suas competências e suas responsabilidades. Através da análise documental, discutimos como os registros das ocorrências violentas são formados e como ocorre a coleta desses dados pelos setores responsáveis.

Por meio de documentos, como o relatório estratégico do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2021-2025 (UNODC) e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP), observamos quais as políticas preventivas e estratégias utilizadas pelo UNODC e pela PNSP para reduzir a violência geral. Relatórios da Secretaria de Segurança e Defesa Social do estado da Paraíba e do Atlas da Violência também serão fonte de dados para tentar entender como anda a criminalidade. Utilizaremos diversos índices, como homicídio, crimes violentos contra o patrimônio e roubo, e ainda furto de veículos, no território da Paraíba, porque os indicadores tendem a refletir na UFPB, já que a mesma é uma instituição de livre

circulação de pessoas localizada no referido estado.

Por fim, avaliamos como a UFPB está agindo com relação à sua segurança institucional, que envolve ações de prevenção e repressão, seja de forma comissiva, ao cumprir as diretrizes de sua política institucional, ou de forma omissiva com relação a esse quesito.

2 JUSTIFICATIVA

A ideia inicial deste trabalho surgiu quando, no ano de 2017, durante um evento que ocorria no auditório do Centro de Tecnologia (CT), local onde atualmente trabalho como servidor da Universidade Federal da Paraíba, dois carros foram arrombados e alguns de seus pertences internos foram furtados.

Um dos carros era de propriedade do diretor do CT, o outro era meu. Do meu veículo, furtaram alguns pertences internos de pouco valor, como bolas de futebol e óculos escuros. Do carro do diretor, o prejuízo foi maior, porque levaram o estepe do seu veículo. Ao procurar saber o que fazer e como proceder a partir daquele momento, foi-me informado que eu deveria ir até o setor administrativo que registrava as ocorrências, cujo local se situava atrás do prédio da Reitoria.

Dirigi-me até lá e fui atendido por um servidor, que perguntou o que aconteceu, escreveu um pequeno relato num livro de ocorrências e disse que era o que poderia ser feito. Foi nessa ocasião que eu soube que esse setor de registro era o “setor de segurança”, ou a SSI, ponto central do presente trabalho. Informei ao diretor de centro o que ocorreu no setor de registro para que ele também comparecesse ao setor a fim de registrar o ocorrido, já que ele também foi vítima do furto. Ele preferiu, contudo, não comparecer ao setor por achar que não haveria proveito em fazê-lo.

O mencionado evento propiciou o surgimento da ideia do trabalho, ou seja, pesquisar mais sobre o setor, sobre como as ocorrências de violência na UFPB são coletadas, o que a instituição faz ao coletar as informações e demais questões aqui debatidas. Ao pesquisar outras produções acadêmicas sobre violência e atuação da Universidade Federal da Paraíba, constatei que elas são escassas. No repositório institucional, é possível encontrar uma dissertação sobre o tema. O trabalho, escrito por Odilon do Egito Andrade Filho (2021), com o título *Violência urbana: uma análise do fenômeno na Universidade Federal da Paraíba (Campus I)*, busca identificar as violências que ocorrem no Campus I. A escassez de estudos foi também outra razão que motivou esta pesquisa e a produção desta dissertação, justificando sua produção.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

A violência é um problema global que afeta milhares de pessoas todos os dias ao redor do mundo. Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização das Nações Unidas, a violência é um problema de saúde global (DAHLBER; KRUG, 2002).

A produção científica na academia brasileira sobre violência, a relação dela com os delitos e especificamente sobre a violência institucional é vasta. Gonçalves (2017), Souza (2016) e Azevedo, Amorim e Alberto (2017) são alguns autores que trabalham os problemas em produções científicas mais recentes.

Os estudos sobre violência institucional procuram focar mais em questões envolvendo a área da saúde ou a área policial. São quesitos que envolvem gestantes, idosos ou que acontecem em determinado hospital. Na área policial, o aspecto principal envolve ações policiais sobre determinados grupos étnicos, como a população negra, ou grupos socialmente desfavorecidos, como a população mais pobre ou residente em áreas marginalizadas, como favelas, morros e grotas.

O Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021), estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, traz-nos alguns conceitos importantes e dados sobre o número de homicídios totais no país, como também os dados por cada unidade da federação. O documento sustenta quatro focos de tensão que podem reverberar diretamente na violência ocorrida em nosso país.

O primeiro foco de tensão está relacionado ao aumento de armas de fogo e munição que ocorreu no Brasil a partir do ano de 2019, quando houve a edição de decretos presidenciais e a alteração da lei 10.826/2003, o Estatuto do Desarmamento. As mudanças tornaram mais fácil o acesso a armas e munições. Estas podem chegar, das mais diversas formas possíveis, nas mãos de traficantes, assaltantes e milicianos. Além de proporcionarem que crimes passionais mediante uso de arma de fogo possam ocorrer.

O segundo foco de tensão está relacionado à vida no campo e ao recrudescimento da violência nessas regiões. O relatório denominado “Conflitos no Campo 2019” (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020) registra que houve aumento dos conflitos diários ocorridos no campo no ano de 2019. Foram registrados 5 conflitos por dia, resultando no maior patamar de conflitos nos últimos 10 anos. Foram ainda registrados 32 assassinatos, dentre indígenas, sem-terra, líderes agrários e

assentados.

O terceiro ponto de tensão está relacionado com a segurança pública e o uso de violência praticada por agentes estatais, mais precisamente os policiais. A falta de treinamento das corporações, vinculada a uma inexistência padronização de protocolos quanto ao devido uso da força resulta na vitimização tanto de civis quanto dos próprios agentes policiais.

O quarto ponto também envolve as forças de segurança, relacionando-se à sua atuação no que diz respeito à politização da corporação. Esta politização, especialmente da polícia militar, de caráter ostensivo, pode significar um risco para a paz social, a partir do momento que há repressão policial contra cidadãos ou movimentos com pensamento contrário ao que é externado na polícia, que deve agir para reprimir delitos, não opiniões ou manifestações pacíficas do povo.

A Universidade Federal da Paraíba é um espaço público aberto, de livre trânsito de pessoas. A instituição convive diariamente com fatos violentos, dos mais diversos e variados tipos, tendo como alvo as mais diversas e variadas vítimas, sejam pessoas, animais ou até a própria instituição como ente público.

Tendo em vista a grande ocorrência de atos violentos na instituição e a necessidade de tomar conhecimento da possibilidade de a instituição saber, de forma registrada, se esses atos ocorrem, se as vítimas chegam a reportar os fatos e como esses fatos são usados para aumentar a segurança em toda a instituição, buscamos analisar dados e informação de setores da instituição.

Existem setores específicos responsáveis por trabalhar a questão da violência. Atuam desde a coleta de dados, a produção de informação, até a análise estatística e o melhoramento da segurança interna.

Os setores relacionados com a violência na forma abordada no presente trabalho se relacionam diretamente com a Política de Segurança Institucional da instituição. A Superintendência de Segurança Institucional (SSI), a Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR) são os órgãos diretamente ligados à prevenção e à repressão da violência na Universidade Federal da Paraíba.

Foram solicitados os dados desses três setores sobre ocorrências registradas e passamos então a analisar a forma como ocorre a entrada de dados nos setores, como os dados são trabalhados e transformados em informação e, por fim, qual o produto de todo esse processo. Os dados foram fornecidos, analisados, e trabalhados

no presente trabalho sob a metodologia de análise documental.

O trabalho se inicia com o estudo teórico da violência e suas diversas formas de ocorrência, explorando também as políticas preventivas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2021-2025 (UNODC) e do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP). Posteriormente, analisamos o conceito de dados e informação. Em seguida, analisamos os setores, um a um, estudando seu papel institucional e destrinchando os dados que cada um deles possui. Por fim, analisamos também a Política de Segurança Institucional.

Como está figurada a Política de Segurança Institucional da UFPB? Os procedimentos de segurança adotados permitem a prevenção e a repressão dos atos de violência na instituição?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O propósito principal deste trabalho é analisar a minuta da Política de Segurança Institucional da Universidade Federal da Paraíba e ações desenvolvidas no que diz respeito à prevenção e repressão da violência.

4.2 Objetivos específicos

- Descrever a política de segurança institucional da Universidade Federal da Paraíba e os setores/canais responsáveis pelos registros de dados relativos a crimes, denúncias e ocorrências acontecidas na instituição;
- Demonstrar as ameaças mais comuns à população universitária;
- Examinar as ações de prevenção e repressão à violência;
- Identificar as medidas protetivas disponibilizadas;
- Verificar se é realizada a gestão de riscos por meio de atos normativos;
- Verificar como a instituição favorece a proteção pessoal a seus membros.

5 INTINERÁRIO METODOLÓGICO

5.1 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada neste trabalho tem como base a pesquisa documental. Esta é conceituada por Kelly (apud GAUTHIER, 1984, p. 296-297) da seguinte forma:

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Tendo em vista que os dados foram obtidos diretamente com os órgãos que os produziram, sem qualquer influência deste pesquisador, a análise documental foi o método utilizado.

O termo “documento” é adjetivado de forma genérica para tudo aquilo produzido por uma determinada fonte. Nas palavras de Apolinário (2009, p. 67), podemos conceituar documentos como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

Outros autores mencionados nos elucidam mais sobre o significado de documento e sua importância para a pesquisa científica. Scott (2016, p. 15) afirma que um documento é, em seu amplo sentido, qualquer texto escrito, e vai mais além ao afirmar “[...] contudo, documentos podem ser considerados textos incorporados fisicamente, sendo o conteúdo do texto o principal objetivo do meio físico”.

Cohen, Manion e Morrison (2017, p. 141) também compartilham sua visão sobre documentos ao conceituar:

São produtos sociais, localizados em contextos específicos, e, como tal, precisam ser interrogados e interpretados, em vez de serem simplesmente aceitos. Muitas vezes, são seletivos, excluindo deliberadamente determinados detalhes ou informações e fins de serviço e público diferente do pesquisador.

Todas as leis, resoluções, minutas de resoluções e portarias podem ser consideradas documento. Neste trabalho, a pesquisa se baseia em acesso a esses documentos públicos e também na análise de documentos gerados por órgãos

específicos da Universidade Federal da Paraíba relacionados ao setor de segurança interna.

Sem os documentos, o acesso à informação se torna inviabilizado. A própria produção e a publicização da informação é prejudicada. Toda exteriorização de entendimento em instituições precisa ser documentada. Não há dados ou informação que existam apenas na esfera do imaginário quando se trata de instituições.

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Conforme as palavras de Cohen, Manion e Morrison (2017, p. 201), “documentos são úteis em tornar mais visível o fenômeno em estudo. Podem permitir que o pesquisador tenha acesso a pessoas e assuntos inacessíveis”. Isso porque todo fenômeno precisa ser registrado e, quando falamos de registro em Instituições de Ensino Superior, remetemo-nos a documentos institucionais diversos.

Também há certas dificuldades que os documentos podem trazer em si. Todo documento deve ser estudado tendo em vista não apenas seu conteúdo, mas uma visão macro de quem o produziu, como foi produzido e o contexto de sua produção. Vários fatores internos e externos influenciam na produção de um documento. Supor que todo documento é um fim em si mesmo é um ato temerário.

Nem todos os documentos estão disponíveis a todos que queiram examiná-los. Na própria Lei de Acesso à Informação há disposições que limitam a ostensividade de certos documentos particulares e públicos. Por conseguinte, nem sempre seu acesso é um fácil caminho.

Em virtude de influência endógena ou exógena na produção documental, seu conteúdo pode ser tendencioso, capcioso e seletivo. Sua produção pode ter sido contaminada e ele mesmo não apresentar conteúdo confiável (COHEN; MANION; MARRISON, 2007).

Neste trabalho, os documentos analisados foram disponibilizados sem qualquer restrição pela UFPB. Alguns deles, como resoluções, encontram-se disponíveis em sítios da internet de fácil acesso. Alguns outros foram conseguidos diretamente com

o órgão através de requerimento administrativo.

Ao se consultar um documento, é extremamente necessário avaliar a sua credibilidade, sua autenticidade, sua relevância e seu significado (COHEN; MANION; MARRISON, 2007), bem como ainda avaliar sua clareza e compreensão (SCOTT, 2006). Assim, neste estudo, também utilizaremos uma pesquisa de natureza exploratória.

5.2 Campo empírico

A Universidade Federal da Paraíba – UFPB é uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Educação, com atribuições voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Inicialmente foi criada por uma lei estadual, a lei 1.366, no dia 02 de dezembro de 1955, e era chamada de Universidade da Paraíba.

Após cinco anos, houve sua federalização pela lei 3.835/60 e ela passou a ser denominada pelo atual nome, Universidade Federal da Paraíba. O crescimento foi contínuo, de forma que ela passou a ter sete campi em todo o território do estado da Paraíba.

Após desmembramento e criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a UFPB hoje em dia é composta por quatro campi, situados na cidade de João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape e Rio Tinto. No documento denominado *UFPB em números* (UFPB, 2019), a instituição conta com 5.870 servidores totais, contando docentes e técnicos administrativos. O número de discentes, contando graduação e pós-graduação, ultrapassa 30.000. E o número de trabalhadores terceirizados é de 1.104.

Na parte acadêmica, a Universidade Federal da Paraíba possui 124 cursos de graduação e 112 cursos de pós-graduação (UFPB, 2019). No campo de infraestrutura, conta com 22 bibliotecas, 572 laboratórios, 1.196 salas de aula, 31 residências universitárias e quatro restaurantes universitários (UFPB, 2019).

A sede da reitoria, principal prédio administrativo da instituição, situa-se no campus do município de João Pessoa. É nesse campus que se encontra a maior parte dos cursos de graduação e pós-graduação e também a maior parte da estrutura administrativa. Também concentra o maior número de servidores, terceirizados, alunos e transeuntes diversos.

A análise do trabalho se passa em toda a Universidade Federal da Paraíba.

Contempla a estrutura completa, independente do município ou campus onde os atos de violência possam ocorrer.

A UFPB, como já mencionado, tem como missão principal a geração e a difusão do conhecimento e da inovação através de três principais pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão, para que possa contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade. O ensino se dá pelos inúmeros cursos de graduação, pós-graduação, envolvendo especialização, mestrado e doutorado, cursos técnicos e também por programas que atuam no ensino fundamental e médio. A pesquisa é voltada para programas de iniciação e produção científica em diferentes áreas. A extensão é voltada para a articulação do conhecimento acadêmico produzido com aplicação junto à sociedade.

É a partir desses três pilares que todas as demais atividades da instituição se derivam, como a criação e o registro de patentes, o atendimento médico à população no hospital universitário, o oferecimento de cursos diversos à população nos mais variados campi, indo da prática esportiva a cursos de teoria musical. Nos seus mais de 60 anos de existência, a instituição teve participação direta na formação e no aperfeiçoamento de milhares de pessoas que com ela tiveram relação.

As universidades têm atribuições específicas para o desenvolvimento dos territórios. Tanto do lado do ensino, formando mão-de-obra qualificada nas mais diferentes áreas e, também, requalificando a força de trabalho já inserida no mercado; quanto do lado das pesquisas desenvolvidas em seus laboratórios, centros e grupos de pesquisa, gerando novos conhecimentos em ciências básicas que não raro auxiliam no melhoramento de atividades produtivas. (TARTARUGA, 2010, p. 66).

O aprimoramento social trazido pela UFPB é um processo contínuo que se renova sempre, seja no melhoramento dos serviços já oferecidos, seja no aumento do quantitativo dos serviços. No ramo econômico, o comércio e a movimentação financeira em geral também são afetados pelo funcionamento desta universidade, tendo em vista que nela várias atividades empresariais, como restaurantes, lanchonetes, bancos, correios e livrarias, são nela exercidas.

5.3 Espaço temporal

O espaço temporal da pesquisa foi de 2016 a 2021. O período de seis anos foi delimitado tendo em vista buscar uma análise mais atual possível, não voltando-se a

uma análise histórica de todos os atos de violência que a UFPB dispõe em seu registro.

Especificamente com relação à Ouvidoria da UFPB, o período apurado foi do ano de 2019 a 2021. Os registros anteriores a esse tempo eram encontrados apenas fisicamente nos setores. Por causa da pandemia da Covid-19, todos os servidores do setor estavam no trabalho remoto, sendo impossível tornar esses registros disponíveis. Incluímos também o ano de 2021, até a sua metade, para incrementar os dados e termos uma ideia maior das ocorrências desse setor.

Ao estudar os objetivos e as finalidades dos órgãos, os documentos analisados foram resoluções responsáveis por descreverem as finalidades dos órgãos SSI, Ouvidoria e CPRAD. O objetivo desta análise é avaliar a competência de cada setor. Também foi avaliada a Política de Segurança Institucional, que ainda é uma minuta de resolução.

5.4 Fontes de investigação

Neste estudo, como já citado anteriormente, analisaremos relatórios relacionados à violência gerados por três órgãos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que são a Superintendência de Segurança Institucional (SSI), a Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização – CPRADR. Os relatórios analisados terão sua particularidade de acordo com as atribuições do setor estudado.

Além dos relatórios, analisaremos também a minuta de resolução do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação da Política de Segurança Institucional da UFPB, além da Resolução 06/2020 do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria Geral da UFPB, da Resolução 26/2013, que dispõe sobre a normatização das competências da Comissão Permanente de Processo Administrativo da UFPB, e da Resolução 40/2018 do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação da Superintendência de Segurança Institucional da UFPB.

No que tange à contextualização da violência, recorreremos ao relatório estratégico do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2021-2025 (UNODC), ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP), a relatórios da Secretaria de Segurança e Defesa Social do estado da Paraíba e também ao Atlas da Violência.

6 DA VIOLÊNCIA

6.1 Definição de violência

A violência é um fato social presente na sociedade desde suas primeiras interações humanas. O mais antigo registro legal já encontrado na sociedade humana é o Código de Hamurabi, instituído na antiga Mesopotâmia aproximadamente no ano de 1770 a.C., que continha em seu corpo normas que disciplinavam e puniam situações como roubo e homicídio (SANTIAGO, 2006). Em outros registros antigos, como a Lei de Moisés, que disciplinava a sociedade judaica, e a Lei das Doze Tábuas, disciplinadora da sociedade romana, também encontramos normas que protegiam pessoas e bens contra ações violentas.

Do ponto de vista moderno, encontramos diversos estudos que nos ajudam a entender o conceito de violência. A Organização das Nações Unidas (ONU), no documento intitulado Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, define a violência como “o uso intencional de força física ou poder, por ameaça ou ação, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que resulta ou tem alta probabilidade de resultar em ferimento, morte, sofrimento psicológico, mal desenvolvimento ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 5).

O conceito é amplo. Inclui ações dolosas (intencionais) que provocam não só danos físicos, mas também psicológicos e emocionais. Abrange violência moral e sexual, seja ela cometida em ambientes hierárquicos (relação de poder) ou não. Inclui também atos omissivos que possam provocar qualquer tipo de dano a outrem. No entendimento das Nações Unidas, a violência é um problema de saúde mundial (DAHLBERG; KRUG, 2002).

O documento da ONU segue apontando três tipologias para violência: a chamada auto direcionada, a interpessoal e a coletiva. A auto-direcionada envolve o suicídio e ações de auto-abuso. A interpessoal envolve as violências que ocorrem no seio da instituição familiar, abrangendo qualquer forma de família, seja ligada por laços sanguíneos ou por laços de afinidade, como a violência comunitária, que é a ocorrida entre indivíduos não dotados de relação de parentesco. A violência coletiva é caracterizada pela autoria de um grupo coletivo, como uma turba, uma organização, ou até uma multidão, seja ela terrorista ou paramilitar, constituída de qualquer forma ou com qualquer finalidade.

Todos nós podemos ser vítimas de atos violentos. Sofrer violência independe da cor da pele ou raça (seja branco, preto, asiático, indígena), ou da condição financeira. Pode alcançar tanto ricos quanto pobres. Independe também do lugar porque pode ocorrer em qualquer ambiente, seja residência do indivíduo, lugares privados ou lugares públicos, como uma rua, uma praça, uma escola, faculdade ou uma universidade, como a Universidade Federal da Paraíba.

Estudos demonstram que há uma relação direta entre o sexo das vítimas de violência e o espaço de sua realização no tocante ao ambiente ser privado ou público (GONÇALVES, 2017). Em espaços públicos, as maiores vítimas são do sexo masculino, enquanto que, em espaços privados, o quadro muda e as maiores vítimas são do sexo feminino. Por serem em locais privados, a violência tende a se relacionar com relações desiguais de poder entre os sexos.

A causalidade da violência é discutida por diversos estudiosos. Minayo (2017) sintetiza que os atos violentos são pluricausais, sendo necessário observar uma gama de fatores que influenciam na concretização dessas ações.

Slavoj Žižek (2009) também partilha da aceção que a violência é um ato multifatorial. Seguindo a linha, o autor conceitua a violência como subjetiva, sendo esta mais facilmente perceptível, como um crime de homicídio. E também conceitua a violência como sistêmica a partir do momento que ela acarreta danos catastróficos que atingem o funcionamento cotidiano dos sistemas político e econômico.

Além de danos diretos àqueles que sofrem de violência, ela também gera inúmeros danos indiretos, sendo uma das principais responsáveis pela morte de pessoas entre 15 e 44 anos ao redor do mundo. Não só isso, mas atos violentos contribuem para aumento das despesas do sistema de saúde, seja no tratamento ambulatorio ou internação hospitalar (SOUZA, 2016).

O sociólogo norueguês Johan Galtung (1990) avalia a violência mediante visões sobre o potencial e o real. Para ele, violência seria a diferença entre o potencial e o real, ou seja, a diferença entre tudo o que poderia ter sido e o que realmente é (PALHARES; SCHWARTZ, 2015). Engloba tudo aquilo que se constitui um anteparo para o alcance do potencial. O autor nos alude que “insultos evitáveis para as necessidades humanas básicas e mais amplamente para a vida, fazendo que o nível real desça abaixo de níveis de satisfação do potencial possível. Ameaças de violência também são violência” (GALTUNG, 1990, 292). O conceito de Galtung (1990) não vai se restringir apenas a atos comissivos que diminuem o potencial, mas a qualquer ato

omissivo que também contribuía para essa diferença no plano real.

O autor ainda teoriza três tipologias para a violência, denominadas de violência direta, estrutural e cultural. A violência direta é aquela facilmente perceptível porque envolve a ação direta de um sujeito sobre um bem jurídico protegido (a vida, a incolumidade física, o patrimônio, entre outros). Ela abarca não só prejuízos físicos, mas emocionais e morais também.

A violência estrutural é aquela que age sobre um arcabouço social comum. Qualquer forma de distribuição não igualitária de recursos naturais ou imateriais, serviços públicos ou programas governamentais que afetam uma estrutura social será violência. Como exemplo podemos citar educação deficitária, não acesso à água potável, ausência de saneamento básico e transporte público deficiente.

Os autores desse tipo de violência são mais difíceis de serem identificados e especificados como na violência direta. Ainda mais porque muitas vezes os responsáveis são entes governamentais que agem de forma omissiva quando não concretizam determinados serviços públicos.

A última tipologia é a violência cultural. Esta é definida pelo autor como forma de legitimar as duas primeiras violências. Por cultural, entende-se diversos tipos de manifestações, seja utilizando bandeiras, hinos, pôsteres ou ainda uma manifestação artística. É tudo que possa contribuir para o reforço e a justificação das violências direta e estrutural. Na história da humanidade, conhecemos diversos regimes que se utilizavam da força cultural para legitimar a violência contra determinados grupos sociais.

A violência tem atrelado consigo um simbolismo social, que Pierre Bourdieu (1997) chama de violência simbólica. Para o autor, ela é:

Uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer [...] O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Na estrutura social que vivemos, apenas o Estado possui o poder de exercer violência, chamado de monopólio da força. Com este monopólio, o Estado toma para si o direito de exercer a violência em determinadas situações e também o direito de autorizar que, em momento específicos, terceiros a utilizem. Nenhuma outra estrutura

social, instituição ou qualquer ser deve exercer a violência sem que seja autorizada pelo Estado. Essa é a violência simbólica. Ao exercer a violência, o Estado encontra barreiras sociais e legais que, mesmo ele detendo o monopólio, o impedem de praticar violência arbitrária. No Brasil, por exemplo, é vedado ao Estado punir autores com trabalho escravo, forçado, cruel ou com pena de morte.

É com base nestas tipologias que é possível investigar formas de violência. Não se configura apenas como uma questão de segurança pessoal ou coletiva. Ao existir violência de terceiros, haverá quebra no monopólio do Estado. Essa quebra gera desconfiança e descrença social. Quando atos violentos ocorrem, de forma contínua, vai-se gerando uma atmosfera de descrença social que transmite a ideia de aceitar, tolerar ou ser capaz de inibir comportamentos violentos advindos de outros autores não permitidos.

Hannah Arendt (2004) relaciona a questão do poder estatal e a existência de violência.

[...] politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder [...] falar do poder não-violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDR, 2004, p. 35).

Para a autora, quanto mais poder, menos violência ocorre na sociedade. E o fato de haver violência demonstra ausência de poder. Violência na Universidade Federal da Paraíba representa não só ausência de poder do Estado, mas ausência de poder da própria instituição.

A distinção entre poder e violência é importante porque, para Arendt (2004), são conceitos que não carregam entre si qualquer ligação. Não é necessário haver violência para se ter demonstração de poder. Nas palavras da autora:

Certamente, uma das mais óbvias distinções entre o poder e a violência é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos [...] A forma extrema do poder resume-se em todos contra um, e a extrema forma de violência é um contra todos. E esta última jamais é possível sem instrumentos (ARENDR, 2004, p. 26).

Outra visão sobre o conceito de violência pode ser extraída dos escritos do teórico alemão Walter Benjamin (1986), que relaciona violência com o poder e o

direito. A violência seria a forma utilizada pelo *status quo* vigente para se manter no poder e ter o controle da situação. A violência, chamada de violência do direito, é o aparato utilizado para manter a ordem como ela se encontra. Emana diretamente das instituições, que são formas criadas para executar ordens do poder.

A violência então possui papel duplo na sociedade. Primeiro, ela é responsável por instaurar a ordem vigente de poder. Foi com ela que a ordem atual iniciou seu domínio. Segundo, é também através dela que o domínio é mantido. É por meio do monopólio da violência que há manutenção do poder. Nas palavras do autor:

O interesse do direito em monopolizar a violência com relação aos indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os fins de direito, mas, isso sim, pela intenção de garantir o próprio direito; de que a violência, quando não se encontra nas mãos do direito estabelecido, qualquer que seja este, o ameaça perigosamente, não em razão dos fins que ela quer alcançar, mas por sua mera existência fora do direito (BENJAMIN, 1986, p. 163).

Quando há atos de violência exercidos por aqueles que não são autorizados pelo monopólio do Estado, há uma clara ameaça na própria existência do Estado em si. A ameaça pode existir de forma incisiva, como uma grande ameaça através de um conflito armado, civil ou externo, que de fato procura exterminar ou subjugar o Estado e instaurar uma nova ordem, ou de forma gradual, através de atos de violência que não procuram abalar a estrutura estatal, mas fazem com que a confiança da sociedade no Estado seja diminuída.

Newton Garver (1986), em sua teoria sobre violência e sociedade, propõe que o foco da análise da violência deve ser a vítima. Quando se analisa a vítima do fato violento, passamos a perceber que violência vai além de danos físicos causados a outrem. Todo indivíduo, mesmo com suas limitações, possui capacidade para se determinar culturalmente, de forma artística, e de se expressar utilizando idioma, por exemplo. O indivíduo carrega em si toda uma bagagem social. Todos esses aspectos podem ser afetados pela violência quando ela atinge não só a capacidade física, mas a nossa capacidade de tomar decisões.

Há violência quando os atos provocam a completa destruição ou diminuição da capacidade de outrem para “ação ou para a interação, tanto em relação à integridade física como em relação ao processo de tomada de decisão. O elemento central da violência consiste na negação da capacidade da pessoa” (LITKE, 1992, p. 162).

Garver (1986) ainda elucida uma diferenciação teórica entre o que chama de

violência aberta e violência tranquila. A aberta é a perceptível pela sociedade no momento que é exteriorizada, como uma agressão ou um furto. A violência tranquila ocorre na ausência de agressão física a bens ou pessoas. Aqui, o conceito se expande e a violência tranquila pode estar relacionada à violência institucionalizada.

A violência pode ser percebida pela sociedade de várias formas. O modo como ela se manifesta influencia todos os afetados diretamente ou indiretamente. John Swamley (SWAMLEY, 1972) classifica a manifestação da violência de duas formas distintas: aberta ou encoberta. A aberta é aquela percebida facilmente, como atos de terrorismo, guerra, revolução, roubo, tudo que implica o uso de objetos e armas para ferir ou infligir terceiros. A violência encoberta é aquela que, se ocorre de forma institucionalizada, impede que os indivíduos sejam plenamente livres. Nesse conceito, o autor afirma que a obrigatoriedade de alistamento militar é uma forma violência.

Todo esse apanhado teórico reforça a ideia de que a violência pode se manifestar de muitas formas e possuir consequências diversas. Os danos do ato violento costumam ser sentidos logo após sua ocorrência, mas há casos em que os danos surgem depois, com o passar do tempo. A dor sentida pode ser leve ou intensa. A duração pode ser curta ou prolongada no tempo. Há ainda vítimas de violência que jamais retornam ao seu estado físico ou mental anterior, tornado permanente suas consequências.

6.2 A violência no Brasil e as políticas públicas de prevenção

Após termos entrado nas definições de violência segundo diversos teóricos, vamos entender, neste tópico, como ela é contextualizada e trabalhada de forma preventiva no Brasil.

Existe um diploma legal, a lei 13.675/2018 (BRASIL, 2018), que trata da organização e do funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Porém, não só isso, ela também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPSD e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

A finalidade da criação da PNSPSD e do SUSP é preservar a ordem pública, como também a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Isso porque a segurança pública é claramente um dever de todos os entes em conjunto, União, estados, Distrito Federal e municípios.

No artigo 4º da referida lei, encontramos alguns princípios basilares elencados

que devem guiar toda a PNSPSD:

I - respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos; II - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública; III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana; IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais; V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; VI - eficiência na prevenção e na redução de riscos em situações de emergência e desastres que afetam a vida, o patrimônio e o meio ambiente; VII - participação e controle social; VIII - resolução pacífica de conflitos; IX - uso comedido e proporcional da força; X - proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente; XI - publicidade das informações não sigilosas; XII - promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública; XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições; XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade; XV - relação harmônica e colaborativa entre os Poderes; XVI - transparência, responsabilização e prestação de contas.

Nota-se que os princípios buscam trazer um olhar humanitário sobre a atuação das forças de segurança. Não deve existir atuação estatal com desrespeito às garantias e aos direitos individuais.

As diretrizes gerais se encontram no artigo 5º da referida lei, em um rol exemplificativo de mais de vinte e cinco incisos:

I - atendimento imediato ao cidadão; II - planejamento estratégico e sistêmico; III - fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis; IV - atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana; V - coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos e instituições de segurança pública nas fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, respeitando-se as respectivas atribuições legais e promovendo-se a racionalização de meios com base nas melhores práticas; VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional; VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; VIII - sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional; IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública; X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade; XI - padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de

equipamentos de interesse da segurança pública; XII - ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas; XIII - modernização do sistema e da legislação de acordo com a evolução social; XIV - participação social nas questões de segurança pública; XV - integração entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no aprimoramento e na aplicação da legislação penal; XVI - colaboração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública na elaboração de estratégias e metas para alcançar os objetivos desta Política; XVII - fomento de políticas públicas voltadas à reinserção social dos egressos do sistema prisional; XVIII - (VETADO); XIX - incentivo ao desenvolvimento de programas e projetos com foco na promoção da cultura de paz, na segurança comunitária e na integração das políticas de segurança com as políticas sociais existentes em outros órgãos e entidades não pertencentes ao sistema de segurança pública; XX - distribuição do efetivo de acordo com critérios técnicos; XXI - deontologia policial e de bombeiro militar comuns, respeitados os regimes jurídicos e as peculiaridades de cada instituição; XXII - unidade de registro de ocorrência policial; XXIII - uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos; XXIV - (VETADO); XXV - incentivo à designação de servidores da carreira para os cargos de chefia, levando em consideração a graduação, a capacitação, o mérito e a experiência do servidor na atividade policial específica; XXVI - celebração de termo de parceria e protocolos com agências de vigilância privada, respeitada a lei de licitações.

Dentre essas diretrizes, ressaltamos o atendimento imediato ao cidadão que necessita da ação dos agentes de segurança pública, o fortalecimento das ações de prevenção e a resolução pacífica de conflitos, buscando políticas de redução da letalidade violenta, a participação social do povo nas questões relativas de segurança e o planejamento estratégico e sistêmico.

Também encontramos os objetivos da referida política elencados no artigo 6º:

I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes; II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos; III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública; IV - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis; V - promover a participação social nos Conselhos de segurança pública; VI - estimular a produção e a publicação de estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas; VII - promover a interoperabilidade dos sistemas de segurança pública; VIII - incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização

para a repressão aos crimes transfronteiriços; IX - estimular o intercâmbio de informações de inteligência de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres; X - integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas; XI - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal; XII - fomentar o aperfeiçoamento da aplicação e do cumprimento de medidas restritivas de direito e de penas alternativas à prisão; XIII - fomentar o aperfeiçoamento dos regimes de cumprimento de pena restritiva de liberdade em relação à gravidade dos crimes cometidos; XIV - (VETADO); XV - racionalizar e humanizar o sistema penitenciário e outros ambientes de encarceramento; XVI - fomentar estudos, pesquisas e publicações sobre a política de enfrentamento às drogas e de redução de danos relacionados aos seus usuários e aos grupos sociais com os quais convivem; XVII - fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção; XVIII - estabelecer mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações implementadas; XIX - promover uma relação colaborativa entre os órgãos de segurança pública e os integrantes do sistema judiciário para a construção das estratégias e o desenvolvimento das ações necessárias ao alcance das metas estabelecidas; XX - estimular a concessão de medidas protetivas em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade; XXI - estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares; XXII - estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública; XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta; XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios; XXV - fortalecer as ações de fiscalização de armas de fogo e munições, com vistas à redução da violência armada; XXVI - fortalecer as ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos.

Destacamos os objetivos de fortalecer as ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos, enrijecer as ações de fiscalização de armas de fogo e munições, com vistas à redução da violência armada, reforçar os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídio, e priorizar políticas de redução da letalidade violenta.

O objetivo principal da criação do SUSP é proporcionar uma forma de atuação dos órgãos de segurança de forma cooperativa, harmônica, integrativa e sistêmica entre todos os entes e todos os seus órgãos de atuação, englobando desde a polícia federal ao corpo de bombeiros militar e a guarda municipal.

Há também um sistema extremamente importante para a segurança pública do país denominado Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais,

de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas, o SINESP.

O órgão também é disciplinado na referida lei 13.675/2018 (BRASIL, 2018) e possui como finalidade compilar, armazenar, tratar e integrar todas as informações e todos os dados que auxiliem a formulação, a implementação, a avaliação e o acompanhamento das políticas de segurança pública.

O artigo 36º da lei determina que os objetivos do SINESP são:

I - proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas de segurança pública e defesa social; II - disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas; III - promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública e defesa social, criminais, do sistema prisional e sobre drogas; IV - garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo conselho gestor.

Parágrafo único. O Sinesp adotará os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade dos sistemas informatizados do governo federal.

O SINESP presta o serviço de publicizar para a sociedade os dados e estatísticas de tudo que é relativo à segurança pública do Brasil. Analisaremos alguns dados mais adiante.

Do ponto de vista da concretização de todos esses princípios, diretrizes e objetivos da PNSPSD, iremos encontrar as políticas de prevenção à criminalidade que são adotadas de forma nacional e também pelas Secretarias de Segurança Pública dos demais estados da federação.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC possui como missão a contribuição para a paz e a segurança mundial, salvaguardar direitos humanos e o desenvolvimento, tornando o mundo um lugar mais seguro contra as drogas ilícitas, o terrorismo, a corrupção e crimes, ao promover, junto aos estados-membros, a justiça e o fortalecimento do estado de direito.

O UNODC produziu um relatório de estratégia para o quinquênio 2021-2025 (UNODC, 2021), no qual estabelece algumas políticas de prevenção geral, em diversas frentes, com fins de reduzir a criminalidade. A estratégia já analisa, inclusive, os impactos da pandemia da Covid-19 no mundo e seus efeitos/reflexos na criminalidade global.

A pandemia, sendo responsável por fazer com que o PIB global diminua em mais de 5% (UNODC, 2021, p. 3), faz com que a pobreza se intensifique, acarretando aumento da precariedade, que também influencia no aumento da criminalidade.

A criminalidade afeta todos os setores da sociedade, tendo como foco de risco a população mais jovem (UNODC, 2021). Porém, ela vai mais além, afetando também o planeta como um todo, já que a criminalidade também está relacionada a crimes ambientais, como extração e corte ilegal de madeira e minério, caça ilegal e comércio de animais silvestres e de espécies ameaçadas de extinção, comércio ilegal de plantas e flora em geral e ainda danos causados por pesca ilegal. Em outras palavras, a conduta criminosas afeta não só a geração atual, mas conjuntamente a geração futura, podendo trazer graves problemas aos biomas naturais.

Conforme explanado, os crimes ocorrem dos mais diversos tipos, afetando os mais diversos bens jurídicos protegidos. Portanto, cada meio de atuação criminosas merece ter uma política de enfrentamento específica para tal conduta. Não se combate crime organizado da mesma forma que se combate a corrupção. Não se combate o homicídio com a mesma política aplicada para se combater o aumento de crimes ambientais.

Pensando dessa forma, o documento da UNODC é dividido em cinco áreas/temas gerais. A primeira área de enfrentamento é o problema mundial relacionado com as drogas.

As ações preventivas para combater o problema do tráfico de drogas e a consequente dependência dos usuários compreendem: o foco na pesquisa das interligações entre a questão das drogas e o desenvolvimento sustentável, a paz, a segurança e os direitos humanos; o apoio aos estados-membros na atividade de implementar os compromissos da política internacional de drogas; o fortalecimento do acesso ao tratamento dos transtornos causados pelo uso de drogas; o fortalecimento ao acesso a reabilitação, recuperação, reintegração social, como também a prevenção, o cuidado e o tratamento do HIV/AIDS e das hepatites virais; a disseminação de questões sobre direito humanos e ideologia de gênero, mais especialmente nas camadas mais vulneráveis; abordar a ligação entre as drogas e o crime organizado transnacional, o que também inclui crimes praticados de forma cibernéticas, a corrupção, o tráfico, crimes financeiros e terrorismo; fortalecer o cumprimento das leis nacionais que abordam o combate às drogas e também expandir o papel e a capacidade do próprio laboratório da UNODC para auxiliar o apoio aos

Estados-membros.

Compreende-se que as frentes determinadas pela UNODC no combate às drogas tratam esse problema não de forma isolada, mas também relacionado a outros crimes que corroboram o problema das drogas, como o crime organizado e crimes financeiros.

As atividades alcançam também a própria recuperação dos dependentes químicos e sua subsequente reabilitação, tendo em vista que um dependente não tratado é um foco de irradiação de ações criminosas.

Nos anos 2000, quando a humanidade vivia a passagem para um novo milênio, a ONU lançou um compromisso global objetivando o desenvolvimento comum dos povos. Esse documento foi chamado de Objetivo e Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Inicialmente foram construídos oito objetivos principais que envolviam erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível e, por último, o trabalho decente e crescimento econômico. Os objetivos eram acompanhados de metas a serem desenvolvidos pelos países-membros.

No ano de 2015, houve o vencimento para execução destes objetivos. Então, após tratativas, foi criado um novo documento chamado de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015). Foram acrescentados diversos outros, resultando num total de dezessete. Dentre os acréscimos, o objetivo dezesseis – paz, justiça e instituições eficazes - possui relação direta com a atuação eficaz dos estados no combate à violência (ONU, 2015). Esse objetivo tem como finalidade “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (IPEA, 2018, p. 409).

Para ajudar no cumprimento desse objetivo, foram criadas metas pela própria Organização das Nações Unidas. O Brasil tratou de ampliar algumas metas para ter um alcance maior no cumprimento do objetivo 16 da ODM. As metas são as de reduzir de forma significativa todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, reduzindo também a taxa de 1/3 de feminicídio e de homicídio de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e população LGBT; também busca-se proteger todas as crianças e adolescentes de

todo abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as formas de violência; o fortalecimento do estado de direito e a garantia do acesso à justiça a todos, especialmente com relação àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade; a redução, até o ano de 2030, dos fluxos financeiros e armas ilegais, o reforço e a recuperação de recursos roubados e o combate a todas as formas de crime organizado; a redução da sonegação fiscal, da corrupção e do suborno; ampliar a transparência e a efetividade das instituições, em todos os níveis; a garantia da tomada de decisão, inclusive responsiva, participativa e representativa de forma geral; a ampliação e o fortalecimento da participação brasileira nas instituições de governança global; até o ano de 2030, fornecer identidade civil a toda a população, incluindo o registro de nascimento, especialmente aos ciganos, quilombolas, indígenas, povos tradicionais de matriz africana e de terreiros, ribeirinhos e extrativistas, mulheres trabalhadoras rurais, população em situação de rua, população em situação de privação de liberdade e população LGBT; também assegurar o amplo acesso à informação e proteger as liberdades fundamentais, sempre observando o ordenamento jurídico nacional e diplomas internacionais; o fortalecimento das instituições relevantes, até mesmo por meio de cooperação internacional, para a construção de capacidades preventivas de violência, crime e violação a direitos humanos; e, por último, busca-se promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas (IPEA, 2018).

No Brasil, temos a lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006), que institui a política pública nacional de drogas - incluindo medidas de prevenção, definição de crimes, procedimentos processuais específicos - e trata também da cooperação internacional no que tange a essa política.

A segunda área de atuação se relaciona com o crime organizado. Atualmente temos a lei 12.850/2013 (BRASIL, 2013), que define as organizações criminosas, trata sobre as infrações penais e procedimentos específicos no combate a esses crimes.

As diretrizes de combate envolvem a disseminação de conhecimento especializado entre órgãos governamentais, que também engloba conhecimentos sobre combate ao tráfico de pessoas, contrabando de imigrantes e de armas de fogo; ajuda a países a proteger as vítimas do crime organizado e também na proteção às testemunhas; o apoio para os países desenvolverem legislação e aprimorar os sistemas de justiça para reduzir impunidades (o Brasil já possui essa legislação); o combate ao crime cibernético e suas interseções com o crime organizado, que também está ligado ao combate a crimes de lavagem de dinheiro, terrorismo e

corrupção; e incentivar operações conjuntas entre países para combater o crime organizado transnacional.

A terceira área de foco mundial na prevenção de criminalidade está relacionada ao combate a crimes de corrupção e crimes contra o sistema financeiro. Os focos são a facilitação da disseminação de conhecimento no que tange ao combate a crimes econômicos; fomentar novos meios de cooperação internacional para, principalmente junto a instituições financeiras regionais e internacionais, combater a corrupção e recuperar ativos oriundos de lavagem de dinheiro.

A quarta e penúltima grande área está no combate ao terrorismo. Em relação ao terrorismo, as políticas preventivas são a de prevenir o extremismo violento nos países, que é um dos fatores que pode influenciar no surgimento de grupos terroristas, abordando suas causas e consequências, principalmente no que tange à juventude; o fortalecimento e enrijecimento de meios para o combate ao financiamento de grupos terroristas, envolvendo participação do sistema judiciário; propiciar que a legislação e todo o sistema jurídico dos Estados-membros estejam alinhados com os instrumentos internacionais e regionais.

A última área/tema geral é a prevenção ao crime e a justiça criminal. A estratégia da UNODC envolve a promoção e a implementação de padrões de prevenção geral ao crime e de avaliação da justiça criminal, a fim de se avaliar a pacificidade da sociedade, o acesso à justiça, a morosidade do sistema judicial e a punição aos crimes; busca-se também o fortalecimento dos estados-membros na assistência técnica necessária para aprimoramento legislativo no combate ao tráfico de drogas, o crime cibernético, o crime organizado e o terrorismo; e, por último, o incentivo à cooperação internacional entre os sistemas de justiça criminal dos países com o fim de se reduzir as vulnerabilidades.

No âmbito interno, o governo federal instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 – PNSP. Esse documento atua de forma a somar nas diretrizes e nos objetivos do UNODC. Não são documentos excludentes entre si (BRASIL, 2021).

O PNSP é dividido de forma geral em cinco grandes grupos. Cada grupo tem suas próprias metas específicas a serem alcançadas e também o documento estabelece estratégias gerais para atingir os resultados almejados.

O grupo 1 é chamado de mortes violentas. Todas as mortes que são fruto de atos violentos, sejam no âmbito doméstico de violência contra a mulher ou resultado

de mortes no trânsito, são aqui contabilizadas (BRASIL, 2021). As metas para o grupo envolvem a redução da taxa nacional de homicídios para abaixo de 16 por 100 mil habitantes até 2030. A taxa de homicídios nacional, no ano de 2019 (IPEA, 2021, p. 5), é de 21,7 por 100 mil habitantes (BRASIL, 2021, p.17).

A segunda meta envolve a redução da taxa nacional de lesão corporal seguida de morte para abaixo de 0,30 por 100 mil habitantes. No ano de 2018, a taxa apresentada no nosso país foi de 0,44 por 100 mil habitantes (BRASIL, 2021, p. 17).

A terceira meta do grupo 1 envolve a redução da taxa nacional de latrocínio. A taxa apresentada no levantamento realizado em 2018 representava 0,97 por 100 mil habitantes. O objetivo dessa meta é atingir uma taxa nacional de 0,70 pelos mesmos 100 mil habitantes (BRASIL, 2021, p. 17).

A quarta meta envolve diretamente as mulheres. Ela se relaciona com as mortes violentas sofridas pelas mulheres no país. No ano de 2018, a taxa do Brasil era 4,09 vítimas fatais por 100 mil habitantes. A PNSP planeja atingir uma taxa de 2 mortes por 100 mil habitantes até 2030 (BRASIL, 2021, p. 18).

A última meta do grupo 1 envolve a violência no trânsito. A taxa buscada pela PNSP é de 9 mortes por 100 mil habitantes. O país apresentou um número de 17,54 mortes por 100 mil habitantes no levantamento realizado no ano de 2017 (BRASIL, 2021, p. 18).

O segundo grupo trabalhado pela PNSP envolve a proteção dos profissionais de segurança pública. Esse grupo envolve todas as mortes, mesmo as violentas, tendo em vista que são um grupo de profissionais de número restrito e que lidam diretamente com criminalidade. As metas nesse grupo envolvem a redução de 30% em números absolutos do total dessas vítimas e também a redução do suicídio desses profissionais no mesmo patamar de 30%. Profissionais de segurança, por razões diversas, possuem um alto índice de suicídio. A meta visa a combater esse problema (BRASIL, 2021, p. 18).

O terceiro grupo envolve roubos e furtos de veículos. Esse grupo possui esses dois índices envolvidos porque entende-se que o furto de veículos é utilizado muitas vezes como meio para se praticar roubos com o veículo de terceiros. Assim como também muitos casos de latrocínio ocorrem quando há ação de furtar veículos.

As metas envolvem a redução da taxa nacional de furtos de veículos para abaixo de 140 ocorrências a cada 100 mil habitantes. O último levantamento, de 2018, indicava que a taxa de furtos a cada 100 mil habitantes no país era de 236,40.

(BRASIL, 2021, p. 20).

Já no tocante à meta para reduzir o número de roubos, os números buscados são 150 ocorrências para cada 100 mil habitantes. A taxa nacional do levantamento de 2018 mostrava que os números no Brasil eram de 241,11 roubos para os mesmos 100 mil habitantes (BRASIL, 2021, p. 20).

O quarto grande grupo envolve o sistema prisional. As políticas de prevenção envolvendo o sistema prisional envolvem a busca pela redução da reincidência criminosa, as melhores condições de vida nos presídios no cumprimento de pena e a redução da superlotação total.

Apesar de envolver políticas públicas gerais, como incentivo à educação, melhores condições de saneamento básico, saúde e todas essas questões de atenção primária ao indivíduo que contribuem para a redução da incidência criminosa, a redução da superlotação passa pelo aumento do número de presídios construídos no país. Como consequência, uma das metas desse grupo é aumentar em 60% o quantitativo de vagas no sistema prisional. O número de vagas no levantamento de 2017 era de 423.242 mil. A meta é atingir 677.187 mil até 2030. (BRASIL, 2021, p. 21).

As outras duas metas envolvem aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividade laboral, saltando de 127.514 mil em 2017 para 363.414 mil até 2030. E também aumentar o número de presos que exercem atividades relacionadas ao estudo e à educação. O objetivo é aumentar os mesmos 185%, chegando a 218.994 mil até 2030. Os números do levantamento de 2017 informavam que a população carcerária que exercia atividades educacionais era de 76.840 mil (BRASIL, 2021, p. 21).

O último grande grupo de trabalho da PNSP são ações de prevenção de desastres e acidentes. A finalidade é trabalhar a moradia precária da população que, em virtude do crescimento não planejado e desordenado, edifica em áreas de risco, seja em favelas, morros, grotas ou margens de rios, provocando acidentes e incêndios. Consequentemente, pode ocasionar perda de bens patrimoniais e da própria vida.

A meta nesse grupo é atingir em 50% o índice de vistorias das unidades locais (unidade de produção numa região geográfica onde ocorre atividade econômica) por meio de alvarás e licenças. O índice do levantamento de 2018 era de 30% (BRASIL, 2021, p. 23).

Após verificar todos esses grupos e as metas do país para melhorar a segurança pública, tendo em vista o PNSP, veremos agora as estratégias adotadas para que esses objetivos sejam alcançados.

A primeira estratégia é promover, viabilizar, executar e aprimorar todas as ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do país. Isto é, sistematizar as ações contando com todos os entes federativos e todos os seus órgãos de segurança (BRASIL, 2021).

A segunda estratégia visa a desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de medidas preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais. A estratégia procura coadunar as ações dos setores públicos com as dos setores privados, já que estes setores também atuam, em diversas frentes, na implantação de políticas de segurança (BRASIL, 2021).

A estratégia 3 é aperfeiçoar e melhorar a atuação, a coordenação estratégica e a integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social para o enfrentamento de delitos transfronteiriços e transnacionais, inclusive com a ampliação do controle e da fiscalização nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos (BRASIL, 2021).

O Brasil é um país continental e possui uma extensão zona fronteira, fazendo divisa com nove países da América do Sul. A proteção das fronteiras é essencial para evitar o fortalecimento de organizações criminosas, tráfico de drogas e crimes transnacionais em geral.

A quarta estratégia é aperfeiçoar a gestão de ativos provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de todos os atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados, como também promover o seu correto uso. Aqui procura-se obter a melhor destinação dos produtos e proveitos do crime, seja na destinação precisa dos bens desviados, se alguma entidade específica, ou na utilização dos produtos do crime pelos diversos órgãos públicos, inclusive os de segurança pública, como carros e armamentos apreendidos (BRASIL, 2021).

No quinto passo estratégico, temos o a medida de qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas. Conforme já explanado, no país já há legislação específica para drogas, crime organizado, lavagem de dinheiro e corrupção, como a lei de improbidade

administrativa. O objetivo maior é, além de qualificar, concretizar os referidos diplomas jurídicos via processo judicial (BRASIL, 2021).

A sexta estratégia é a de qualificar e fortalecer a atividade de investigação e perícia criminal, com a finalidade de melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais. O propósito aqui é fazer com que mais crimes sejam investigados e seu processo penal seja finalizado, trazendo condenação ou absolvição do acusado. O fortalecimento evita que processos judiciais ou investigações sejam encerrados por falta de provas ou pela incidência da prescrição penal (BRASIL, 2021).

A estratégia de número sete se refere a padronizar a tecnologia e integrar todas as bases de dados sobre segurança pública entre os entes União, estados, Distrito Federal e municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp, do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito – SNT. Não só isso, também contar com a ajuda de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (*machine learning*) para categorização e análise (BRASIL, 2021).

A oitava estratégia é a de fortalecer a atividade de inteligência das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com objetivo de aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações (BRASIL, 2021). As ações de inteligência possuem um papel importante porque agem predominantemente de forma preventiva, diminuindo incidência de atos violentos.

Como estratégia número nove, temos a de promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura de todos os órgãos de segurança pública e defesa social. Essa estratégia, novamente, engloba os órgãos de todos os entes federativos, União, estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2021).

A décima estratégia é classificada como aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social através da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos (BRASIL, 2021). O incentivo a estudo acadêmico na área de violência é extremamente importante porque contribui para que toda a sociedade passe a entender melhor o fenômeno da segurança pública. Da mesma forma, capacitar os

agentes da área irá proporcionar uma atuação mais precisa no combate à criminalidade.

A estratégia onze se refere ao objetivo de aperfeiçoar as condições de cumprimento de medidas restritivas de direitos, das penas alternativas à prisão e de penas privativas de liberdade, com a finalidade de humanização do processo e redução dos índices gerais de reincidência (BRASIL, 2021).

A última estratégia elencada, a décima terceira, é a de desenvolver e fomentar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às mulheres, aos jovens e a de diversos outros grupos vulneráveis, bem como ao desaparecimento e ao tráfico de pessoas (BRASIL, 2021).

Essa diretriz procura unir e coalizar setores públicos e privados no combate à criminalidade e no fortalecimento da paz social. Sabemos que os entes federativos, através de seus diversos órgãos, são os principais responsáveis pela atuação na segurança pública. Porém, em diversas situações específicas, setores privados atuam, direta ou indiretamente, de forma supletiva. A postura da estratégia é a de procurar uma soma e integração entre esses dois setores.

Todas essas estratégias, todos os objetivos do PNSP e UNODC são meios de se buscar o fortalecimento da segurança pública e a diminuição da criminalidade, seja através do enfrentamento da violência contra a mulher, seja no enfrentamento da violência sexual contra menores ou na busca da diminuição do número total de homicídios. Todas essas políticas procuram, de forma uníssona e conjuntural, diminuir a criminalidade e violência que ocorre em nosso país.

6.3 A violência no estado da Paraíba

Após citar alguns números sobre a violência no Brasil, faz-se necessário explicar algumas estatísticas do estado da Paraíba. Isso porque a UFPB se encontra territorialmente no referido estado e todas as ocorrências violentas que nela se passam também refletem no número total de estatísticas gerais do estado da Paraíba. E da mesma forma, a violência no estado da Paraíba tende a refletir na violência praticada dentro da UFPB.

Na Paraíba, tivemos, no ano de 2019, uma taxa de homicídio por cem mil habitantes de 23,7. Em números totais, os homicídios foram de 1.244 no mesmo ano

(IPEA, 2021). No ano de 2021, segundo estatística do portal da Secretaria de Segurança e Defesa Social, tivemos uma taxa de 28,6 homicídios por cem mil habitantes, num total de 1.161 vítimas desse crime no referido ano (PARAÍBA, 2021). A título de comparação, a taxa nacional foi de 22,3 homicídios por cem mil habitantes, ou seja, o estado da Paraíba continua tendo mais mortes por crimes violentos letais e intencionais que a média do Brasil. Dessas mortes, 81% delas tiveram como instrumento do crime a arma de fogo e 93% foram vítimas do sexo masculino (PARAÍBA, 2021).

Quando se trata de do crime de latrocínio, crime patrimonial de roubo qualificado pela morte da vítima, o número foi de 22 mortes no ano de 2021. Representa uma queda em relação ao ano de 2020, no qual ocorreram 26 vítimas do referido crime, mas longe do número de 14 latrocínios registrados em 2014 (PARAÍBA, 2021).

Um dado interessante sobre a investigação de crimes da Paraíba é que, dos inquéritos policiais abertos no estado, apenas 16% deles são concluídos com elucidação do crime e com a prisão do autor. Quando se fala em elucidação de inquérito sem prisão, temos uma taxa de apenas 37% dos inquéritos abertos. (PARAÍBA, 2021). Ou seja, a taxa de inquéritos concluídos no estado da Paraíba não chega nem a 50%.

Existe uma estatística específica para crimes violentos patrimoniais. Ela engloba os atos que ocorreram em estabelecimento comercial, residência e na via pública. Houve um aumento total desses crimes no ano de 2021 com relação ao ano de 2020, passando de 5.500, aproximadamente, para quase 6.600. Desse total, o maior índice de ocorrência desses crimes acontece em via pública, seguido dos que ocorrem em estabelecimento comercial e, em último lugar, os que acontecem nas residências das vítimas (PARAÍBA, 2021).

Por fim, com relação aos números de roubos e furtos de veículos automotivos, tivemos um salto de uma taxa de 323,4 veículos furtos ou roubados no ano de 2020 para 340,1 no ano de 2021. A taxa já leva em conta o aumento absoluto da frota de veículos no estado. Ou seja, nesse quesito, também houve aumento de violência (PARAÍBA, 2021).

Além das estatísticas apresentadas relativas a todo o estado da Paraíba, é necessário ainda tratar de algumas estatísticas específicas da cidade de João Pessoa. O motivo principal é porque o Campus I da UFPB se localiza no referido município e,

como veremos adiante, a maior parte das ocorrências registradas e estatísticas que a SSI forneceu para esta pesquisa são relativas à cidade de João Pessoa. No mesmo portal onde se encontram as estatísticas estaduais podemos encontrar alguns dados sobre a cidade e os crimes que nela ocorreram.

Para fins estatísticos e administrativos, o estado da Paraíba é dividido em quatro grandes regiões. João Pessoa se situa na primeira região. Dos homicídios totais ocorridos no estado, a primeira região é responsável por 42,26% dos crimes letais. No ano de 2021, a taxa dessa região foi de 36,6 mortes por 100 mil habitantes, bem acima da taxa estadual de 28,6. É a região com a maior porcentagem de homicídios (PARAÍBA, 2021).

Essa primeira região também é dividida em 6 áreas de controle. João Pessoa é dividida em duas áreas, a zona norte e a zona sul. A zona norte da cidade tem uma participação de 11,96% nos crimes letais intencionais e a zona sul tem uma participação de 8,09%. Em outras palavras, João Pessoa tem uma porcentagem de participação de 20,05% de todos os homicídios ocorridos na primeira região. É a área de maior taxa (PARAÍBA, 2021).

Em números absolutos, o município de João Pessoa teve um total de 232 registradas no ano de 2021 relativas a homicídio. É o primeiro lugar do estado com números muito acima das demais cidades. Santa Rita, município vizinho, segundo lugar com mais homicídios no estado, registrou 70 mortes (PARAÍBA, 2021).

Comparando com dados dos anos anteriores, em 2019, tivemos 192 mortes registradas. O número aumentou no ano de 2020 e voltou a aumentar também no ano de 2021, mas ainda assim registra números menores do que já foram registrados nos anos de 2011 a 2018, com 594 e 274 mortes, respectivamente (PARAÍBA, 2021).

Especificamente sobre o latrocínio, no município de João Pessoa, foram registrados apenas 2 no ano de 2021. Nesse ponto, o município com maior número de casos foi Campina Grande, com 4 episódios de latrocínio no mesmo ano (PARAÍBA, 2021).

Sob o ponto de vista investigativo dos crimes violentos letais e intencionais, a primeira região, onde ocorre a maior parte desses crimes, é a região com a menor porcentagem de elucidação destes crimes em todo o estado da Paraíba. Apenas 22% dos fatos são elucidados e só em 9% dos casos elucidados o autor do crime é preso (PARAÍBA, 2021).

Quando levantamos os números dos crimes violentos patrimoniais em João

Pessoa, os registros são impressionantes. A área da zona norte do município registrou 1885 crimes e a zona sul registrou 1535, só no ano de 2021. Um total de 3420 crimes violentos patrimoniais. Um número expressivo se compararmos com outras cidades com maiores registros, que são Campina Grande, com 536, e Santa Rita, com 417. João Pessoa teve quase sete vezes mais crimes violentos registrados do que a área com mais registros no estado da Paraíba (PARAÍBA, 2021).

Observa-se que os números de João Pessoa são expressivos de forma que a violência ocorrida na capital supera, ao todo, todas as outras regiões do estado. Mesmo sendo a capital a região mais populosa, os números são preocupantes, principalmente com relação a crimes patrimoniais. A disparidade para outras cidades é imensa. E veremos, mais adiante, como esses números também são refletidos nas ocorrências internas da UFPB.

6.4 Da violência institucional

Após conceituar a violência no tópico anterior, é necessário detalhar o que é a violência institucional. Isso porque o trabalho se dá numa análise de atos que acontecem dentro da Universidade Federal da Paraíba.

Conforme explanado no tópico anterior, Garver (1986) ao definir a violência tranquila, relaciona-a com a violência institucionalizada. Quando a agressão parte de instituições, muitas vezes o impacto social é tolerado, diferente da violência aberta, que atinge diretamente bens ou pessoas. O autor cita ainda como forma de violências institucionalizadas guerra, terrorismo, racismo, sexismo e escravidão.

Fleury, Bicudo e Rangel (2017) definem ainda a violência institucional como:

A violência institucional (VI) é definida como aquela exercida nas/pelas instituições prestadoras de serviços na área da saúde, justiça e educação, que inclui uma ação ou omissão, desde a falta de acesso à má qualidade destes serviços, que tem como principal causa as relações assimétricas de poder entre usuários e profissionais (FLEURY; BICUDO; RANGEL, 2017, p. 14).

O Ministério da Saúde também traz sua definição da seguinte forma:

Violência institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção

mais restrita de dano físico intencional. Esta violência pode ser identificada de várias formas [...] (BRASIL, 2001, p. 21).

A Universidade Federal da Paraíba é uma instituição que oferece diversos serviços de ensino para diferentes idades e em múltiplas áreas. Os projetos de pesquisa e extensão estão diretamente ligados à população, além de contar com um hospital universitário que atende a centenas de pessoas diariamente. Ela pode praticar violência institucional ao não responder a denúncias e requerimentos realizados por usuários, oferecer tratamento inadequado junto à população ao agir com rispidez e negligência, não prevenir de forma adequada que atos de violência ocorram em suas instalações, permitir que bens públicos sejam deteriorados e diversos atos relacionados principalmente à má execução de seus serviços.

É importante destacar que a violência institucional pode ser praticada de forma voluntária ou não. Há casos em que, de forma dolosa, as instituições funcionam e executam atos com os fins de praticar danos a pessoas ou bens, independente do motivo aparente. E há casos em que a violência ocorre de forma culposa, sob forma de má prestação de serviço. Nos dois exemplos, ocorre danos a terceiros.

Além da visão direta de descumprimento de mandamento legal perpetrado por um agente público, pode acontecer de a própria norma que disciplina a conduta do estado ser injusta de tal forma que ela contribua para legitimar a violência institucional (AZEVEDO; AMORIM; ALBERTO, 2017).

A importância de se analisar, mais na frente, os dados de violência na Universidade Federal da Paraíba é de verificar se a violência que nela ocorre também é institucional ou apenas praticada por particulares.

Recentemente, enquanto esse trabalho era produzido, houve a sanção da lei 13.321/2022, que incluiu na lei 13.869/2019, a lei de abuso de autoridade, um artigo específico sobre a violência institucional:

Violência Institucional

Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade:

I - a situação de violência;

II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa

§ 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).

§ 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena em dobro (BRASIL, 2022).

Nota-se que o verbete, por também fazer parte da lei de abuso de autoridade, analisa positivamente o crime de violência institucional sob um viés bastante específico, que é quando o agente é vítima ou testemunha em algum processo penal e sofre intimidações ou é obrigada a passar por procedimentos desnecessários. É um viés restritivo, mas não deixa de ser um avanço que busca proteger vítimas de ações do Estado.

6.5 A violência, o crime e a contravenção

Após apresentar o conceito de violência na seção anterior, é necessário explanar sobre o conceito de crime para evitar que os institutos se confundam. Para entender o que é crime, precisamos procurar a legislação brasileira porque, diferente do conceito de violência, o conceito de crime é restrito, possui suas peculiaridades e, quando ocorre, recebe uma resposta específica dos órgãos de segurança pública e do poder judiciário.

A Lei de Introdução ao Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.914/40 define os conceitos de crime e contravenção da seguinte forma:

Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (BRASIL, 1940).

Para uma determinada conduta ser considerada crime ou contravenção ela precisar estar positivada, ou seja, ser disciplinada em lei. Lei prévia vai determinar qual é o crime, descrevendo a conduta. Em seguida, irá disciplinar o bem jurídico protegido pelo ordenamento e determinará uma pena caso haja uma infração a essa norma.

Conforme artigo supra, a diferença entre crime e contravenção se dá de acordo com a pena cominada nas condutas. Sendo as penas dos crimes bem mais severas que as da contravenção. No tocante ao número de condutas que podem ser qualificadas como crime ou contravenção, as condutas criminosas são em maioria e se encontram espalhadas em diversas leis, não se encontrando apenas no código

penal. Já as contravenções estão disciplinadas no Decreto-Lei nº 3.688/41 (BRASIL, 1941a), a chamada Lei das Contravenções Penais.

A violência, quando ocorre, não necessariamente dará origem a um crime ou a uma contravenção. O bem jurídico da vítima que sofre violência nem sempre será tratado pelas leis penais. Entretanto, isso não irá afastar o caráter violento de determinada conduta. Violência e conceitos penais são institutos separados e não devem ser confundidos.

6.6 Violência e responsabilidades de funcionários públicos

Quando tratamos da Administração Pública, precisamos entender que ela é regida por regras específicas que disciplinam suas relações. São postulados diversos dos imbuídos aos particulares.

Hely Lopes Meirelles (2005, p. 82) explica a diferença entre esses postulados nos seguintes dizeres: “Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

São denominados funcionários públicos todos aqueles que possuem determinado vínculo com a Administração Pública e agem em nome dela. A esses, são aplicados determinados diplomas legais que irão determinar seus direitos, deveres, condutas, proibições e penalidades.

No tocante à Universidade Federal da Paraíba, por se tratar de uma autarquia do Poder Executivo Federal, todos os funcionários públicos a ela ligados são regidos pela Lei nº 8.112/1990 (BRASIL, 1990).

O diploma legal disciplina em seu artigo 127 as penalidades que estão sujeitas a todos que infringirem suas normas. São eles:

Art. 127. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Dessa forma, a depender da conduta do funcionário público, a violência praticada por ele pode resultar em advertência, suspensão ou até em demissão.

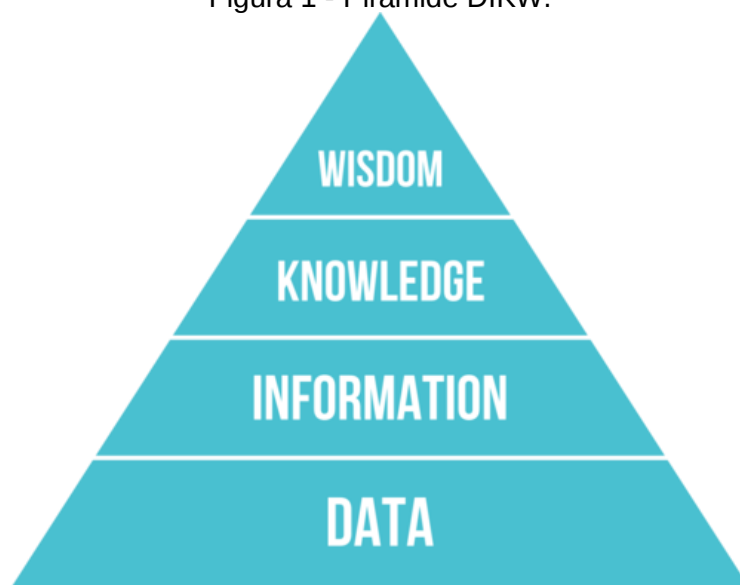
Por conseguinte, pelo exposto anteriormente, verificamos que, a depender da violência perpetrada por um indivíduo, a consequência pode ser um crime ou uma contravenção, que irá variar de acordo com o diploma legal que a conduta praticada se enquadrar. No caso de esse sujeito ativo for um funcionário público, o ato poderá gerar uma penalidade funcional. Ainda, a depender da ação, o mesmo ato pode ser responsável na esfera administrativa, como também na esfera penal, pois as persecuções são independentes.

7 DOS DADOS E DA INFORMAÇÃO

Quando se propõe a analisar os dados dos diversos setores que trabalham com violência na Universidade Federal da Paraíba é necessário entender o que são dados e como ocorre a formação da informação sobre essas ocorrências.

O estudo dos dados e da informação faz parte de um espectro teórico que envolve diversos campos de ciências diversas, como a administração, a gestão do conhecimento, a arquivologia e parte de ciência da computação.

Figura 1 - Pirâmide DIKW.



Fonte: Strategy Box.

Russel Ackoff, ao escrever seu artigo “From data to wisdom em 1989”, teorizou o que ficou conhecido como a pirâmide DIKW (as iniciais DIKW se referem aos termos *data*, *information*, *knowledge* e *wisdom*). Esta pirâmide é um modelo que vai descrever como ocorre o processo de formação do conhecimento, tendo como base da pirâmide os dados, em seguida a informação, depois o conhecimento, e o topo sendo formado pela sabedoria.

Dados podem ser conceituados como “símbolos que representam as propriedades de objetos e eventos” (ACKOFF, 1989, p. 3). São quaisquer símbolos utilizados para representar determinado objeto. Esses símbolos podem ser qualquer meio existente para representar determinada coisa. São “uma sequência de símbolos quantificados ou quantificáveis” (SETZER, 2015, p. 1). E ainda, nas palavras Setzer (2015):

Também são dados fotos, figuras, sons gravados e animação, pois todos podem ser quantificados ao serem introduzidos em um computador, a ponto de se ter eventualmente dificuldade de distinguir a sua reprodução com o original. É muito importante notar-se que, mesmo se incompreensível para o leitor, qualquer texto constitui um dado ou uma sequência de dados (SETZER, 2015, p. 1).

O olhar do autor é uma visão voltada para a ciência da computação, mas é plenamente entendível que o dado seria qualquer material bruto, cru ou primitivo, capaz de quantificar determinada coisa.

Rowley (2007) compila uma série de definições sobre os dados. Para ele, os diversos autores definem dados como material que é ausente de valor ou significado, pois existe sem qualquer contexto ou análise interpretativa. São a descrição elementar e básica de qualquer coisa registrada.

E como analisa Liew (2007), dados são leituras de sinais e símbolos, gravados e armazenados. Incluem nessa definição letras, palavras e textos, números, imagens, vídeos e diagramas.

Após a base, a segunda estrutura da pirâmide é formada pela informação. Ackoff (1989) conceitua a informação como o dado que, após conexões e relações, passa a possuir significado.

Rowley (2007) foca em diferenciar os conceitos de dado e informação, porque, apesar de serem conceitos completamente diferentes, há muita confusão sobre os termos. Informação seria o dado formatado, que teria a incumbência de representar a realidade.

Seria também o dado “que agrega valor à compreensão de um assunto”. É o dado moldado, trabalhado, de modo a se tornar significativo para determinados indivíduos. É o dado “processado para um propósito” (ROWLEY, 2007, p. 164).

O dado que se torna uma informação vai variar de acordo com quem o absorve e vai conseguir produzir determinado significativo. Esse processo de tradução de significativo é definido por Choo (2006) como estruturação cognitiva. A estruturação cognitiva vai atribuir um sentido a um fato notado. É um processo que atingirá apenas aquelas capazes de tornar o dado significativo.

Liew (2007) entende que a informação tem como objetivo central auxiliar o indivíduo na tomada de decisão ou na resolução de problemas e questões. Por isso a figura do indivíduo que recebe a matéria bruta é essencial.

Setzer (2015, p. 1) sintetiza a informação como “uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa”. Dessa forma, podemos entender que a informação é o entendimento que determinado indivíduo atribui a um dado recebido. Esse entendimento é pessoal e envolve o desenvolvimento do receptor, experiências passadas e nível de cognição. Determinado dado por ser informação para uns, mas não ser informação para outros.

O conhecimento, o terceiro piso da pirâmide, é conceituado por Ackoff (1989) como o conjunto de toda informação coletada, independente de ela ter sido compreendida ou não.

Diferente dos conceitos de dado e informação, que possuem definições com pontos em comum entre teóricos, a definição de conhecimento é mais conturbada. Então, os conceitos e as definições vão abarcar noções completamente diferentes e complexas a depender de quem os definem.

Pearlson e Saunders (2004) se manifestam no sentido de entender o conhecimento como a compreensão e o entendimento humano sobre determinada área que foi adquirida através de experiência e estudo. Alguns autores vão além e estabelecem níveis de conhecimento como o tácito e o explícito. O tácito seria aquele que a codificação é inexistente. O explícito consegue ser codificado, registrado, e pode ser compartilhado. O tácito, em outras palavras, seria a prática e a habilidade de saber fazer. O explícito, por ser codificado, é passível de ser transmitido através de um meio como a linguagem, por exemplo (NONAKA; TAKEUCHI, 1995).

O topo da pirâmide DIKW é formado pela sabedoria. A sabedoria seria a habilidade de se projetar as consequências e os resultados de um acontecido. É o poder de discernimento entre o certo e o errado, o mal e o bem (ACKOFF, 1989).

Porém, a sabedoria é o conceito mais complexo da pirâmide, porque, à medida que a pirâmide vai se estreitando, as definições entre os autores vão se divergindo e o debate sobre a sabedoria perde o foco. Os autores costumam concentrar os debates e escritos sobre os três primeiros níveis da pirâmide.

A importância da pirâmide se adequa à necessidade de entender como os dados sobre violência são gerados na Universidade Federal da Paraíba. Cada vez que um determinado crime ou comportamento que deve ser reportado às instâncias de apuração de irregularidades da Universidade, tem-se a geração de dados.

Esses dados, ao serem tratados e entendidos pelos órgãos administrativos,

tornam-se informação. Essa informação será responsável por trazer entendimento aos tipos de ocorrências que acontecem no território da Universidade. As violências que ocorrem com mais frequência, bem como entender se há relação entre os crimes e o local em si são frutos da informação.

Extraí informação dos dados apresentados aqui com relação ao que ocorre na Paraíba vai nos ajudar a entender como está a violência no estado, seja com relação à taxa de homicídios em comparação à média nacional, ao número de crimes violentos patrimoniais ou qualquer outra estatística. Podemos também compreender se as políticas preventivas estão devidamente aplicadas à medida que os dados nos mostram redução de atos violentos.

8 DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR QUESTÕES RELATIVAS À VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Neste capítulo, examinaremos a competência dos três órgãos envolvidos nas questões de violência na UFPB e também verificaremos como ocorre a manifestação dos usuários perante eles.

8.1 Da Superintendência de Segurança Institucional (SSI)

O documento institucional que trata da SSI é a Resolução 40/2018 do Conselho Universitário (CONSUNI), aprovada em 30 de janeiro de 2019. O artigo primeiro da resolução define a finalidade da SSI da seguinte forma:

Art. 1º. A Superintendência de Segurança Institucional – SSI é um órgão suplementar da Reitoria responsável pelo planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades relacionadas à segurança institucional da Universidade Federal da Paraíba, nos limites impostos pela Política de Segurança Institucional (UFPB, 2018, p. 2).

O papel da SSI é de órgão central com relação a atividades de planejamento, execução e avaliação no que tange à segurança institucional da UFPB. E conforme indicado também, a Política de Segurança Institucional (PSI) é quem vai delimitar os limites da SSI.

A estrutura administrativa é tratada no artigo terceiro da resolução, que divide a SSI no papel do superintendente, secretaria e cinco gerências, a de planejamento e acompanhamento dos serviços de segurança institucional (GPASS), a de operações de segurança (GOS), de controle, informação e tecnologia (GCIT), a de conformidade (GC) e a de almoxarifado, cadastro e patrimônio setorial (GAPS).

No artigo quarto, encontramos a parte de competência da SSI:

I – coordenar as ações do Comitê de Segurança Institucional – CSI, vinculado à Reitoria, que deve atuar como órgão consultivo e propositivo em questões estratégicas de segurança, ao qual caberá, inclusive, promover a articulação com os órgãos de segurança pública municipal, estadual e federal, dentro de uma concepção sistêmica de proteção e salvaguarda institucionais;
II – elaborar o Plano de Segurança Institucional (PSI) e contribuir com a elaboração da Política de Segurança Institucional da UFPB que deverá ser apreciada pelo CONSUNI;

III – implantar programas de gestão do conhecimento em segurança institucional no âmbito da UFPB, através da utilização de sistemas informatizados para controle de segurança e banco de dados de segurança, e estimular uma cultura de inovação para a área, inclusive promovendo estudos, avaliações e aplicações de novas tecnologias, táticas, técnicas e procedimentos de segurança;

IV – coordenar e orientar as atividades de segurança institucional desenvolvidas nos campi da Instituição de forma integrada;

V – estabelecer os mecanismos e procedimentos necessários às comunicações e ao intercâmbio de informações e conhecimentos no âmbito da UFPB, observando medidas e procedimentos de segurança e sigilo, com base na legislação pertinente em vigor;

VI – dispor de coletes de proteção balística, rádios transceptores portáteis, veículos e outros equipamentos de uso individual ou coletivo, necessários ao exercício de suas funções;

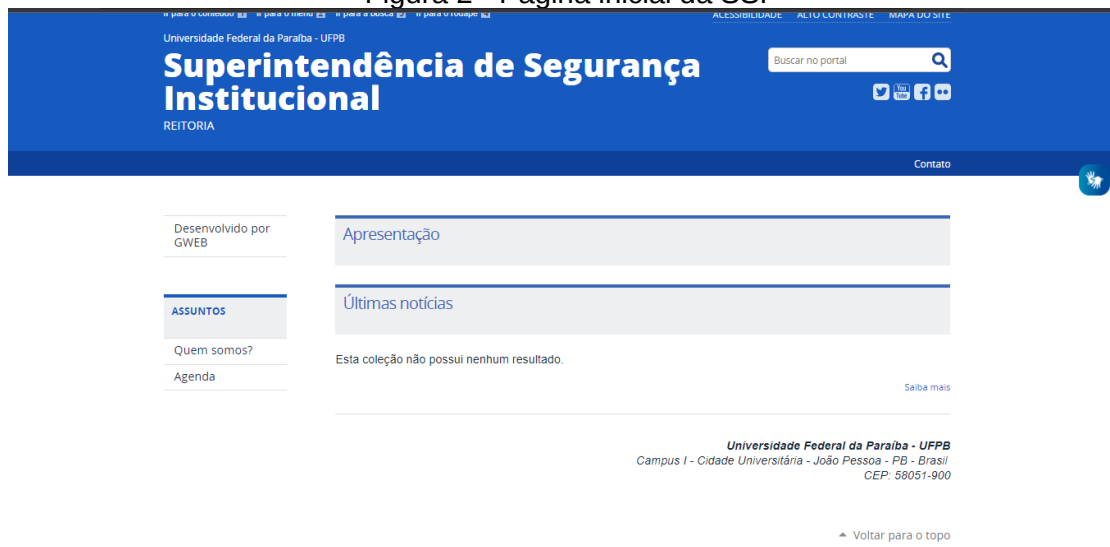
VII – usar privativamente emblema e uniformes operacionais ou quaisquer outros símbolos da instituição;

VIII – orientar e apoiar os Centros de Ensino, em todos os campi, nas questões de segurança institucional quando se revelar necessário, sobretudo em situações de emergência (UFPB, 2018, p. 3),

Vemos que a competência vai desde coordenar ações do CSI – Comitê de Segurança Institucional, elaborar a PSI, coordenar atividades relativas a procedimento de segurança integrada e elaborar os programas de gestão do conhecimento em segurança de forma informatizada.

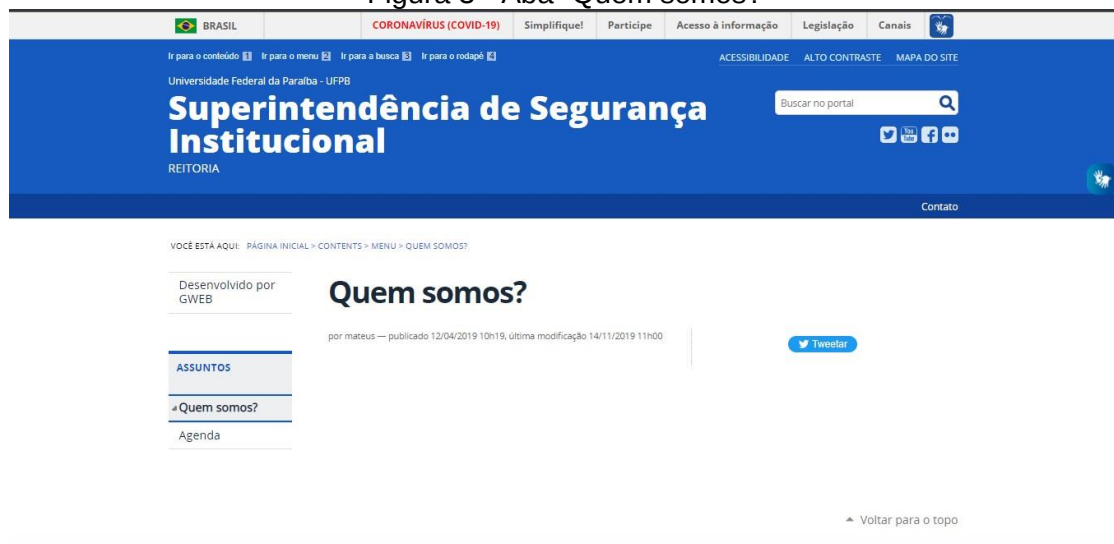
Na página da internet do SSI, notamos que não há informações públicas relativas a questões de segurança. Como vemos a seguir, todas as partes do site, a página principal, a aba “Quem Somos” e a aba “Agenda” se encontram vazias

Figura 2 - Página inicial da SSI



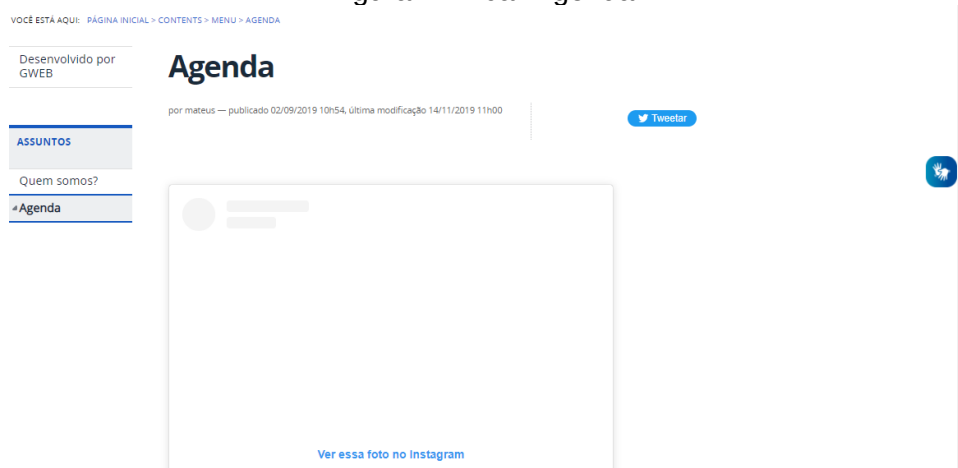
Fonte: UFPB (2021).

Figura 3 - Aba "Quem somos?"



Fonte: UFPB (2021).

Figura 4 - Aba "Agenda".



Fonte: UFPB (2021).

O restante da Resolução foca nas diversas divisões internas da SSI e todas as suas competências, mas não cabe, neste trabalho, analisá-las.

8.1.2 Da manifestação do usuário perante a Superintendência de Segurança Institucional (SSI)

Conforme visto anteriormente, não há qualquer meio de se entrar em contato com a SSI de forma remota. O site não funciona e não há outro meio de um usuário de serviço público da UFPB abrir uma demanda. O único meio de entrar em contato direto com a SSI é de forma presencial. Sempre que qualquer indivíduo precisar contatar a SSI, ele precisa se dirigir até a base central e fazer sua manifestação.

A SSI é a principal responsável pela coleta de dados relativos às infrações e crimes que ocorrem dentro do Campus da UFPB. É a ela que todas as vítimas de delitos precisam recorrer. Porém, a própria UFPB e a SSI não criaram um meio de coleta de dados através de internet, sendo tudo feito de forma presencial.

Ao chegar na SSI para relatar o ocorrido, o indivíduo faz o relato, o relato é escrito, registrado num livro específico de ocorrências, e assim se encerra o trabalho da SSI no tocante àquele indivíduo manifestante. Os dados recebidos constam nos registros para fins de estatística e trabalho interno da SSI, conforme competência IV listada acima.

8.2 Da Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba

A Ouvidoria é disciplinada pela Resolução Nº 06/2020 do Conselho Universitário (CONSUNI). Ela é definida da seguinte forma:

Art. 2º A Ouvidoria Geral atua como instância de mediação e canal de comunicação entre o usuário e a Administração Pública e tem competência exclusiva para o recebimento e tratamento das manifestações dos(a) usuários(a) de serviço público, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.460, de 2017 e da Instrução Normativa nº 18, de 03 de dezembro de 2018 / SEI.CGU. Parágrafo único: A Ouvidoria Geral não tem caráter judicativo ou deliberativo (UFPB, 2020, p. 3).

A Ouvidoria atua como uma unidade administrativa recebedora de qualquer manifestação do usuário de serviço público da UFPB. Todos podem se manifestar perante a ouvidoria sob a forma de manifestação, reclamação ou elogio. Ela é extremamente importante para o funcionamento das instituições públicas (BARRETO, 2016).

As competências e os objetivos da Ouvidoria se encontram no artigo seguinte e são assim dispostos:

Art. 3º São objetivos da Ouvidoria Geral da UFPB: I – Estar atento ao cumprimento pela Instituição dos direitos dos estudantes, dos servidores docentes, dos servidores técnico- administrativos, dos demais colaboradores e integrantes da comunidade externa em suas relações com a Universidade;
II – Publicizar junto às várias instâncias acadêmicas e administrativas da UFPB, os direitos de grupos vulneráveis ou discriminados;
III – Desenvolver, junto às várias instâncias acadêmico-administrativas, medidas que favoreçam a participação da comunidade interna e externa na garantia dos direitos dos cidadãos e na promoção de melhorias nas atividades desenvolvidas pela Instituição;
IV – Coletar, sistematizar, analisar e divulgar informações, inclusive através de relatórios e diagnósticos, que contribuam para o monitoramento e aperfeiçoamento das regras e procedimentos acadêmicos, administrativos e institucionais; e V - Promover a adoção de mediação e conciliação entre o manifestante e a UFPB, nos termos da legislação em vigor (UFPB, 2020, p. 3);

Dentre seus objetivos, o inciso IV é direto no tocante ao papel de coletar, sistematizar, analisar e divulgar as informações coletadas através de sua atividade. Isso com a finalidade de aperfeiçoar regras e procedimentos diversos institucionais.

A vinculação administrativa da Ouvidoria é peculiar. Isso porque ela é vinculada

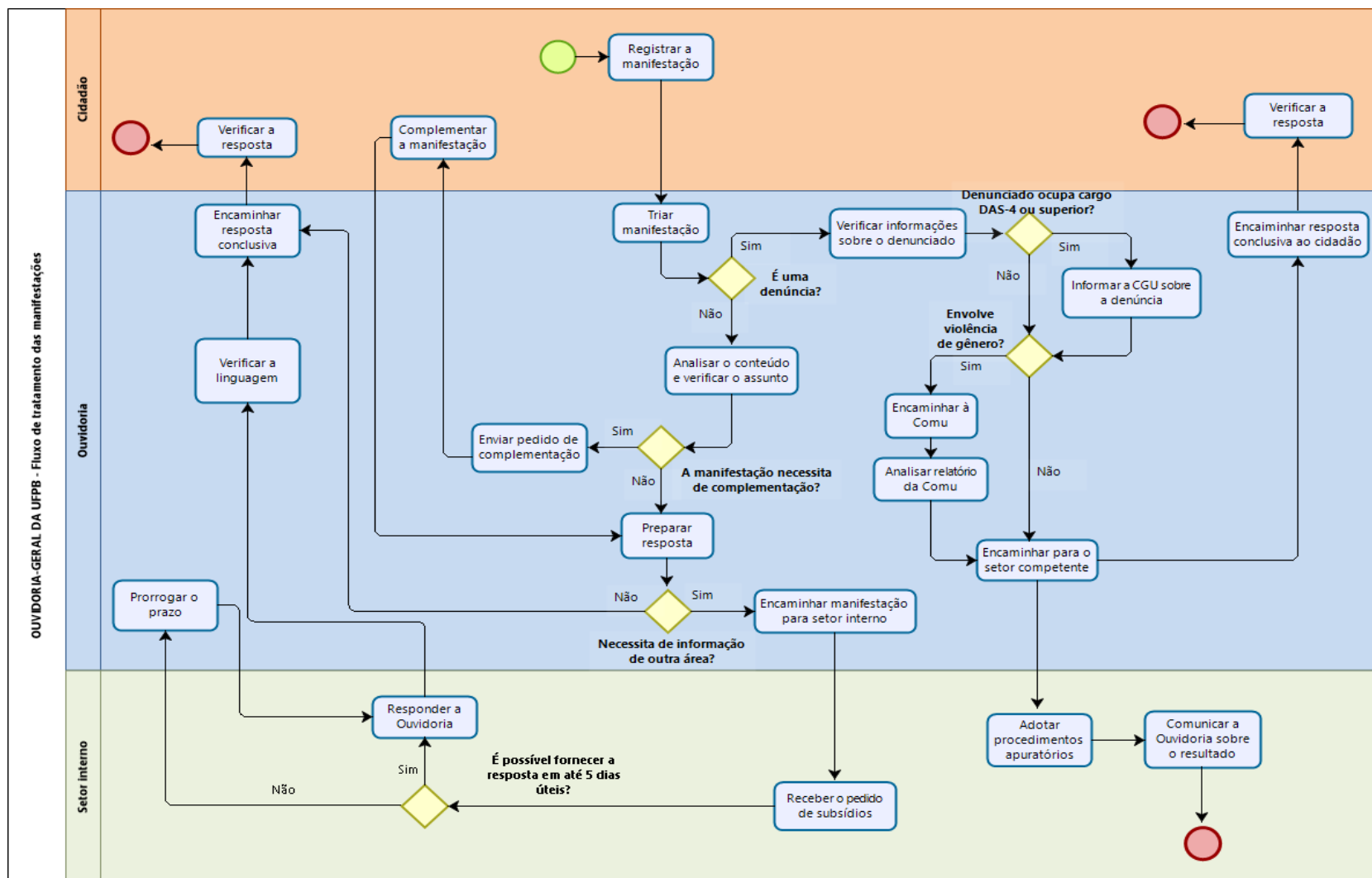
à Reitoria, instância máxima da UFPB. Não apenas isso, a Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba faz parte, de forma setorial, do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Esse sistema é vinculado à Controladoria Geral da União (CGU), através da Ouvidoria Geral da União.

Por ter essa vinculação tanto à Reitoria quanto à CGU, a Ouvidoria da UFPB sofre orientação técnica e normativa do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e está sujeita a diretrizes da própria Reitoria, no que couber.

8.2.1 Da manifestação do usuário perante a Ouvidoria da UFPB

Diferente do SSI, as manifestações perante a Ouvidoria podem ser feitas também de forma remota. Em seu site eletrônico, encontramos o fluxo de tratamento de manifestação, conforme figura a seguir:

Figura 5 - Fluxo de tratamento de manifestação perante a Ouvidoria



Fonte: UFPB (2021).

Toda manifestação em geral passa por uma triagem inicial a fim de verificar seu adequado destino. Se a manifestação não for uma denúncia, não sendo necessária complementação da manifestação pelo cidadão, ela terá uma resposta conclusiva feita pela própria Ouvidoria.

Se a manifestação, não sendo denúncia e nem necessitando ser complementada, precisar de uma complementação técnica de um outro setor, ela será encaminhada a este local, onde poderá receber a resposta dentro de 5 (cinco) dias ou ter seu prazo de resposta estendido. No devido momento em que há resposta desse local, a Ouvidoria verifica a linguagem da resposta, adequa o que é necessário, e enfim encaminha para o manifestante inicial.

No caso de a manifestação ser uma denúncia, haverá uma triagem inicial com relação à autoridade passiva. Se a autoridade for uma DAS-4 ou superior (cargo de direção e assessoramento superior) a Controladoria Geral da União (CGU) precisará ser informada.

Outra triagem com relação à denúncia é se ela envolve violência de gênero. Se for o caso, será necessária uma análise do Comitê de Políticas e Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da UFPB (CoMu).

A partir dessas duas etapas iniciais, a denúncia será encaminhada para o setor interno específico para ser apurada e haverá uma resposta ao manifestante sobre que denúncia está sendo analisada internamente.

Como se nota, diferente da SSI, a Ouvidoria possui um claro fluxo de procedimentos estabelecido e divulgado, o que facilita a manifestação do cidadão porque seus próximos passos já são previstos. O fato de o sistema ser informatizado também ajuda o acompanhamento do processo pelo manifestante.

8.3 Da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR)

A Resolução Nº 26/2013 do Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI) estabelece as competências da devida comissão. Dispõe em seu artigo primeiro que ela é um órgão auxiliar do Gabinete da Reitoria (UFPB, 2013).

O papel da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização (CPRADR) é servir, através de instrução e processo, como instância de investigação administrativa de uma determinada denúncia infracional.

O parágrafo terceiro do mesmo artigo elucida:

§ 3º As denúncias das irregularidades ou faltas praticadas por servidor docente ou técnico administrativo serão encaminhadas à autoridade competente para a instalação do procedimento disciplinar necessário, observando-se o disposto no art. 144 da Lei 8.112/90, havendo indícios suficientes de autoria e de materialidade, a autoridade instaladora competente, ouvida a Procuradoria Federal atuante junto à Universidade Federal da Paraíba, poderá abrir sindicância de investigação para fins de esclarecer os fatos e determinar com maior precisão o juízo de admissibilidade de Processo Administrativo Disciplinar contra servidor docente ou técnico-administrativo da instituição (UFPB, 2013, p. 2).

E da mesma forma o parágrafo sétimo alude:

§ 7º Antes da instalação de um processo administrativo disciplinar, compete ao(a) Reitor(a) encaminhar os autos até então reunidos à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPRAD), tendo, primeiramente, aberto vista ao Procurador Federal atuante junto à Universidade, para fins de obtenção de juízo de admissibilidade e recomendação de processamento disciplinar. O juízo da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPRAD) é tão somente opinativo, não vinculando a decisão que deverá ser tomada pelo(a) reitor(a) quanto à abertura ou arquivamento do processo ou da sindicância. Dada a prerrogativa do poder disciplinar do(a) Reitor(a) a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar somente poderá apurar as condutas dos servidores indicadas por ele na Portaria de Designação (UFPB, 2013, p. 2).

Processos administrativos são extremamente importantes para a prática saudável da administração pública. Cabe à CPRADR, através de seus instrumentos, investigar e, se necessário, recomendar aplicação da pena devida para cada autor infrator (LAMEU, 2019).

Dessa forma, fica claro o papel opinativo e investigativo da CPRAD. Não cabe a ela, por falta de autorização legal, aplicar punições que resultem dos processos que tramitam em sua instância. A aplicação das sanções é feita por autoridade específicas, como Diretores de Centros Acadêmicos Universitários, Presidente da República ou Ministro de Estado. É o que é informado também no parágrafo oitavo do mesmo artigo:

§ 8º A decisão final dos processos administrativos disciplinares no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, será tomada no Conselho Universitário (CONSUNI), mediante apreciação de relatório final elaborado pela Comissão Permanente de Processo Administrativo

Disciplinar (CPRAD) ou por Comissão Especial Processante, nos processos de competência da reitoria, sendo publicada como ato do(a) reitor(a). Nas hipóteses de competência da chefia imediata e dos Diretores dos Centros Acadêmicos Universitários, o Conselho Universitário (CONSUNI), funcionará como instância recursal, sendo os respectivos órgãos colegiados vinculados às atribuições das autoridades competentes para a instalação, responsáveis pelo julgamento e emissão de decisão final. Esta será publicada como ato do Diretor do Centro ou do Chefe do Departamento, conforme a competência. Naquelas da competência da Presidência da República e (ou) dos Ministros de Estado, o Conselho Universitário (CONSUNI) será instância opinativa e de recomendação para processos originários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ainda, nos processos em que a Presidência da República e os Ministros de Estado forem competentes para a aplicação da pena, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPRAD), após a deliberação do Conselho Universitário (CONSUNI) encaminhará o relatório final e a recomendação adotada para a autoridade instauradora a fim de que ela envie ao órgão de assessoramento jurídico respectivo para a prévia manifestação acerca da medida recomendada e informação do relatório final e das recomendações disciplinares adotadas às respectivas autoridades competentes sancionadoras (UFPB, 2013, p. 3).

O CONSUNI tem papel direto nos processos que tramitam perante a CPRADR, a depender de quem é a autoridade responsável pela aplicação da penalidade sugerida no processo administrativo encerrado.

Atuará de forma opinativa no caso de a competência para aplicar a pena ser do Presidente da República ou de Ministros de Estado. Atuará de forma recursal no caso de penalidades aplicadas por Diretores de Centro Acadêmicos Universitários ou chefia imediata. E atuará ainda como instância decisória final, no caso de a aplicação da penalidade couber diretamente ao Reitor.

O artigo quarto da devida resolução trata dos casos em que ocorre a competência da CPRAD. São eles:

Art. 4º Compete à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPRAD):

I – autuar, instruir e processar, no âmbito desta universidade, os processos administrativos disciplinares, instalados pelo(a) reitor(a), e que diga respeito à:

a - Infrações praticadas por servidores docentes ou servidores técnico-administrativos cuja penalidade aplicável seja demissão.

b Infrações praticadas por servidores docentes ou servidores técnico-administrativos cuja penalidade aplicável seja suspensão superior a 30 dias.

Infrações praticadas por ocupantes de cargo em comissão, não ocupante de Cargo Efetivo da Universidade Federal da Paraíba.

c. Infrações praticadas por servidores docentes ou servidores técnico-

administrativos aposentados, quando estavam em atividade, cuja penalidade aplicável seja cassação de aposentadoria, observado o prazo prescricional das sanções cabíveis.

d. Infrações praticadas por servidores docentes ou servidores técnico-administrativos demitidos que impliquem em outras irregularidades para além daquelas que ensejaram a demissão.

f. Infrações praticadas por servidores docentes ou servidores técnico-administrativos que tenham se exonerado, quando do exercício de suas atividades junto à instituição.

g. Infrações praticadas por discentes que impliquem em desligamento ou jubramento do respectivo curso.

h. Quaisquer infrações cujo valor do dano ou da lesão ao patrimônio público da universidade ultrapasse o limite mínimo estipulado para a produção de ação de execução fiscal, estipulado pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Quaisquer infrações administrativas praticadas no âmbito dos órgãos que compõem a reitoria, pró-reitorias e seus órgãos auxiliares ou suplementares.

Quaisquer infrações praticadas pelos Diretores dos Centros e pelos membros dos conselhos superiores no âmbito de suas atribuições e competências (UFPB, 2013, p. 7).

Pelos incisos acima, nota-se que a competência da CPRADR ocorre quando há fatos tido como “graves” perante a Universidade Federal da Paraíba, como a aplicação de suspensão acima de 30 dias, a destituição de cargo em comissão, a demissão do serviço público, a cassação de aposentadoria, o caso de jubramento, se discente, e casos de infrações praticadas por Diretores de Centros e membros dos conselhos superiores, por exemplo.

8.3.1 Da manifestação do usuário perante a CPRADR da UFPB

Quando houver irregularidade praticada por docente ou servidor técnico da UFPB, a denúncia dessa falta deve ser feita perante a autoridade competente para a instalação do devido procedimento disciplinar. Só depois que a CPRADR é chamada para investigar e apurar os devidos fatos.

Portanto, não age a CPRADR diretamente como órgão de captação de denúncias e dados sobre as faltas dos servidores da Universidade Federal da Paraíba.

9 OS DADOS DE VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Junto aos órgãos que trabalham dados de violência na UFPB, foram feitos levantamentos sobre os registros que haviam em seus bancos de dados e, segundo a lei de acesso à informação, foram coletados os devidos registros. Os dados são divididos segundo cada órgão: a SSI, a Ouvidoria e a CPRADR.

A Superintendência de Segurança Institucional nos forneceu todos os dados solicitados dos anos de 2016 a 2020 com todas as estatísticas documentadas.

A Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba nos informou, através da solicitação 23546.063908/2021-03, feita no portal eletrônico da Ouvidoria, ligada à Controladoria Geral da União (CGU), que a classificação sistemática das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral da UFPB passou a ser realizada a partir de 2019, portanto não há as informações relativas aos anos anteriores.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Responsabilização, por meio do portal SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, disponibilizou-nos, via processo 23074.097692/2021-07, dados disponíveis dos anos de 2016 a 2020.

Apresentamos a seguir os dados coletados nos documentos relacionados considerando sua finalidade institucional com base nos documentos que nos foram disponibilizados.

9.1 Dos dados de violência da Superintendência de Segurança Institucional (SSI)

Iremos agora trabalhar os dados relativos ao ano de 2016 até o ano de 2020, envolvendo todas as ocorrências que foram registradas perante a SSI. O quadro a seguir representa o número total de ocorrências relatadas no banco de dados da SSI:

Quadro 1 - Ocorrências registradas nos anos 2016-2020



Fonte: UFPB (2021).

Nota-se que o número de ocorrências atingiu o ápice em 2017. Houve uma grande queda no ano de 2018, um leve aumento no ano de 2019 e os registros de 2020 atingiram o menor patamar apresentado. Conforme já esclarecido, os registros de 2020 são impactados pela Covid-19, que obrigou a todos, a partir de março do mesmo ano, a praticar distanciamento social e estudo/trabalho remoto. A baixa ocorrência não representa necessariamente uma diminuição pela prática de política preventiva na instituição, já que os crimes praticados na UFPB, majoritariamente crimes violentos contra o patrimônio (público ou privado), envolvem circulação de pessoas e bens (MILITÃO, 2020).

O quadro a seguir representa todos os dados relativos a crimes contra o patrimônio registrados no mesmo período de 2016-2020. Aqui os dados foram compilados envolvendo todas as divisões praticadas pela SSI, ou seja, crimes de roubos, roubos a agências bancárias, furto de terceiros, furto de objeto de veículos, furto de veículos e furto de motocicletas.

Quadro 2 - Crimes violentos contra o patrimônio

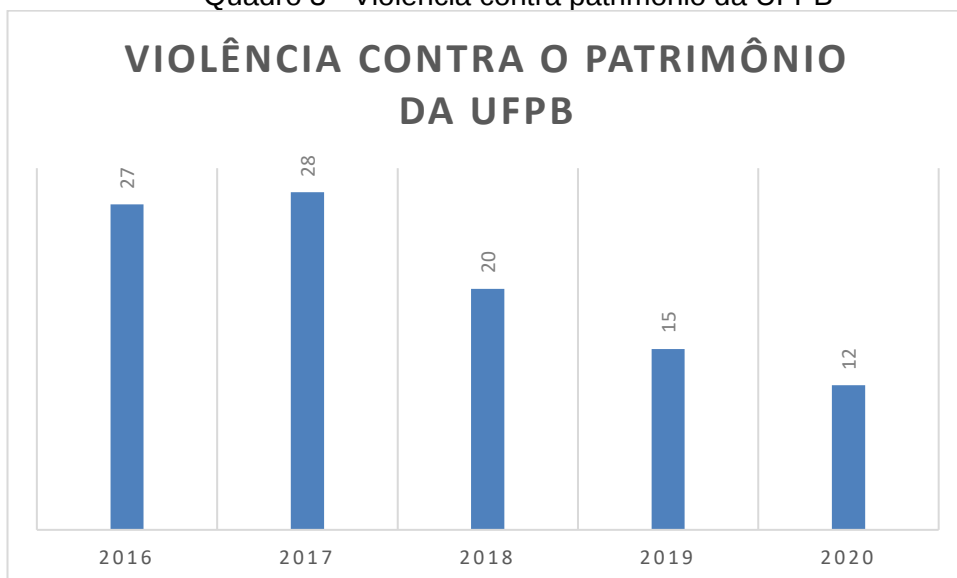


Fonte: UFPB (2021).

Nota-se que houve um aumento de crimes patrimoniais no ano de 2019 se comparado com 2018, mas uma drástica queda em 2020, influenciado diretamente pela pandemia da Covid-19 (RAMIREZ, 2020).

Por ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, a UFPB possui proteção especial com relação a seus bens por serem entendidos como patrimônio da União. Todos os atos que envolvem de alguma maneira uma depredação dos bens da instituição, seja na forma de dano, destruição ou no que tange a furto de seus bens públicos são tratados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Violência contra patrimônio da UFPB



Fonte: UFPB (2021).

Nota-se que, mesmo anterior ao período pandêmico, os atos contra o patrimônio da UFPB registravam uma redução total.

Nos anexos de A até J, temos o registro de estatísticas de cada ano e ocorrências discriminadas por ano e mês. As estatísticas são formadas por um quadro dividido em três colunas principais, o tipo de ocorrência, os meses do ano e o total anual de cada tipo de ocorrência.

As ocorrências discriminadas são mais abrangentes e são relatos do que aconteceu na ocasião. Vão desde um impedimento de tentativa de suicídio pelo segurança terceirizado (anexo F, mês de maio) até cano de água estourado (anexo J, mês de dezembro).

Pelos dados apresentados, podemos fazer uma série de análises sobre o que aconteceu na UFPB. Primeiro, nota-se que houve uma alteração no dado de estupro e tentativa de estupro após 2016. Isso pode ser influência de uma mudança legislativa no código penal que unificou os crimes de atentado violento ao pudor com o crime de estupro. Desde a alteração, não há mais crime atentado violento ao pudor, apenas estupro. A tentativa de estupro, quando ocorre, será verificada na tipificação indireta (SILVA, 2015).

No ano de 2016, a violência mais frequente foi o furto de objetos de terceiros. De um total de 80 ocorrências, ela foi responsável por 34 delas, um percentual de 42,5%. Logo em seguida vem a violência de vandalismo e danos contra o patrimônio da UFPB. E em terceiro lugar vem novamente uma outra categoria de furto, porém de objetos que se situam no interior de veículos (anexo A).

Com relação à descrição de todas as ocorrências na planilha apresentada, vemos que há registro de crime de furto 67 vezes somente no ano de 2016 (anexo A), mas nas ocorrências discriminadas, ao somar todos os tipos de furtos registrados, temos o número de 60 eventos (anexo B).

Há um registro de crime de roubo (anexo A), mas na discriminação do fato não há relato de onde ocorreu e como aconteceu (anexo B).

Os lugares onde mais houve incidência de furtos foram as localidades do CCHLA (englobando o CCSA) e do CCEN (anexo B).

De alguma maneira há discrepância entre as duas estatísticas, mesmo sendo produzidas pelo mesmo setor. Esta confusão nos dados não deveria ocorrer, já que

trazem dúvida sobre erro na geração de dados no órgão responsável (MARTINS; PERLIN, 2020).

No mesmo ano, também há uma ocorrência de estupro que aconteceu durante um evento cultural noturno no CCTA (anexo B).

No ano de 2017, houve um aumento total de 22% nas ocorrências de violência, quando comparado com o ano de 2016. Novamente o furto de objetos de terceiros foi o líder das estatísticas, seguido de vandalismo e danos contra o patrimônio da UFPB, seguindo pelo furto de objetos no interior de veículos (anexo C).

Houve a criação de uma categoria nas estatísticas para animais mortos ou que sofreram maus tratos no campus. De fato, há muitos animais espalhados pela UFPB e eles estão diretamente relacionados a muitas ocorrências registradas, como atropelamento de gatos e cachorros (anexo B, mês de maio) e até ataque de animais a seres humanos que transitam pelo campus (anexo D, mês de março) (UFPB, 2021).

Mais uma vez há também discrepância entre o número de furto das estatísticas com as ocorrências discriminadas. No registro, temos 65 eventos de furto e nas ocorrências temos 59 relatos. Isso afeta diretamente a confiança que o órgão passa sobre a legitimidade dos dados que produz (MARTINS; PERLIN, 2020)

Não há registro de crime de estupro no ano de 2017. Entretanto, houve aumento do número de roubos, de um para dois. Nas ocorrências discriminadas temos a data e local, com os roubos acontecendo no CCEN e na Capela, próximo ao centro de vivências (anexo D).

O CCHLA e o CCEN continuam sendo os lugares onde ocorrem mais furtos, mas dessa vez o Centro de Vivências também apresenta um número alto desse crime, tornando-se um local com alto índice de violência (anexo D).

A ocorrência de morte e maus tratos de animais teve um número de 21 ocorrências, sendo a maioria delas o abandono de animais dentro da UFPB (anexo C).

O ano de 2018 tem uma queda no registro total de ocorrências de aproximadamente 50% quando comparado com os números de 2017. Nesse ano, o maior número de ocorrências se deu com relação ao dano e vandalismo contra o patrimônio, 16 ao todo. Furto de objetos no interior de veículos foi a segunda categoria com maior número, sendo 14 no total. Não houve qualquer ocorrência de crime sexual e o número de roubos aumentou para três (anexo E).

Mais uma vez há discrepância entre os números das estatísticas e as

ocorrências discriminadas. Segundo as ocorrências, tivemos cinco eventos de roubo, não apenas três, como escrito nas estatísticas. Os roubos aconteceram no CCHLA, no CCSA, no NUPA, no CTDR e no CE (anexo F).

Com relação às ocorrências de furto, no ano de 2018, o CCS foi um grande foco, fato que não era comum nos anos anteriores. O CCHLA e Centro de Vivências ainda continuaram sendo locais propícios para esse tipo de crime. Dessa vez, o CCEN passou a aparecer pouco nessa estatística (anexo F).

No ano de 2019, tivemos um novo aumento no número de ocorrências total. Houve um aumento 53 para 64 no número de registros. Furto de objetos de terceiros foi o líder de registros, com 18, seguido de vandalismo e danos contra o patrimônio, com 13 eventos (anexo G).

Houve novamente aumento no número de roubos, agora são cinco em um ano, mas dessa vez não teve ocorrência no CCHLA. Os roubos ocorreram próximos ao SINTESPB, ao CCS, à reitoria, ao departamento de educação física e à residência universitária feminina (anexo H).

Nesse ano também foi registrado um evento na categoria de assalto a agência bancárias ou Correios, com um celular de um cidadão também sendo roubado durante a ocorrência. O CCS, novamente, é um dos lugares onde mais ocorrem furtos na UFPB. Em seguida, temos o Centro de Vivências.

Houve uma alteração na ocorrência relativa a animais. Antes, ela agrupava maus tratos e mortes. A partir do mencionado ano, ela passou a agrupar também ataques de animais a seres humanos.

No mês de julho e no mês de outubro, foram registrados ataques de cães a transeuntes, ambos no CCS. Foi registrado inclusive que uma dessas pessoas teve sua perna mordida por um canino (anexo H, mês de julho).

Os números de ocorrências comparativas nos anos de 2018 e 2019 na UFPB parecem ir na contramão dos números apresentados pela Secretaria de Segurança e Defesa Social no mesmo período. Como demonstrado anteriormente, houve aumento de crimes violentos contra o patrimônio na instituição UFPB, enquanto nos números gerais no estado da Paraíba houve redução total de mais de 3.500 ocorrências registradas (PARAÍBA, 2021).

No ano de 2020, tivemos uma queda geral no número das estatísticas. Foi o menor número registrado no apanhado total de 2016 a 2020. As trinta e duas (32) ocorrências podem fazer crer que houve um aumento na segurança geral da

instituição. Porém, em virtude da pandemia da Covid-19, as aulas na UFPB foram suspensas a partir do mês de março. A instituição passou os outros nove meses de 2020 praticamente sem movimento de pessoas, fazendo com que os números de crimes ocorridos fossem diminuídos (anexo I).

Apenas um roubo foi registrado no ano, próximo ao centro acadêmico de educação física. As maiores ocorrências foram relacionadas a danos e vandalismo contra o patrimônio e furto de objetos de terceiros (anexo J).

9.2 Dos dados de violência da Ouvidoria Geral da UFPB

Houve a solicitação perante a Ouvidoria dos dados relativos a manifestações feitas pelos usuários de serviço público da UFPB no que diz respeito a violências. Foi-nos informado que a classificação sistemática das manifestações recebidas pela Ouvidoria Geral passou a ser realizada somente a partir do ano de 2019. Os dados dos anos anteriores estavam inacessíveis, tanto em virtude de não serem classificados de forma didática quanto em virtude da pandemia da Covid-19, que alterou a sistemática de trabalho presencial. Todos os servidores estavam trabalhando remotamente, impossibilitando o acesso aos registros.

Inicialmente a proposta do trabalho era sobre os dados dos últimos cinco anos, compreendendo o período de 2016 a 2020. Porém, como os dados da Ouvidoria são escassos, decidimos incluir aqui também os dados relativos até o primeiro semestre de 2021.

No ano de 2019, foram registradas dez manifestações sobre violência, sendo seis delas relativas a assédio moral e quatro delas relativas a assédio sexual. Os casos de assédio moral foram dos setores CCS, com duas denúncias, CCTA, CRAS, PRG e Reitoria. Os casos de assédio sexual foram do CCEN, CCS, CCSA e CRAS.

No ano seguinte, 2020, o total de manifestações registradas englobaram 13 casos, sendo sete de assédio moral, cinco de assédio sexual e um caso de ameaça e violência física. Os casos de assédio moral aconteceram no CCSA, com dois casos, Reitoria, com dois casos e no CCHLA, CEAR e CT. Os casos de assédio sexual aconteceram no CCA, CCEN, CCS, CCSA e CTDR. A denúncia de ameaça e violência física aconteceu no CCJ.

No primeiro semestre de 2021, tivemos seis denúncias de violência, sendo

duas de assédio moral, no CCJ e no CT, e quatro casos de violência cibernética, cometida através da internet, no CCTA, CCA e Cbiotec, com dois casos.

9.3 Dos dados de violência da CPRADR

Perante a CPRADR, solicitamos todos os dados de processos tramitados entre os anos 2016 e 2021. Os processos perante a CPRADR, até serem concluídos, ocorrem sob sigilo, por isso não tivemos acesso a processos em andamento. Os processos encerrados estão listados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Processos concluídos da CPRADR

	Número do Processo	Tipo de procedimento	Local de realização	Assunto (resumido)	Fase em que se encontra
1	23074.XXXXXXX/2016-77	Sindicância investigativa	CCTA	Denúncia de abuso sexual sofrido por aluna do curso de Relações Públicas em evento realizado no CCTA.	Processo julgado. Decisão: Arquivamento.
2	23074.XXXXXXX/2016-31	PAD Ordinário	PROPLAN	Denúncia de que servidor da UFPB teria praticado assédio sexual em rede social e também feito ameaças à sua chefe imediata, a integrantes do Programa Inglês Sem Fronteiras, à Reitora da UFPB e ao Presidente da República.	Processo julgado. O acusado foi submetido a exame psiquiátrico e a comissão processante concluiu pela sua inimputabilidade. Foi recolocado em outro setor.
3	23074.XXXXXXX/2017-95	PAD Ordinário	CCSA – DEP. RELAÇÕES INTERN.	Denúncia, feita por aluna do curso de Relações Internacionais, de que teria sido vítima de atitude antiética e constrangedora por parte de um dos seus professores. O professor, porém, possuía vínculo temporário com a UFPB (professor substituto) o qual havia terminado pouco tempo antes da apuração disciplinar.	Processo Julgado. Arquivado sem aplicação de pena, devido ao fim do vínculo entre o investigado e a UFPB.

4	23074.XXXXXX/2017-91	Sindicância Acusatória	CCEN	Denúncia, subscrita por alunas do curso de Ciências Biológicas da UFPB, de que foram vítimas de assédio praticado por servidor docente do referido curso.	Processo Julgado. Pena Aplicada: Suspensão de 15 dias
5	23074.XXXXXX/2018-62	Sindicância Investigativa	CTDR	Denúncia de assédio sexual ocorrido no CTDR, que teria sido praticado por docente. Em seu relatório final, a comissão sindicante afirmou não visualizar “prova material cabível que comprove o ato de assédio sexual por parte de nenhum dos envolvidos”.	Processo Julgado. Arquivado por falta de materialidade – Não houve aplicação de nenhuma pena
6	23074.XXXXXX/2018-71	Sindicância investigativa	CCSA	Denúncia anônima que atribuiu a prática de assédio sexual e assédio moral por servidor docente. Segundo a denúncia, o servidor, repetidas vezes, fez comentários humilhantes e degradantes endereçados aos alunos, relativos a seu gênero, aparência ou condição financeira. A comissão sindicante com as provas materiais entendeu que o ato de assédio sexual ou moral supostamente cometido pelo denunciado não foi comprovado.	Processo julgado. Arquivado por falta de materialidade – Não houve aplicação nenhuma pena
7	23074.XXXXXX/2017-68	Sindicância	CCS	Denúncia, feita por docente do Departamento de Educação Física, de que foi vítima de assédio moral e desrespeito por parte de servidor docente também pertencente ao DEF/CCS. Provas colhidas pela Comissão não foram suficientes para comprovar o cometimento de infração disciplinar	Processo julgado. Não houve aplicação nenhuma pena administrativa disciplinar

8	23074.XXXXXX/2017-84	Sindicância Investigativa	CCS A	Denúncia de assédio sexual de alunos do curso de Graduação em Relações Internacionais, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB contra professor. Provas colhidas pela Comissão não foram suficientes para comprovar o cometimento de infração disciplinar (falta de materialidade)	Processo julgado. Não houve aplicação nenhuma pena administrativa disciplinar
9	23074.XXXXXX/2014-16	PAD Ordinário	Escola Técnica de Saúde - ETS	Denúncia de sexual assédio apresentada por estagiária em desfavor de servidor	Processo julgado. Não houve aplicação de nenhuma pena administrativa disciplinar em virtude da prescrição punitiva

Fonte: SIPAC (2021).

Observa-se que, no período de seis anos, a CPRADR conseguiu concluir apenas nove processos. Nesse universo, encontramos quatro tipos de modalidades de processos que tramitam perante a Comissão, a sindicância investigativa, sindicância acusatória, sindicância e o processo administrativo disciplinar ordinário (PAD ordinário). A classificação desses processos não será tema deste presente trabalho.

Como os processos não possuem informação sobre data dos eventos, não há como relacioná-los com as denúncias recebidas pela Ouvidoria ou pela SSI. Podem ser processos do mesmo fato ou de fato diverso que não chegaram ao conhecimento da SSI ou da Ouvidoria.

O processo do CCTA de abuso sexual sofrido por uma aluna foi arquivado. A denúncia de assédio sexual feita por servidor público da instituição mediante redes sociais, como também ameaças feitas pelo mesmo servidor à sua chefia imediata, no setor da PROPLAN, teve como resultado a imputabilidade do servidor acusado em virtude de o autor ter sido submetido a exame psiquiátrico.

O CCSA possui três processos concluídos. O primeiro diz respeito a uma denúncia feita por uma aluna que afirmou ter sido vítima de uma atitude antiética e constrangedora de um professor temporário. A atitude não é detalhada. O processo foi concluído porque o professor teve seu vínculo encerrado com a instituição em virtude de seu contrato temporário ter chegado ao fim. Não houve penalidade aplicada.

O segundo processo do CCSA é sobre assédio moral e sexual supostamente cometido por docente tendo como vítima alguns alunos. O processo foi arquivado por falta de materialidade.

O terceiro processo do CCSA também está relacionado a assédio sexual cometido por professor. O denunciante afirma que o docente, além do assédio, fez comentários humilhantes em relação ao gênero, aparência e condição financeira das vítimas. Novamente, houve falta de materialidade nas provas para comprovar que o fato.

Em um dos únicos processos em que houve aplicação de penalidade ao investigado, suspensão de 15 dias, o motivo também foi o assédio. O documento não detalha o tipo de assédio sofrido pelas alunas do curso de Ciências Biológicas do CCEN.

No CTDR também houve investigação de assédio sexual cometido por docente. O relatório final da comissão concluiu haver ausência de prova que comprovasse a

materialidade do assédio sexual denunciado. Processo arquivado.

Na ETS – Escola Técnica de Saúde, o processo concluído estava relacionado com assédio sexual supostamente cometido por servidor sobre uma estagiária. O processo foi arquivado tendo em vista a prescrição das penas disciplinares.

E, por fim, no CCS, o processo envolveu dois docentes, em que um afirmava que estava sofrendo assédio moral pelo outro. As provas colhidas não foram suficientes para se aplicar pena aos acusados. Processo arquivado por falta de materialidade.

A maior parte dos processos estão relacionados com conduta que indicam assédio moral e sexual. Dois terços dos processos contêm denúncias de assédio sexual. Em todos os processos do quadro, apenas em um houve aplicação de pena. O que pode significar duas coisas distintas. A primeira é que de fato não houve violência nos casos. A segunda é a de que as vítimas não conseguem juntar provas suficientes e a UFPB não pune os acusados com as provas dos autos.

10 DA POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Na Universidade Federal da Paraíba, a Política de Segurança de Institucional (PSI) ainda é uma minuta de resolução, não tendo sido a devida minuta aprovada perante o CONSUNI. Como a UFPB não é um território isolado, resultando num reflexo da violência que ocorre nas cidades onde estão, ter uma política é extremamente importante (OLIVEIRA, 2017).

A PSI tem o propósito de “integrar as ações de planejamento e de execução das atividades de segurança no âmbito da UFPB e garantir o pleno exercício das suas atividades” (UFPB, s/d., p. 2). Ela é a diretriz geral no tocante a normas, processos, práticas e procedimentos dos órgãos de segurança da instituição (MELO; RODRIGUES, 2019).

O artigo terceiro da minuta nos traz o conceito de segurança institucional. Ela é descrita como “o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Instituição e de seus integrantes, inclusive no que tange à sua imagem e reputação” (UFPB, s/d., p. 3). Nota-se que o conceito de segurança institucional engloba tanto ações que ponham em risco os bens dos integrantes, ou seja, todos aqueles usuários dos serviços da UFPB, como ações que coloquem em risco a própria instituição, incluindo sua imagem.

As medidas usadas para prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ameaças são divididas em medidas de segurança orgânica e segurança ativa. As de segurança orgânica são divididas em segurança humana, segurança material, segurança das áreas e instalações, dependências e ambientes, segurança da informação e segurança ambiental.

As medidas de segurança ativa são “ações de caráter proativo e englobam, no âmbito da UFPB, medidas de contra sabotagem, contrainformação, contra organizações criminosas e contrapropaganda” (UFPB, s/d., p. 3). A segurança humana é definida no artigo quarto da seguinte maneira:

Art. 4º. A segurança de pessoas compreende o conjunto de medidas voltadas a proteger a integridade física e psicológica de todos os membros que transitam nas dependências de cada Campus.
§1º A segurança de pessoas, entre outras ações, abrange as

operações de segurança, atividades planejadas e concertadas, com emprego de pessoal, material, e equipamento especializado e, subsidiadas por conhecimento de inteligência a respeito da situação;
 §2º A segurança humana poderá ser realizada por servidores da UFPB ou terceirizados com atribuições pertinentes e/ou, mediante solicitação, por policiais federais, civis ou militares, conforme o objeto da demanda em termos de investigação ou ronda ostensiva e/ou nas hipóteses previstas em lei (UFPB, s/d., p. 3).

Quando se fala em segurança humana, engloba-se tanto a proteção física quanto a proteção imaterial de todos aqueles que circulam em todo o campus da instituição. E os responsáveis por garantir essa segurança são todos os servidores da UFPB que possuem essa atribuição, os terceirizados e as corporações policiais, seja a polícia judiciária ou a ostensiva.

A minuta esclarece, dessa forma, que todos aqueles que exercem atividade de caráter de segurança pública podem agir dentro da instituição para garantir a segurança humana de todos os transeuntes, independentemente de o órgão policial ser estadual ou federal. A segurança material envolve a proteção do patrimônio física da UFPB. Todos os bens físicos, móveis ou imóveis, são abrangidos nessa categoria.

A segurança das áreas e instalações é definida no artigo sexto da seguinte forma:

Art. 6º A segurança de áreas e instalações compreende o conjunto de medidas voltadas a proteger o espaço físico sob a responsabilidade da UFPB ou onde se realizam atividades de interesse da Instituição, com a finalidade de salvaguardá-las.

§1º Entre outras atividades, a segurança de áreas e instalações engloba as seguintes:

- I - demarcação, classificação e sinalização das áreas, nos termos da legislação pertinente;
- II - controle de acessos e controle do fluxo de pessoas, inclusive com uso obrigatório de crachás para todos os integrantes da Instituição;
- III - detecção de intrusão e monitoramento de alarme;
- IV - implantação de barreiras perimétricas, com análise de trânsito estacionamento de veículos;
- V - estabelecimento de linhas de proteção;
- VI sistema de vigilância pessoal; VII - proteção de cabeados e quadros de toda espécie; VIII - proteção de sistemas de energia, água, gás e ar-condicionado;
- IX - prevenção e combate a incêndio;
- X - instalação de câmeras de vigilância;
- XI - prevenção e conduta em situação de emergência; e,
- XII - outras técnicas e procedimentos de segurança (UFPB, s/d., p.4).

O foco na segurança das áreas e instalações é garantir que a parte física,

principalmente no tocando ao acesso de pessoas, de veículos e monitoramento por câmera, seja assegurada. Apesar de também haver segurança a certos bens, o conceito aqui é mais abrangente, tendo como finalidade não só proteger o bem em si, mas todo o funcionamento da instituição.

A segurança da informação abrange toda a parte tecnológica da UFPB, como também pessoas, documentos e instalações que lidam diretamente com essa função. Ela é importante principalmente porque, após o ano de 2018, todos os processos que tramitam perante a instituição passaram a ser eletrônicos, não mais físicos. Ou seja, toda a informação que circula na UFPB é acessada de forma digital. Garantir essa segurança é extremamente importante.

Na segurança ativa, encontramos ainda conceitos relacionados à contrainteligência na instituição. Os conceitos são definidos da seguinte maneira:

Art. 13 A contrassabotagem compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações intencionais contra material, áreas ou instalações da Instituição que possam causar interrupção de suas atividades e/ou impacto físico direto e psicológico indireto sobre seus integrantes.

Art. 14 A contrainformação compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações adversas e dissimuladas de busca de dados e informações sensíveis ou sigilosos.

Art. 15 As ações contra a organização criminosa compreendem o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações adversas de qualquer natureza contra a Instituição e seus integrantes, oriundas da atuação de organizações criminosas de formação interna ou externas a universidade.

Art. 16 A contrapropaganda compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar abusos, desinformações e publicidade enganosa de qualquer natureza contra a Instituição (UFPB, s/d., p. 7).

Todas essas medidas visam a proteger a instituição e influenciam diretamente nas medidas de segurança orgânica já listadas. A contra sabotagem completa a segurança material e humana, a contrainformação auxilia na segurança da informação.

A seção III da PSI trata da Gestão de Risco. Alude ao artigo 17 que “a Instituição deverá adotar as medidas necessárias para que os riscos a que está submetida sejam identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de modo dinâmico, permanente, profissional e proativo” (UFPB, s/d., p. 8). A Gestão de Risco atua de forma preventiva com o objetivo de identificar possíveis danos futuros que a instituição esteja sujeita. Os danos englobam todos os tipos possíveis que venham a macular

pessoas ou bens da UFPB.

O planejamento de contingência e o controle de danos também são ferramentas que a instituição se utiliza para que processos tenham eficácia e que a imagem da instituição seja preservada. São eles definidos pela PSI:

§1º O planejamento de contingência compreende a previsão de técnicas, inclusive de recuperação, e procedimentos alternativos a serem adotados para efetivar processos que tenham sido interrompidos ou que tenham perdido sua eficácia;

§2º O controle de danos compreende uma série de medidas que visem avaliar a profundidade de um dano decorrente de um incidente, o comprometimento dos ativos da Instituição e as suas consequências para esta, inclusive no que se refere à imagem institucional (UFPB, s/d., p.8);

O capítulo terceiro da minuta trata do Sistema Integrado de Segurança Institucional (SISI). Ele é composto pelo SSI e pelo Comitê de Segurança Institucional (CSI). As atribuições do SSI já foram tratadas neste trabalho. As competências do CSI são:

I - elaborar e propor atos normativos, recomendações, diretrizes, protocolos, rotinas, ações e medidas de segurança institucional unificada de interesse da UFPB;

II - promover a articulação com os órgãos de segurança e outras instituições para a concretização das ações relativas à área, dentro de uma concepção sistêmica de proteção e salvaguarda institucional;

III - avaliar a conjuntura de segurança que envolve a universidade;

IV - elaborar o seu Regimento Interno (UFPB, s/d., p. 9)

Como se nota, a CSI também tem uma competência normativa com relação a medidas de segurança da UFPB, assim como a SSI. Porém, a diferença de competência entre os dois órgãos não é tão acentuada de forma que elas se confundem.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou entender o que é a violência sob o ponto de vista de diversos teóricos e estudiosos do tema, seja a violência direta, a cultural (GALTUNG, 1990), a institucional (AZEVEDO; AMORIM; ALBERTO, 2017) e suas diversas formas de manifestação. Após a compreensão do tema, foi demonstrado como a UFPB entende a violência que acontece em seu território e como a questão é tratada pelas diversas instâncias e pelos órgãos administrativos. Também foram apresentados conceitos, como os de dados e informação, de forma a proporcionar entendimento sobre como o fato violento é internalizado pelos órgãos responsáveis.

A justificativa do trabalho deu-se a partir de um fato violento na vida do pesquisador-autor, mas que foi o ponto de partida para a pesquisa dos órgãos responsáveis pela questão da violência e da segurança na UFPB. A minuta de resolução que trata da Política de Segurança Institucional foi analisada de forma que todos os canais responsáveis pelo registro de dados sobre violência - a SSI, a Ouvidoria e a CPRADR - foram discutidos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa documental foi a principal fonte de coleta de dados de todos os setores pesquisados, mas essa coleta se tornou prejudicada em certo ponto em virtude da pandemia da Covid-19. O Brasil possui documentos, como a PNSP, e uma vasta legislação, como a lei de drogas, a lei do crime organizado e outros diplomas citados no trabalho, que objetivam reduzir a incidência de violência no país. Inclusive como suporte para a ONU atingir as suas metas.

Do ponto de vista específico da Paraíba, a Secretaria de Segurança e Defesa Social disponibiliza em seu endereço eletrônico números sobre a incidência de violência em todo o estado. Há transparência com relação ao tema.

Por causa da pandemia, as aulas foram ministradas completamente remotas a partir de março de 2020 até o ano de 2022. As estatísticas sobre violência registraram uma queda, mas uma queda fictícia, tendo em vista que não podemos dizer que a diminuição dos registros se deu em virtude do aumento da segurança e nem do trabalho dos órgãos de combate à violência, já que não havia alunos, professores, comerciantes, público em geral usufruindo da instituição neste período.

Também em virtude da pandemia a própria Ouvidoria da UFPB apenas nos

disponibilizou dados relativos aos anos de 2019 a 2021, em razão do trabalho remoto dos servidores e pelo fato de que registros anteriores a esse ano estavam apenas disponíveis no ambiente físico do setor, não sendo possível sua consulta *in loco*. Nessa perspectiva, dentre os órgãos internos e suas competências, nota-se que a SSI é a grande responsável por coletar os mais diversos registros de atos violentos na instituição. São eles que possuem o maior banco de dados que registram desde ataques de animais que perambulam pelo campus da instituição a registro de roubos, furto e estupro.

A SSI falha no ponto de vista da eficiência quando não disponibiliza a todos um mecanismo digital de registro de ocorrência. Exigir que as vítimas de violência, das mais diversas formas, procurem a SSI de forma presencial para registrar os fatos foge à facilidade da vida moderna.

Vivemos em um momento histórico no qual passamos pela pandemia da Covid-19, com o trabalho remoto e o apoio da tecnologia tornando-se realidade. Na própria UFPB, as aulas dos alunos, com raras exceções específicas, passaram a ser ministradas de forma remota, usando internet e ambiente digital. Não parece razoável, então, um setor de extrema importância, que tem papel de coletar, tratar e encaminhar dados sobre violência aos órgãos competentes (Polícia Federal, por exemplo), ainda não estar funcionando com o apoio da tecnologia. Essa falta é um estímulo para que ocorrências diversas deixem de ser registradas.

Vários órgãos da própria instituição possuem meio de contato e registro eletrônico de chamados de forma aberta para todos que queriam se manifestar. A própria Ouvidoria possui um sistema. A SSI deveria ter um sistema digital para as manifestações.

Conforme nota-se na planilha de ocorrências da SSI, a explicação do fato ocorrido é genérica e o local da ocorrência não é exato. Quando é registrado que um roubo aconteceu no CCEN, isso implica diversos setores espalhados que cobrem uma área territorial considerável do Campus I da UFPB. Não há exatidão de onde de fato ocorreu a violência. Territorialmente, apesar de ser no CCEN, acontecer um ato violento perto do departamento de matemática é diferente de acontecer próximo ao departamento de química, tendo em vista que são separados por mais de 200 metros de distância.

Portanto, essa coleta de informação da exatidão do local é um ponto a ser aprimorado, não só pela SSI, mas por todos os órgãos responsáveis, tendo em vista

que as estatísticas da Ouvidoria também apenas constam o Centro, não o local exato. Há também divergência nos números das estatísticas com os relatos das ocorrências discriminados. Como mostrado, no ano de 2018, há a contabilização de três crimes de roubo (anexo E), mas há relatos de cinco fatos violentos ocorridos no mesmo período (anexo F), geralmente com incongruência nos dados. Esse tipo de descompasso não deve ser admitido quando estamos tratando da segurança da instituição.

Como mostrado, o site da SSI permanece inacabado. Não há qualquer informação para o público sobre o que é a SSI, seu papel ou suas competências. No quesito informação, a SSI pode se considerar completamente desconhecida para o público da UFPB. Não há também qualquer transparência dos dados para o público. Inexiste acesso ao público aos crimes ocorridos na instituição, quais foram, onde ocorreram e quantos foram. Com relação à segurança, a transparência na UFPB não existe.

Legalmente, a UFPB ainda não possui um documento oficial sobre a Política de Segurança Institucional porque o que se tem é apenas uma minuta de resolução que precisa ser aprovada no CONSUNI. É uma falha que precisa ser corrigida. Com relação à CPRADR, nota-se que, nos cinco anos analisados, houve apenas a conclusão de nove processos. Como os processos em andamento são sigilosos, não se tem ideia de quantos processos há no total, mas a conclusão de nove processos administrativos, dentro de um universo ativo de mais de cinco mil e oitocentos servidores, é um número extremamente pequeno.

Com relação à integração dos órgãos, pelo compilado de estatísticas, constatamos que eles não trocam informações entre si. O modo de coleta de registros é totalmente diferente entre os mesmos e, após a coleta, não há repasse de dados entre os órgãos. Contata-se, por exemplo, pelo número de registro de quatro ocorrências de assédio sexual no ano de 2019 perante a Ouvidoria sem nenhum registro perante a SSI.

Se a mesma vítima de fato violento reporta à SSI e faz uma reclamação à Ouvidoria, esse registro do mesmo fato será duplicado, constando em cada setor. Se ocorre o contrário, apenas é passado a um desses setores. Os outros não tomam conhecimento. Isso faz com que cada setor seja isolado e proporciona uma deturpação nos números da instituição. Deveria haver um setor competente para compilar todos os números de forma a buscar um registro mais concreto sobre o que

realmente acontece na instituição.

Ao proporcionar meios para que os dados sejam coletados de forma mais ampla e aprimorando seus órgãos no sentido de se ter um registro mais fidedigno, sem duplicidade e mais acurado, a instituição poderia melhorar a forma como os vigilantes e a segurança atuam. Poderia haver um remanejamento para áreas mais perigosas, nos horários mais necessários.

Conforme os dados de violência no município de João Pessoa apontam, o número de crimes violentos patrimoniais é altíssimo em toda a cidade. Os dados da SSI também corroboram para demonstrar a violência na cidade porque, dentro da UFPB, as violências que mais ocorrem são justamente os furtos e roubos, crimes patrimoniais.

Independente do índice de crimes violentos patrimoniais terem apresentado aumento ou diminuição, a alta concentração deles na cidade de João Pessoa representa um perigo também para a UFPB. A instituição apenas reflete o que acontece na cidade onde se localiza. Não há como separá-la do território municipal; ela é afetada pela alta atividade criminosa da cidade. E mesmo havendo outros campi em outras cidades, os dados em sua grande maioria refletem situações que acontecem no Campus I, demonstrando justamente que o reflexo da violência da cidade na instituição.

Com todos os dados apresentados, os crimes violentos patrimoniais são os tipos que mais afetam a vida de todos que frequentam a UFPB. Roubo, furto de diversos bens como motocicletas, veículos ou objetos pessoais são a maior ameaça à instituição e a todos. Tais fatores corroboram um comportamento omissivo da UFPB no tocante à atuação no combate à violência na instituição. Se os dados não são coletados com primazia, se os dados não são trabalhados com expertise, se não há uma Política de Segurança Institucional para uma instituição com mais de 70 anos de existência, há uma falha na segurança institucional.

Por fim, o trabalho objetiva ter contribuído socialmente para que a instituição possa buscar melhorias em seus setores que atuam no enfrentamento à violência de forma que a segurança de todos os que transitam na instituição e que fazem dela parte de sua vida possam conviver num ambiente mais seguro.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. **Ackoff's Best**. New York: John Wiley & Sons, 1999. p. 17-172.

ACKOFF, R. L. From data to wisdom. **Journal of Applied Systems Analysis**, v. 16, p. 3-9, 1989. Disponível em: <<http://faculty.ung.edu/kmelton/documents/datawisdom.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

APOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARENDT, H. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. 2004. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

BENJAMIN, W. Sobre a crítica do poder como violência. In: **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BOURDIEU, P. **Sur l'État. Cours au Collège de France (1989 -1992)**. Paris: Raisons d'Agir/Seuil. Paris, Seuil, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei 3.688, de 03 de outubro de 1941. **Lei de introdução ao código penal**. Diário Oficial, Brasília, 03 out 1941a.

BRASIL. Decreto-Lei 3.914, de 03 de outubro de 1941. **Lei das contravenções penais**. Diário Oficial, Brasília, 03 out 1941b.

BRASIL. **Lei das contravenções penais**. 1941c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. **Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de**

Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Plano nacional de segurança pública e defesa social 2021-2030.** Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planos/plano_nac-_de_seguranca_publica_e_def-_soc-_2021___2030.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; SANTOS, P. C. M. dos (Coords.). **Conflitos no Campo:** Brasil 2019. CPT – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0>. Acesso em: 10 jul. 2021

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, D. **Atlas da violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

CHOO, C. W. **The knowing organization:** How organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions. Oxford University Press, 1996.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. (Eds.). **Research Methods in Education.** 6. ed. London: Routledge/Taylor & Francis Group, 2007.

COSTA, P. R. **A formação de tradutores em instituições de educação superior públicas brasileiras:** uma análise documental. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violence:** a global public health problem. World Report on Violence and Health. Geneve: World Health Organization, 2002.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS CRIME – UNODC. **Estratégia do UNODC 2021-2025.** UNODC, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//relatorio_estrategia_UNODC_web.pdf. Acesso em: 6 jul. 2022.

FELIPE, L. **Depois de atentado do 11 de setembro eua mudaram forma de encarar**. Agência Brasil, Brasília, 11 de setembro de 2011. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-09/depois-de-atentado-do-11-de-setembro-eua-mudaram-forma-de-encarar>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FLEURY S.; BICUDO V.; RANGEL G. Reacciones a la violencia institucional: estrategias de los pacientes frente al contraderecho a la salud en Brasil. **Salud Colect.** Buenos Aires, v. 9, n. 1, p. 11-25, 2013.

FLORES, L. F. B. N. Da construção do conceito de violência. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-16, 1995.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, Londres, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, Londres, v. 6, n. 3, p. 167-91, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/422690?seq=5>. Acesso em: 4 jun. 2013.

GARVER, N. **What Violence Is**. The Nation 209, 24 de junho de 1986, p. 817-822.

GAUTHIER, B. **Recherche sociale**. De la problématique à la collecte des données. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2008.

GEORGE, A. L. Quantitative and Qualitative Approaches to Content Analysis. In: SCOTT, J. (Ed.). **Documentary Research**. v. 1. London: SAGE Publications, 2006. p. 136-160.

GONÇALVES, S. A. **Feminicídio: uma abordagem dos dados, leis e políticas públicas (2011-2015)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

IMBUSCH, P. The concept of violence. In: HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Eds.). **International handbook of violence research**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 13-40.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proposta de adequação**. Nova Iorque. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2021.

JAMISON, K. G.; SANTOS, L. A. P. F. dos. Violência: a categorização de homens e mulheres cearenses. **Revista Signo**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 38, n. 65, p. 54-69,

jul./dez. 2013.

LAMEU, A. A relevância do processo administrativo disciplinar para a promoção da boa administração pública: uma análise do modelo administrativo brasileiro, responsabilidade advindas da má gestão e o instituto capaz de promover sua melhoria. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 16, 2019.

LIEW, A. Understanding data, information, knowledge and their interrelationships. **Journal of Knowledge Management Practice**, v. 8, n. 2, p.1-16, 2007.

LINS, A. **UFPB realiza ‘força-tarefa’ para transferir cães abandonados do Campus I e evitar ataques**. UFPB, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-realiza-2018forca-tarefa2019-para-transferir-caes-abandonados-do-campus-i-e-evitar-ataques>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LITKE, R. Violencia y poder. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Cataluña, v. XLIV, n. 1, p. 164, 1992.

MARTINS, H. C.; PERLIN, M. S. **A importância do reuso de dados na pesquisa acadêmica**. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2020. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/07/07/a-importancia-do-reuso-de-dados-na-pesquisa-academica/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 2, n. 30, p. 289-300, ago. 2004.

MENDEZ KERSTEN, V. O Código de Hamurabi através de uma visão humanitária. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 42, jun 2007.

MILITÃO, B. **Número de crimes violentos diminui durante isolamento social na pandemia**. Jornal da USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/numero-de-crimes-violentos-diminui-durante-isolamento-social-na-pandemia/#:~:text=Ela%20afirma%2C%20apesar%20disso%2C%20que,afetou%20diretamente%20na%20sua%20diminui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 22 ago. 2022

MIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. ed. São Paulo:Malheiros, 2005.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company: How Japanese companies create the dynamics of innovation**. Oxford university press, 1995.

OLIVEIRA, L. L. de. **Política de Segurança: diretrizes para a universidade federal de Santa Catarina – UFSC, na percepção dos servidores da Secretaria de Segurança Institucional**. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda**

2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 de ago 2022.

PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. A violência. In: **Não é só a torcida organizada**: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-26.

PARAÍBA. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Anuário da segurança pública 2021**. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://www.sites.google.com/view/anuariosesds2021/cvli_1/cvli-geral. Acesso em: 01 de jul 2022.

PEARLSON, K.; SAUNDERS, C. S. **Managing and using informationsystems**: A strategic approach. Nova York: Wiley, 2004.

POUPART, J. et. al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

RAMIEZ, A. **Isolamento social causa queda nos crimes**. Correio, 2020. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/isolamento-social-causa-queda-nos-crimes-1.344602>. Acesso em: 22 ago. 2022

REMOR, C. A.; FIALHO, F. A.; QUEIROZ, M. P. Analisando a hierarquia DIKW. **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – Ciki**, v. 1, n. 1, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, M. A. A.; MELO, D. de C. A (in)segurança silenciosa nos Campus universitários: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Revista De Políticas Públicas**, v. 23, n. 2, p. 465-480, 2019.

ROSA, R. et al. Violence: concept and experience among health sciences undergraduate students. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 14, n. 32, p. 81-90, jan./mar. 2010.

ROWLEY, J. The wisdom hierarchy: representations of the DIKW hierarchy. **Journal of information science**, v. 33, n. 2, p. 163-180, 2007.

SANTIAGO, E. **Código de Hammurabi**. Infoescola, 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/codigo-de-hamurabi/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, J. V. T. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 108, p. 183-190, 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Amp. Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SCOTT, J. (Ed.). **Documentary Research**. London: SAGE Publications, 2006.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. **Data Grama Zero**, v. 0, n. 0, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7327>>. Acesso em: 26 fev.2022.

SILVA, M. T. M. **As condutas diversas da conjunção carnal que podem ser configurar estupro**. Portal Jus. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40643/as-condutas-diversas-da-conjuncao-carnal-que-podem-ser-configuradas-estupro>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOARES, C. S. Poder e violência: um paralelo entre Pierre Clastres e Hannah Arendt. **Revista Prelúdios**, v. 3, n. 3, jun. 2014.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

SOUZA JÚNIOR, N. F. **Neurocriminologia: (re)pensando a criminologia a partir de diferentes ângulos e abordagens** (2016). Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SWAMLEY, J. **Liberation Ethics**. Nova York: The Macmillan Co., 1972.

TARTARUGA, I.G.P. **As inovações nos territórios e o papel das universidades: notas preliminares para o desenvolvimento territorial no estado do Rio Grande do Sul**. Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Porto Alegre, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Minuta de Resolução. **Dispõe sobre a criação da Política de Segurança Institucional da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa. s/d. Disponível em: <http://www.ctdr.ufpb.br/ctdr/contents/documentos/pdf/minuta_-_seguranca>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Resolução nº 40/2018, de 17 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre a criação da Superintendência de Segurança Institucional da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1176724&key=2bb09e554e0e92747ace98b2654934f9>>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Resolução nº 06/2020, de 31 de julho de 2020. **Dispõe sobre a criação do Regimento da Ouvidoria Geral da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ouvidoria/Res_06.2020_Consumi.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Resolução nº 26/2013, de 25 de julho de 2013. **Dispõe sobre a normatização das competências da Comissão Permanente de Processo Administrativo da UFPB**. João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cprad/contents/documentos/resolucao-26-2013-consuni.pdf>>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **UFPB em números**, 2019. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/9XRH8Pzx7JPKZLg#pdfviewer>. Acesso em: 13 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **UFPB/SSI**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ssi/contents/menu/quem-somos>. Acesso em: 13 jan. 2022.

WEBER, R. P. Techniques to Content Analyses. In: SCOTT, J. (Ed.). **Documentary Research**. V. 1. London: SAGE Publications, 2006.

ZIZEK, S. **Violência**: seis notas à margem. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

ANEXO A – Estatísticas de ocorrências 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL 2016
FURTO CONTRA O PATRIMÔNIO	00	01	01	00	03	01	03	00	01	01	00	00	11
DANO/ VANDALISMO CONTRAO PATRIMÔNIO	01	01	04	01	00	00	01	00	02	00	06	00	16
DANO /VANDALISMO CONTRA PERMISSIONÁRIOS	00	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00	00	02
FURTO DE OBJETOS DE TERCEIROS (BOLSAS, CELULARES, ETC.)	00	01	04	02	07	03	05	02	04	02	03	01	34
FURTO DE VEÍCULOS (CARRO)	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	01
FURTO DE MOTOS	00	00	00	01	01	00	00	00	00	00	00	00	02
FURTO DE SOM ou OBJETOSDO INTERIOR DE VEÍCULOS	00	00	00	00	02	01	03	00	01	01	01	03	12
ROUBO	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	01
ASSALTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	01

TENTATIVA DE ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	xx	xx	xx	xx	xx	xx	00
TOTAL MENSAL	01	03	09	04	14	05	13	04	09	04	10	04	80

ANEXO B – Ocorrências discriminadas 2016

Janeiro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
07/01/2016	Estacionamento Feirinha/Capela	Acidente de trânsito /ameaça
13/01/2016	CCSA	Membros da Com. Bem-Estar Animal registram ocorrência de furto de ração.
13/01/2016	C.A Fisioterapia	Festividade não autorizada causa transtorno no serviço de segurança no plantão noturno.
18/01/2016	Ginásio de Esportes	Vigilante visualiza elemento armado e efetua disparo.
22/01/2016	Morfologia/CCS	Funcionário pula mureta e sai conduzindo material de uso do Setor.
25/01/2016	Setor de anatomia/Morfologia/CCS	Vigilante encontra vidro de janela da sala 411B quebrado. Nada foi levado.
25/01/2016	Morfologia/CCS	Lavador de carros informa que depósito da empresa Só Constrói fora arrombado.
27/01/2016	PU	Sala de materiais deixada aberta.
29/01/2016	Entrada G II	Potro encontrado solto no Campus

Fevereiro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
02/02/2016	CE	Bombeiros retira enxame.
04/02/2016	CE	Furto de celular de aluna sala 302 CE
04/02/2016	PGL/REITORIA	Professora relata sumiço de equipamentos fato ocorrido no final do ano anterior.
13/02/2016 sábado	CCTA	Festividade promovida por alunos com bebida e drogas ilícitas.
14/02/2016	Residência Mista Campus I	Residente denuncia ter sido agredido por uma aluna também residente

DATA	LOCAL	TIPO
14/02/2016	Proximidades do HULW.	Patrulheiros trocam tiros com bandidos
19/02/2016	CT	Festividade promovida por alunos gera diversas ocorrências no Campus.
21/02/2016	Estacionamento do HULW.	Segurança encontra veículo roubado.
23/02/2016	Estacionamento CCEN.	Galho de árvore cai sobre veículo no dia anterior.
23/02/2016	Estacionamento Multimídia.	Queda de árvore sobre veículo.
25/02/2016	Base segurança.	Aluno registrar queixa contra os que fizeram protesto em rio Tinto.

Março / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/03/2016	Biblioteca Central	Estudantes participantes de ocupação da Reitoria invadem BC fazendo algazarra e pichação.
01/03/2016	BC /Base	Estudante denuncia vigilantes por homofobia.
04/03/2016	Estacionamento da Reitoria	Carro arranhado
07/03/2016	Residência Universitária	Cheiro forte de gás. BM acionado.
10/03/2016	Restaurante Universitário	Furto de patrimônio. Duas bombas.
16/03/2016	Coreto CCS	Mães de alunos da Creche reclamam do consumo de drogas no coreto.
17/03/2016	Pedagogia/CE	Furto e devolução de controle remoto de carro.
18/03/2016	Lab.de invertebrado/DSE/CCEN	Furto de notebook particular
19/03/2016	Anel externo	Moto bate na cerca e danifica estacas.
21/03/2016	CCHLA	Estudante tem boneco tomado por outro estudante que participou da greve de fome.
23/03/2016	Biblioteca Central	Furto de bicicleta.
23/03/2016	Estacionamento Morfologia/CCS	Furto de calota de retrovisor/pneu estepe.
24/03/2016	Praça da Alegria/CCHLA	Segurança detém estudante por desacato;
24/03/2016	CA filosofia/Sede social DCE	Festas com bebidas e danos ao patrimônio.
25/03/2016	C.A de Filosofia/CCHLA	Estudante detido e entregue a PM por danos ao

DATA	LOCAL	TIPO
		patrimônio, desacato e injúria racial.
27/03/2016	Central de aulas	Gato encontrado morto.
27/03/2016	Praça da Alegria/CCHLA	Ação da PM prende traficante armado no Campus.
28/03/2016	Entrada da Direção do CCHLA	Vidro quebrado.
29/03/2016	BASE	Estudante denuncia que colega tenha sido agredido pela segurança.
30/03/2016	Próximo ao CEDESP	Acidente de Trânsito.
30/03/2016	Obra/CCM	Engenheiro denuncia tentativa de agressão por parte de lavador de carro.
31/03/2016	Em frente a Gráfica	Acidente de Trânsito

Abril / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/04/2016	Estacionamento Reitoria	Tentativa de roubo. Meliantes fugiram.
02/04/2016	Entrada do CCHLA	Após manifestação de estudantes objetos da UFPB são abandonados na rua.
05/04/2016	Base	Cidadão relata quebra de acordo do acidente do dia 30.03.2016
05/04/2016	Geociência	Sala aberta.
05/04/2016	CCM	Gato encontrado machucado por ataque de cães.
07/04/2016	CCHLA	Furto de motocicleta.
11/04/2016	Estacionamento SANTANDER/CCEN	Acidente de trânsito.
12/04/2016	ETS/GUARITA IV/RUM	Registro de morte de gatos nesses locais.
14/04/2016	CCHLA	Aluna denuncia professor por abandoná-la em sala de aula fazendo prova.
15/04/2016	CTDR/Mangabeira	FALTA DE ENERGIA
15/04/2016	Praça da alegria	Evento realizado com consumo de drogas.
16/04/2016	Oficina Elétrica/CT	Queda de árvore.
18/04/2016	Estacionamento CCHLA	Furto de estepe

DATA	LOCAL	TIPO
21/04/2016	Corredor central do CT	Mortes de gatos (05, em datas distintas)
21/04/2016	PU	Gato encontrado morto.
22/04/2016	Departamento de Música	Furto de bicicleta.
23/04/2016	PU	Dois gatos encontrado mortos.
23/04/2016	Centro de Vivência	Festa regada a bebida alcoólica.
27/04/2016	Centro de vivência/Banca Revista	Alunas denunciam agressão verbal no local.
27/04/2016	Centro de vivência/Banca Revista	Proprietário da Banca de revista dar versão sobre a denúncia das alunas.

Maio / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
02/05/2016	CCS	Zelador sente falta de bebedouro.
03/05/2016	LEA/CCHLA	Encontrado saquinho com maconha.
03/05/2016	CCHLA	Funcionário registra desaparecimento de equipamento. Fato ocorrido há algum tempo.
09/05/2016	Estacionamento Reitoria	Acidente de Trânsito.
10/05/2016	CCS/estabelecimento comercial	Funcionária do estabelecimento denuncia ex-marido.
10/05/2016	CCEN/Biologia	Furto de bicicleta de estudante.
11/05/2016	Entrada guarita II	Veículo é atingido por galho de árvore.
11/05/2016	Estacionamento Central de aulas	Queda de galho de árvore sobre veículo.
12/05/2016	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos do interior de veículo sem arrombamento.
13/05/2016	Centro de Vivência	Alarme da UNICRED dispara.
13/05/2016	CCHLA	Furto de bicicleta de estudante.
13/05/2016	Ginásio de Esportes	Homem armado tem ação repreendida pelo vigilante.
13/05/2016	Centro de Vivência	Festa rolou a noite toda com consumo de bebida.
16/05/2016	Biologia/CCEN	Furto de bicicleta de estudante.
16/05/2016	DBM/CCEN	Furto de LAPTOP.
17/05/2016	Estacionamento Motos/CCHLA	Gata encontrada morta.
18/05/2016	DBM/CCEN	Complementação da ocorrência do dia 16/05. Furto de

DATA	LOCAL	TIPO
		patrimônio.
19/05/2016	Cantina DM	Furto de uma mesa.
20/05/2016	CCSA	Furto de bicicleta de estudante.
20/05/2016	Estacionamento CCM	Arrombamento de veículo sem furto de objetos.
20/05/2016	Estacionamento BC	Furto de moto em festividade no Campus.
20/05/2016	Centro de Vivência	Festividade cheia de ocorrências, consumo de drogas lícita e ilícitas.
20/05/2016	Centro de Vivência	Tentativa de furto de motocicleta.
22/05/2016	Obra parada no CCHLA	Segurança encontra balança de precisão.
23/05/2016	Centro de Vivência	Furto de objetos do interior de veículo sem arrombamento.
23/05/2016	Biologia/CCEN	Furto de bicicleta de aluno.
23/05/2016	Restaurante Universitário	Aluna esquece bolsa no WC.
26/05/2016	SVO	Motorista desacata vigilantes.
27/05/2016	Centro de Vivência	Evento transcorre com muita droga, bebida, brigas e arrastões.
30/05/2016	DEMAT/ CT	Professor denuncia furto de objetos e HD de Laboratório.

Junho / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/06/2016	CT	Tentativa de furto de moto de estudante.
02/06/2016	Bicicletário CCEN	Furto de bicicleta de estudante.
08/06/2016	Estacionamento CEF	Furto de objetos do interior de veículo sem arrombamento.
16/06/2016	CCM	Recolhido material de lavador
17/06/2016	Estacionamento CAPELA/DCE	Veículo estaciona em vaga reservada e é danificado.
21/06/2016	Departamento de Música	Furto de bicicleta
25/06/2016	Saída da Guarita I/CCHLA	Segurança detém menor de 11 anos furtando carrinho

DATA	LOCAL	TIPO
		de açai.
26/06/2016	Dependências do R.U.	Professora da Comissão de Bem-estar Animal trás chaveiro e pede autorização da segurança para resgatar gata na edificação.
28/06/2016	Estacionamento C. De Aulas	Queda de árvores sem causar nenhum dano.
29/06/2016	R.U.	Furto de dois botijões de gás -13 kg
29/06/2016	Estacionamento do HULW	Queda de galho de árvore danifica veículo.
30/06/2016	Circulatória ED FISICA/ADU	Professor denuncia está sendo perseguido por outro carro.

Julho / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
02/07/2016	Todo o Campus I	Falta de energia 15:20/18:35 hs
02/07/2016	Centro de vivência	Dois gatos mortos. (07.06.2016)
	CCSA	Três gatos mortos com sinais de atropelamento. (19.06.2016)
	Estacionamento Geociência/CCEN	Um gato morto. (10.06.2016)
	Prox. Cantina Lando/CCEN	Uma gata morta. (20.06.2016)
	Jardim - Cbiotec	Um gato morto. (24.06.2016)
05/07/2016	Mídia Digitais	Desentendimento de professor com Diretores do Departamento.
06/07/2016	C.A de Farmácia/CCS	Furto de equipamentos.
07/07/2016	Estacionamento do HULW	Queda de galho de árvore danifica três motos.
09/07/2016	DIPA	Porta deixada aberta.
10/07/2016	Campus I	Falta de energia 20:20h / 22:40h
10/07/2016	Ginásio de Esportes	Desentendimento entre professores e a segurança.
13/07/2016	Ambiente professores sl 22/CCSA	Furto de patrimônio.
13/07/2016	Ambiente professores sl 27/CCSA	Furto de patrimônio.
13/07/2016	Estacionamento CEF	Furto de objetos do interior de dois veículos sem

DATA	LOCAL	TIPO
		arrombamento.
13/07/2016	CCTA	Evento Cultural com uso de bebida.
14/07/2016	CCTA	Comunicado de que havia acontecido um estupro no CCTA durante o evento da noite anterior.
15/07/2016	CCSA	Furto de bicicleta de aluno.
15/07/2016	Por trás pista atletismo	Queda de poste com transformador. Falta energia 01:00 h da madrugada. Energia desligada.
15/07/2016	Residência Universitária	Alunos fazem uso de som alto.
16/07/2016	CCTA	Feijoada realizada com consumo de bebida alcoólica.
16/07/2016	Residência Universitária	Segurança acionada para averiguar desentendimento entre residentes.
17/07/2016	Campus I	Falta de energia 09:30/10:35 h e 16:10/17:50 h.
19/07/2016	Ambiente professores - SI 26/CCSA	Arrombamento sem furto.
19/07/2016	Ambiente professores - CCSA	Furto de notebook do professor.
20/07/2016	CT	Furto de bicicleta de aluno.
21/07/2016	Estacionamento da BC	Furto de objetos do interior de veículo sem arrombamento.
21/07/2016	C.A de Educação Física	Gato levado para veterinário. Feita eutanásia.
21/07/2016	Campus I	Grupo de cães ataca gatos. Três mortos.
22/07/2016	Ambiente dos professores/CCSA	Tentativa de arrombamento.
22/07/2016	Residência Universitária	Furto de bicicleta de aluno/residente.
23/07/2016	Residência Universitária	Segurança detém funcionário terceirizado (JMT) praticando furto de roupas de residente.
25/07/2016	Estacionamento do CCS	Veículo tem o retrovisor danificado.
27/07/2016	Estacionamento CCTA	Veículo tem lanterna traseira danificada.
28/07/2016	Central de Aulas/Matemática	Pais denunciam comportamento inadequado de aluno para com sua filha em sala de aula
28/07/2016	Estacionamento C. de Vivência	Veículo tem os cilindros das portas danificados.
28/07/2016	Estacionamento da Reitoria	Furto de bolsas do interior de veículo com arrombamento.
29/07/2016	Ambientes professores/CCSA	Comunicação de furto de equipamento CNPQ.
29/07/2016	Praça da Alegria/CCHLA	PC efetua prisão de traficantes no local.
29/07/2016	Rotatória da G II/Reitoria	Acidente de trânsito entre carro e moto.

Agosto / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/08/2016	Estacionamento da Reitoria	Furto de veículo
02/08/2016	Est. Reitoria/CCS	Seguranças efetuam prisão de elemento tentando furtar veículos no Campus.
05/08/2016	Sede Social do DCE	Segurança averigua denúncia de tentativa de agressão a mulher e é agredido por homem que acaba preso e conduzido à PF.
08/08/2016	E.T.S / CCS	Confusão entre servidor e professor acaba na Polícia.
10/08/2016	Residência Universitária	Trabalhador terceirizado tem morte natural no serviço.
11/08/2016	CCSA e CE	Salas deixadas abertas.
13/08/2016	CT (área externa)	Carro abalroa poste que fica sob a cerca.
15/08/2016	Portão de acesso do C T	Carro guiado por estudante danifica o portão.
15/08/2016	CCTA	Gato encontrado morto no contêiner de lixo.
15/08/2016	CCHLA-Ambiente professores	Furto de frigobar.
15/08/2016	CCSA	Porta de acesso aos ambientes aberta.
16/08/2016	Ambientes professores/CCSA	Furto de equipamentos de professora
17/08/2016	CEF/UFPB	Alarme dispara fumaça.
18/08/2016	Central de Aulas	Queda de ar-condicionado sobre alunas.
19/08/2016	Pista em frente a ETS/CCS	Veículo atropela e mata gato.
19/08/2016	Casa de Hermano José-Bessa	Desaparecimento de gato.
23/08/2016	Estacionamento do CT	Árvore cai sobre veículos
23/08/2016	Ginásio de Esportes	Membro da CBDA comunica que arrombaram um quiosque e retiraram 16 filhotes e 3 gatos e abandonaram na mata e ainda roubaram um uma caixa de transporte.
23/08/2016	Campus I	Presidente CBDA comunica o desaparecimento de recipientes para comida de animais.
25/08/2016	Estacionamento do C T	Estudante tem veículo danificado sem que nada tenha sido roubado.

DATA	LOCAL	TIPO
26/08/2016	Casa de Força/GE	Homem pula a cerca e é detido pela segurança.
27/08/2016	BASE	Casal registra queixa contra vigilantes.
28/08/2016	CAPELA/BASE	Professora registra queixa contra vigilante andando de moto na calçada
28/08/2016	CAPELA/BASE	Vigilantes relatam que professora andava com cachorro solto no Campus
29/08/2016	Residência Universitária	Residente relata furto de sua bicicleta.
30/08/2016	CCHLA	Abordagem de vigilante gera tumulto. Denúncia de tiro.
31/08/2016	CCS	Furto e danos a placas de formatura.

Setembro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/09/2016	Estacionamento da Biblioteca Central	Visitante tem veículo arrombado e objetos furtados da mala.
02/09/2016	Proximidades da PU	Servidora tem celular tomado de assalto.
03/09/2016	Sede Social do DCE	Porta principal aberta.
05/09/2016	CEAR	Estudante registra que teve vidro do carro danificado por trabalhado terceirizado.
12/09/2016	ETS / CCS	Aluna denuncia ser ameaçada e perseguida por aluno por conta de religião.
13/09/2016	ETS / CCS	Outra aluna denuncia aluno por problemas de perseguição religiosa.
14/09/2016	HULW	Confusão entre casal e mais outra mulher. Agressão física. Polícia acionada.
14/09/2016	Em frente a Reitoria	Abalroamento entre dois veículos.
17/09/2016	Ginásio de Esportes - GE	Caminhão danifica portão e a calçada.
17/09/2016	C.A de Filosofia	Alunos utilizando o C.A para dormirem.
19/09/2016	CCEN	Professora registra morte de quatro gatos em dias alternados.

DATA	LOCAL	TIPO
20/09/2016	CEAR	Furto de equipamento data show da UFPB.
23/09/2016	Estacionamento da Central de aulas	Furto de uma calota de veículo.
24/09/2016	Sede Social do DCE	Portão principal deixado aberto.
24/09/2016	Pista de rolamento CCHLA	Vigilante sofre acidente de moto após atropelar gato. Gato morreu.
26/09/2016	Estacionamento da CEF	Suspeitos armados. PM acionada.
26/09/2016	Residência Universitária	Furto de dinheiro de Residentes após estes terem deixado a porta aberta devido eles mesmos terem arrombados a fechadura.
27/09/2016	CEAR	Furto de notebook de professor.
28/09/2016	CCHLA	Furto de acessório de moto.

Outubro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
02/10/2016	C.A. de Geografia	Porta deixada aberta.
03/10/2016	PU	Furto de placas de granito de construtora
03/10/2016	Estacionamento C. Vivência	Arrombamento de veículo sem furto de objetos.
09/10/2016	Campus I	Falta de energia
11/10/2016	C T	Furto de Bicicleta
11/10/2016	Frontal a Residência Universitária	Acidente de trânsito envolvendo ônibus UFPB
23/10/2016	Agência da CEF	Porta interna deixada aberta. PM acionada.
24/10/2016	CCSA	Portas deixadas abertas.
27/10/2016	Estacionamento da CEF	Furto de objetos do interior de veículo (Patrimônio)
31/10/2016	CCHLA	Abordagem da segurança/conflito alunos

Novembro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/11/2016	Centro de Vivência	Festividade com álcool e drogas após plenária estudantil que decidiu por ocupação na UFPB a partir de 07.11.2016.
03/11/2016	Bosque CCS	Residente denuncia espancamento por pessoas alheias a UFPB.
04/11/2016	Campus I	Falta de energia
07/11/2016	Residência Universitária	Hóspede registra perda de carteira.
08/11/2016	Estacionamento da Clínica de Fisioterapia.	Furto de retrovisor de motocicleta.
11/11/2016	Guarita V	Portão fechado por manifestantes. Funcionário quebra cadeados após saída deles.
12/11/2016	Sede social do DCE	Integrantes do OCUPA UFPB promovem baderna na sede social do DCE incomodando participantes de evento que estavam alojados no citado local.
13/11/2016	Centro de Vivência	Integrantes do OCUPA UFPB fazem denuncia de ameaças.
13/11/2016	Prox. pista de atletismo/ED Física	Princípio de incêndio. Bombeiros acionados.
15/11/2016	TV UFPB/ NUDOC	Muro derrubado por veículo
15/11/2016	Guarita V (CT)	Integrantes do OCUPA UFPB danificam portão.
17/11/2016	Estacionamento C. Vivência	Veículo arrombado com furto de objetos.
17/11/2016	Giratória G I	Estudante atropela outro estudante.
18/11/2016	Passarela Reitoria	Furto de bicicleta.
21/11/2016	CCSA	Comunicação de furto de patrimônio(notebook)
23/11/2016	Passarela do CCEN	Caminhão danifica passarela
24/11/2016	CCTA	Segurança detém elementos pichando. PM acionada. Conduzidos para a Polícia Federal.
26/11/2016	Ao lado do Bosque CCS	Veículo deixado aberto com a chave na ignição.
26/11/2016	Residência Universitária	Residente embriagado desrespeita a segurança.
28/11/2016	Restaurante Universitário	Furto de carnes com arrombamento dos cadeados da porta do frigorífico
29/11/2016	Restaurante Universitário	Furto de celular de estudante.
30/11/2016	Restaurante Universitário.	Ex-funcionários cobram indenização.

Dezembro / 2016

DATA	LOCAL	TIPO
01/12/2016	Rotatória da Guarita II	Acidente de trânsito.
04/12/2016	Praça da Alegria/CCHLA	Bicicleta esquecida é recolhida.
05/12/2016	CCSA	Salas deixadas abertas.
06/12/2016	Estacionamento da CEF	Furto de objetos do interior de veículo sem arrombamento
06/12/2016	Estacionamento da CEF	Arrombamento de veículos com furto dinheiro.
09/12/2016	Casa de Hermano José	Professora da CBEA denuncia vigilante por desacato.
09/12/2016	Em frente a ETS	Vazamento de água.
09/12/2016	CCHLA	Roupa de formatura encontrada
09/12/2016	Residência Universitária	Residentes consumindo bebida alcoólica.
12/12/2016	CCHLA/G I	Polícia Civil apreende veículos roubados.
15/12/2016	Restaurante Universitário.	Furto de impressora da empresa de nutrição.
15/12/2016	Rotatória da Guarita I	Veículo atingido por estilhaço provocado por trabalhador a serviço da UFPB.
15/12/2016	Auditório da Reitoria	Servidor surta e danifica ornamentos da formatura. Samu acionado. Servidor conduzido para Hospital.
17/12/2016	Campus I	Falta de Energia.
26/12/2016	Restaurante Universitário.	Furto de carnes do frigorífico
27/12/2016	Estacionamento do Santander	Furto de cartão de crédito de dentro de veículo S/A.

ANEXO C – Estatísticas de ocorrências 2017

TIPO DE OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG O	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL 2017
FURTO CONTRA O PATRIMÔNIO	00	00	02(*)	00	01	01	00	01	00	01	01	01	08
DANO/ VANDALISMO CONTRAO PATRIMÔNIO	03	01	01	00	06	00	00	04	02	01	01	01	20
DANO /VANDALISMO CONTRA PERMISSIONÁRIOS	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
FURTO DE OBJETOS DE TERCEIROS (BOLSAS, CELULARES ETC...)	08	09	01	01	02	02	01	05	00	01	01	00	31
FURTO DE VEÍCULOS (CARRO)	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01
FURTO DE MOTOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE SOM ou OBJETOS DO INTERIOR DE VEÍCULOS	01	01	02	02	02	03	01	03	03	00	01	01	20
ROUBO	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01	02
ASSALTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
MORTE e /ou maus tratos de ANIMAIS	00	01	07	00	00	01	00	01	03	03	02	03	21
TOTAL MENSAL	12	13	14	04	11	07	02	14	08	06	06	07	104

ANEXO D – Ocorrências discriminadas 2017

Janeiro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
04/01/2017	Ambulatório do HULW	Furto de carteira de usuária
10/01/2017	Restaurante Universitário	Grade principal deixada aberta.
12/01/2017	Lateral do HULW	Princípio de incêndio controlado pelos vigilantes.
14/01/2017	Restaurante Universitário	Furto de tablete. Tentativa de furto de balança.
16/01/2017	Proximidades da CEF	Muro danificado por veículo
16/01/2017	Geociências/CCEN	Chaves e outros materiais recolhidos para a Base.
17/01/2017	Praça da Alegria/CCHLA	Furto de celular. Aluno denuncia frequentadora da Praça. Segurança recupera o celular.
20/01/2017	Estacionamento Centro de Vivência	Carro é avariado por outro ao manobrar
22/01/2017	Restaurante Universitário	Grade aberta.
22/01/2017	Sede administrativa do DCE	Porta arrombada. Pessoas estranhas dentro da edificação.
23/01/2017	LACOM – Depto. Química/CCEN	Porta arrombada. Nada roubado.
24/01/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos do interior de Veículo (arrombado)
24/01/2017	Bloco J do CT	Furto de Bicicleta.
25/01/2017	Lateral da Garagem Central	Incêndio na mata. Bombeiros acionado.
28/01/2017	Centro de Vivência (DCE)	Alunos consumindo bebidas se recusam a se identificarem.
28/01/2017	C T	Queda de árvore sobre rede elétrica.
28/01/2017	DCE	Furto de bolsa de aluno (festividade com bebida)
30/01/2017	Central de Aulas -Bloco CA - G	Furto de Bicicleta.
30/01/2017	Central de Aulas -Bloco CA - G	Furto de capacete.
31/01/2017	Estacionamento C.Aulas	Queda de galho de árvore sobre veículo.
31/01/2017	Bicicletário do CCEN	Furto de bicicleta.
31/01/2017	Residência Universitária	Muda de maconha recolhida e passada para PF.

Fevereiro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/02/2017	Residência Universitária	Aluna surta. Conduzida para o PASM.
03/02/2017	CCHLA	Proprietário de fiteiro com som alto. Base acionada. Som foi desligado.
06/02/2017	Psiquiatria do HULW	Segurança retira paciente que agrediu médico.
06/02/2017	Centro de Vivência	Furto de carrinho de bagagem
06/02/2017	Retaguarda CCHLA	Furto de capacete.
10/02/2017	Biblioteca Setorial/CCSA	Furto de bicicleta.
11/02/2017	CCS/Administração	Foco de abelhas. Bombeiro acionado.
11/02/2017	Sede do DCE	Porta arrombada. Segurança recolhe TV.
13/02/2017	Bloco J do CT	Furto de capacete.
08/02/2017	Lateral de Fonoaudiologia/CCS	Furto de bicicleta.
13/02/2017	RECOGÁS/ CEAR	Furto de equipamentos
15/02/2017	Mata por trás BC /Central de aulas	Incêndio. Bombeiro acionado.
17/02/2017	Estacionamento motos/HULW	Furto de bicicleta.
17/02/2017	Bicicletário da BC	Furto de bicicleta.
19/02/2017	CCHLA	Livraria danificada.
20/02/2017	Entre CCS/HU prox. bosque	Acidente de trânsito.
21/02/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos de veículos sem arrombamento.
24/02/2017	Estacionamento CCSA	Furto de capacete.
28/02/2017	CCTA	Gatos encontrados mortos.

Março / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/03/2017	CCEN- A	Vigilante encontra gato morto.
02/03/2017	CCTA	Membros da CBDA registram a morte de vários gatos com sintomas de envenenamento.
03/03/2017	CCS	Acidente de trânsito (carro x moto) danos materiais.

DATA	LOCAL	TIPO
05/03/2017	Em frente a Biblioteca Central	Transeunte é atacado por cão.
06/03/2017	Campus I	Membro da CBDA registra morte de oito gatos entre os dias 02.01 e 01.03.2017.
06/03/2017	Estacionamento da Residência	Veículo é danificado por pedra.
06/03/2017	Teatro Lampião/CCTA	Encontrado saco com vários gatos mortos.
06/03/2017	C E	Professora encontra gato morto
07/03/2017	Estacionamento CEF	Furto de objetos do interior de veículo S/A.
09/03/2017	Via de acesso ao CCEN	Estudante bate carro em árvore.
09/03/2017	CCHLA	Estudante pichando parede. Pichação apagada.
10/03/2017	CCSA	Servidora denuncia desaparecimento de três gatos.
14/03/2017	C E	Morte de um filhote de gata.
16/03/2017	Residência – Campus I	Gata encontrada morta.
20/03/2017	Ao lado da CAPELA	Roubo contra Funcionário.
21/03/2017	IDEP/CTDR/MANGABEIRA	Arrombamento com furto de patrimônio e outros equipamentos.
26/03/2017	Centro de Vivência	Porta aberta. Equipamentos expostos.
27/03/2017	Banheiro CCHLA	Aluna esquece Celular.
28/03/2017	CBIOTEC	Vigilante detém elemento em flagrante. PF.
29/03/2017	Depto. ED Física	Furto de bicicleta de aluno.
29/03/2017	CCAE - Rio Tinto	Furto de patrimônio.
30/03/2017	Estacionamento Reitoria	Furto de objetos de veículo com arrombamento.

Abril / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
04/04/2017	CCHLA	Vigilante aborda estudante de SKATE no corredor.
06/04/2017	Estacionamento C. De Vivência	Furto de objetos de veículo com arrombamento.
06/04/2017	CCHLA	Vigilante detém elemento q tentou levar sua arma.
07/04/2017	Estacionamento C. De Vivência	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.

DATA	LOCAL	TIPO
07/04/2017	EJA	Aluna denuncia agressão de ex-aluno do EJA.
18/04/2017	Entrada para o HULW	Acidente de trânsito.
22/04/2017	Residência -Campus I	Aluna denuncia residente por agressão a um animal
22/04/2017	Residência -Campus I	Residente denuncia outro por impedi-lo de entrar em seu quarto.
23/04/2017	Agência da CEF	Fumaça. Alarme disparado. PM acionada.
24/04/2017	C.A de Arquivologia	Furto de mochila com equipamentos.
25/04/2017	Estacionamento do C. Vivência	Furto de veículo

Maio / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/05/2017	Campus I	Falta de Energia a partir das 13:40 h.
02/05/2017	Campus I	Ainda faltando energia no Campus.
03/05/2017	Almoxarifado Central	Caminhão danifica telhas.
03/05/2017	Próximo Caixa D'água	Poste tombado.
04/05/2017	DCE(VIVÊNCIA)	Furto de dinheiros e mochila e um carregador.
07/05/2017	Campus I/Residência	Residente picham parede em protesto a falta de energia.
07/05/2017	Piscina/Área de Esportes	Residente utilizam piscina indevidamente.
08/05/2017	Estacionamento do CCJ	Queda de galho de árvore sobre veículo.
11/05/2017	C E	Aluno denuncia estar sendo assediado por outro.
11/05/2017	C E	Denunciado por assédio dá sua versão.
12/05/2017	Fonoaudiologia/CCS	Alunos consumindo bebidas. Contraria ato 01/2016
13/05/2017	BASE	Grupo de residentes solicitam usar piscina.
16/05/2017	Estacionamento do CCEN	Furto de estepe (externo/embaixo)
20/05/2017	Agência da CEF	Alarme dispara. Fumaça. PM acionada.
22/05/2017	Ambiente de Atletismo	Perda de chaves. Furto de equipamentos.
23/05/2017	Restaurante Universitário	Furto de botijões com arrombamento.

DATA	LOCAL	TIPO
24/05/2017	Campus I	Falta de energia das 23:00 às 01:22 horas.
25/05/2017	BASE/SESEG	Aluno assediado trás testemunha do fato.
25/05/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.
25/05/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos de veículo com arrombamento.
25/05/2017	Caixa D'água	Desperdício de água
27/05/2017	CCM	Caminhão danifica calçada.
27/05/2017	Área de Esportes/Piscina	Residente ameaçam invadir a piscina.
28/05/2017	BASE/SESEG	Curto-circuito danifica Base do Rádio UFPB e outros equipamentos.

Junho / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
02/06/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.
02/06/2017	Morfologia/CCS	Aluna esquece celular na tomada e ele desaparece.
02/06/2017	RECOGÁS/LES/CT	Sala aberta. Equipamentos recolhidos p/ Base.
07/06/2017	SESEG	Membros da CBDA registram ocorrências de morte de gatos entre janeiro e junho/2017.
09/06/2017	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.
12/06/2017	SEDE DO DCE/VIVÊNCIA	Furto de celular.
13/06/2017	Residência Universitária	Alunos consumindo bebida alcoólica.
21/06/2017	Estacionamento CEF	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.
26/06/2017	CTDR/Mangabeira	Furto de Projetor Multimídia

Julho / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/07/2017	C.A de Geografia	Devolução de Bicicleta
01/07/2017	IDEP/Mangabeira	Falta de energia
06/07/2017	Estacionamento Biblioteca Central	Furto de objetos de veículo sem arrombamento.
07/07/2017	C.A. de BIOLOGIA	Festividade com consumo de bebida alcoólica.
14/07/2017	CCHLA	Funcionário cai da bicicleta e se machuca gravemente.
15/07/2017	Residência Universitária Mista	Residente coloca estranho dentro do prédio para consumir bebida alcóolica.
17/07/2017	Sala NPDSM/ CCHLA	Furto de notebook de aluno.
18/07/2017	C.A de Geografia	Alunas denunciam que ocupante do CA(Frederico) levou objetos de lá para a RUM.
19/07/2017	Residência Universitária Mista	Segurança acompanha servidores da PRAPE em retirada de aluno irregular na RUM.(Frederico)
19/07/2017	Residência Universitária Mista	Segurança acompanha servidores da PRAPE em desocupação de quarto na RUM (Manolo)
19/07/2017	Residência Universitária Mista	Denuncia de agressão entre um residente e uma aluna não residente.
26/07/2017	Praça da Alegria /CCHLA	Segurança recolhe chave de moto na ignição.
27/07/2017	Estacionamento da CEF	Segurança detém elemento tentando furtar bicicleta.
29/07/2017	Centro de Educação	Professora denuncia aluno conduzindo cachorro sem a guia dentro do Campus.
29/07/2017	Campus I	Falta de energia.
29/07/2017	Fonoaudiologia / CCS	Salas deixadas abertas.
29/07/2017	Quiosque GE e Fonoaudiologia/CCS	Aluno tentando dormir no Campus.

Agosto / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/08/2017	Proximidades da EBE	Caminhão não identificado danifica poste.
02/08/2017	Centro de Vivência	Furto de bicicleta. Fato ocorrido no dia anterior.

DATA	LOCAL	TIPO
02/08/2017	Praça da Alegria/CCHLA	Aluno (Manolo) registra ter sofrido ameaça da parte de outro aluno (Frederico)
02/08/2017	Praça da Alegria/CCHLA	Aluno denunciado (Frederico) também registra queixa contra seu acusador (Manolo)
04/08/2017	Coreto /CCS	Professora denuncia furto de tampa da carroceria de seu veículo.
07/08/2017	Ambulatório do HULW	Funcionário destrata vigilante.
08/08/2017	Ambulatório do HULW	Funcionário destrata vigilante.
11/08/2017	Estacionamento C. Vivência/BC	Furto de objetos do interior de veículo.
14/08/2017	Estacionamento do C T	Furto de placas de veículo.
15/08/2017	Campus I	Aluna denuncia ex-companheiro por ameaças.
18/08/2018	Guarita II	Motorista danifica cones.
18/08/2017	CCTA	Denuncia de sumiço de gata e envenenamento de gato.
19/08/2017	Almoxarifado Central	Vigilante encontra objetos dentro de caminhão baú.
19/08/2017	Recogás/ CEAR	Vigilante recolhe chaves deixadas na porta.
23/08/2017	Residência Universitária Mista	Residentes tiram cadeiras da GC para RUM.
23/08/2017	Corredor bloco adm. do C T.	Furto de bicicleta de aluno.
24/08/2017	Estacionamento C Vivência/BC	Furto de objetos do interior de veículo.
25/08/2017	Sala PG/Filosofia / CCHLA	Arrombamento sem furto de objetos.
25/08/2017	Estacionamento do D. Música	Furto de objetos do interior de veículo. Com Arrombamento.
28/08/2017	Geociências/ CCEN	Vigilante frustra furto de bicicleta. Elemento foge deixando ferramentas.
29/08/2017	Dept. Matemática	Desaparecimento de cadeira do corredor.
29/08/2017	CEAR -	Desentendimento entre servidores que vão as vias de fato.
30/08/2017	Estacionamento CCTA	Objeto pendurado danifica veículo.
31/08/2017	Obra por trás CCTA	Aluna denuncia assédio sofrido por desconhecido.
31/08/2017	Guarita II	Cidadão danifica cone novamente.
31/08/2017	Laboratório/DSE/CCEN	Furto de objetos sem arrombamento.
31/08/2017	CCEN	Furto de celular durante comemoração de aniversário de aluna.

Setembro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
05/09/2017	Estacionamento Reitoria	Furto de objetos do interior de veículo com arrombamento.
09/09/2017	Campus I	Falta de energia.
10/09/2017	Estacionamento da CEF	Furto de Objetos do interior de veículo SEM arrombamento. Dia (06/09)
12/09/2017	CBiotec	Professora denuncia maus tratos a gatos e morte de um gato.
14/09/2017	Guarita II	Cidadão lança carro sobre os cones.
19/09/2017	Via CCJ / Guarita V	Acidente de trânsito envolvendo três veículos.
20/09/2017	CCM; CCS e RUM	CBDA denuncia abandono de animais e maus tratos
21/09/2017	C.E.	Morte de um gato.
21/09/2017	CCHLA /Laterla CLIN PSICOL	Prédio Pichado.
22/09/2017	Guarita IV/ CCS	Porteiro encontra cachorro morto.
29/09/2017	Estacionamento C de Vivência.	Furto de Objetos do interior de veículo com arrombamento.
30/09/2017	Campus I	Concurso realizado sem comunicação e falta de energia.

Outubro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
04/10/2017	Campus I	CBDA registra abandono de animais no Campus.
07/10/2017	DSE/CCEN	CBDA registra abandono de animais no Campus.
13/10/2017	C.A. de Estatística/CCEN	Arrombamento sem FURTO de objetos.
13/10/2017	Centro de Vivência	Colisão entre veículos.
13/10/2017	Campus I	CBDA registra morte e abandono de animais no Campus.

DATA	LOCAL	TIPO
15/10/2017	DCE -Centro de Vivência	Sala deixada aberta.
21/10/2017	C.A de Geografia	Ambiente deixado aberto.
21/10/2017	Restaurante Universitário	Portão da garagem quebrado.
24/10/2017	WC do CCM	Arma encontrada entregue a Base e devolvida ao proprietário.
24/10/2017	Residência Universitária	Porteira denuncia aluno por assédio (Frederico)
25/10/2017	Restaurante Universitário	Arrombamento de almoxarifado com FURTO de Patrimônio.
27/10/2017	Campus I.	Colisão entre veículos. Samu acionado.
29/10/2017	CT	Aluno registra furto de Tablete ocorrido em 27.10.

Novembro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/11/2017	Campus I	CBDA denuncia abandono e maus tratos a animais
01/11/2017	Escola Básica Educação - CRECHE	Professora relata comportamento agressivo de pai de usuário da EBE (Creche)
03/11/2017	Estacionamento C. De Vivência	Furto de objetos do interior de veículo SEM arrombamento.
06/11/2017	Campus I	CBDA registra abandono de animais no Campus.
06/11/2017	C.A de Física e Estatística	Arrombamento sem furto.
07/11/2017		Agressão e ameaça a prestadora de serviço de limpeza.
10/11/2017	Campus I	Mudança de empresa de vigilância. Força Alerta x INTERFORT.
12/11/2017	Anel externo	Furto de gradil.
13/11/2017	Passarela /CCEN	Acidente com cadeirante.
16/11/2017	Anela externo próximo G II	Retirada de gradil (10 peças)
17/11/2017	Estacionamento da Reitoria	Aluno devolve bolsas encontrada. Havia sido furtada de veículo.

DATA	LOCAL	TIPO
18/11/2017	Restaurante Universitário	Cadeado do almoxarifado não trava.
23/11/2017	Estacionamento CCTA	Furto de Skate.
24/11/2017	CCSA	Discussão entre professores por questão de alimentação de animais no Campus.
30/11/2017	Campus I	Empresa Interfort faz entrega parcial de armamento.
30/11/2017	Restaurante Universitário	Portão aberto. Janelas e portas também.

Dezembro / 2017

DATA	LOCAL	TIPO
01/012/2017	CCJ	Bicicleta apreendida. Liberada após identificação do proprietário.
04/12/2017	L.E.U/Geociências/CCEN	Aluna sofre roubo
05/12/2017	Restaurante Universitário	Furto de botijões de gás.
07/12/2017	CCJ	Aluno denuncia abordagem de vigilantes da Interfort.
11/12/2017	Depto. Matemática / CCEN	Professora denuncia morte de gatos.
13/12/2017	Garagem Central	Permissionário ofende porteiro.
14/12/2017	Centro de Vivência	Vigilante detém aluno riscando parede.
20/12/2017	Campus I.	CBDA faz relato de abando e maus tratos a animais.
21/12/2017	Praça da Alegria/CCHLA	PC prende elementos com droga e simulacro.
22/12/2017	Campus I.	CBDA denuncia morte e abandono de animais.
22/12/2017	Estacionamento lateral BC	Furto de objetos do interior de veículo.
22/12/2017	RU	CBDA denuncia existência de carcaças de animais na parte de trás do RU.
22/12/2017	Praça da Alegria/CCHLA	Briga entre jovens por causa de aluna. PM acionada, envolvidos conduzidos para Central de Polícia.

ANEXO E - Estatísticas de ocorrências 2018

TIPO DE OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL 2018
FURTO CONTRA O PATRIMÔNIO	00	00	00	02	00	00	01	00	01	00	00	00	04
DANO/ VANDALISMO CONTRA O PATRIMÔNIO	02	01	01	03	01	02	01	01	00	03	01	00	16
DANO /VANDALISMO CONTRA PERMISSONÁRIOS	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	01	03
FURTO DE OBJETOS DE TERCEIROS (BOLSAS, CELULARES ETC...)	00	00	00	01	01	01	02	02	01	01	01	00	10
FURTO DE VEÍCULOS (CARRO)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE MOTOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE SOM ou OBJETOS DO INTERIOR DE VEÍCULOS	02	01	02	01	02	01	00	01	01	02	00	01	14
ROUBO	00	00	00	00	00	00	01	00	01	01	00	00	03
ASSALTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
MORTE e /ou maus tratos de ANIMAIS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02	00	01	03
TOTAL MENSAL	04	02	04	07	05	04	05	04	04	09	02	03	53

ANEXO F – Ocorrências discriminadas 2018

Janeiro / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
02/01/2018	Fonoaudiologia/CCS	Portas deixadas abertas.
06/01/2018	HULW	Visitante ameaça porteiro. Segurança acionada.
10/01/2018	Guarita II	Aluno reclama de abordagem de vigilantes.
15/01/2018	Clínica de Fisioterapia/CCS	Alarme dispara. Situação averiguada. Normal.
20/01/2018	RU	Janela cai do lugar.
22/01/2018	Estacionamento do CCEN	Segurança recolhe câmera que havia caído.
23/01/2018	Área da Residência/GC	Vigilantes impedem furto de TV da Residência.
25/01/2018	Estacionamento C. De Vivência.	Furto de objetos do interior de veículo com arrombamento.
26/01/2018	HULW/REGULAÇÃO	Paciente agride chefe do setor.
30/01/2018	Estacionamento C. De Vivência.	Furto de objetos do interior de veículo SEM arrombamento.
30/01/2018	Residência Universitária	Agressão contra residente. PM acionada. Agressor conduzido para Central de Polícia.

Fevereiro / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
05/02/2018	PU	Vigilante suspeita de elementos estejam assaltando motorista de UBER. PM acionada elementos presos.
09/02/2018	Proximidades Capela	Encontrado celular e dinheiro.
09/02/2018	Estacionamento C. De Vivência	Veículo de coordenador do RU riscado.
15/02/2018	E.E.Básica /Creche	Pai de aluno danifica cadeira. Situação resolvida.
17/02/2018	CCM	Patrulha localiza moto roubada.
18/02/2018	HULW	Suposto proprietário da moto se apresenta e é conduzido

DATA	LOCAL	TIPO
		para a Central de Polícia.
19/02/2018	Mata prox. Depto. Geociências	Segurança encontra bicicleta.
20/02/2018	Mídias Digitais.	Professora denuncia ter sido agredida verbalmente por professor.
27/02/2018	Estacionamento CEF	Furto de objetos do interior de veículo SEM arrombamento.

Março / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
01/03/2018	CCJ	Professor denuncia está sendo ameaçado por aluno.
05/03/2018	CCJ	Aluno nega ameaças e diz está sendo intimidado por professor.
05/03/2018	Estacionamento C. De Vivência.	Tentativa de arrombamento de veículo.
05/03/2018	Estacionamento C. De Aulas	Colisão entre veículos.
05/03/2018	Estacionamento Reitoria	Vigilante encontra bolsa.
07/03/2018	HULW	Furto de celular de acompanhante.
07/03/2018	CCHLA	Vigilante recolhe bicicleta abandonada.
08/03/2018	Estacionamento do CCHLA.	Furto de objetos do interior de veículo.
09/03/2018	Estacionamento do CCTA.	Furto de objetos do interior de veículo. SEM sinais de arrombamento.
12/03/2018	Coordenação de Geografia/CCEN	Coordenador denuncia aluno (Frederico) por agressão verbal e ameaças.
13/03/2018	Geografia /CCEN	Aluno denuncia ter sido ameaçado por outro (Frederico)
18/03/2018	Anel externo prox. do HULW.	Queda de galho de árvore sobre a cerca danifica gradil.
20/03/2018	Estacionamento do HULW.	Queda de árvore sobre estabelecimento comercial.
28/03/2018	Geografia /CCEN	Aluno (Frederico) ameaça vigilante e aluna.
29/03/2018	Guarita II	Elementos tentam tomara arma do vigilante, mas não

DATA	LOCAL	TIPO
		obtiveram êxito.
31/03/2018	Campus I.	Falta de energia.

Abril / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
03/04/2018	Estacionamento C. De Aulas	Conflito por vaga envolvendo aluna.
03/04/2018	Prox. Nova Prefeitura/CCS	Queda de árvore sobre veículo.
04/04/2018	DSE/CCEN	Furto de objetos.
08/04/2018	Prefeitura Velha	Queda de árvore sobre alojamento.
08/04/2018	Anel externo.	Desaparecimento de gradil.
10/04/2018	Central de Aulas	Caminhão derruba câmera. Funcionário recolhe para a Base de segurança.
14/04/2018	Por trás do CCJ/Anel externo.	Faltando gradil após queda de árvore.
14/04/2018	Anel externo. Proximidades G I.	Colisão entre veículos causa danos ao muro da UFPB.
15/04/2018	Estacionamento C. de Vivência.	Furto de objetos do interior de veículo. SEM sinais de arrombamento.
17/04/2018	Anel externo. HU-Morfologia.	Falta de um gradil.
25/04/2018	CCEN	Caixa eletrônico removido.
28/04/2018	Geociência / CCEN	Bicicleta encontrada abandonada.
30/04/2018	C.A de Enfermagem /CCS	Discussão entre alunos ocupantes do C.A

Maio/2018

DATA	LOCAL	TIPO
02/05/2018	Estabelecimento CCTA	Professora denuncia furto de calotas.

DATA	LOCAL	TIPO
04/05/2018	WC / Ginásio de Esportes	Cidadão detido no WC feminino.
04/05/2018	Centro de Educação	Permissionária denuncia arrombamento de box a mando da PU.
08/05/2018	Via entre Morfologia e PU/CCS	Colisão entre veículos.
08/05/2018	Estacionamento CCJ.	Pessoas desrespeitam isolamento de área e estacionam veículos em local de serviço.
09/05/2018	Estacionamento Central de Aulas	Colisão entre carro e moto.
11/05/2018	Estacionamento Of .Mec / CT	Queda de galho de árvore sobre veículo
11/05/2018	Estacionamento do C T	Furto de objetos do interior de veículo.
15/05/2018	Estacionamento do HULW	Segurança impede suicídio.
16/05/2018	Calçada da G II.	Queda de galho de árvore.
18/05/2018	Estacionamento C. De Vivência	Tentativa de arrombamento de veículo.
18/05/2018	CCSA	Aluno consumindo droga.
19/05/2018	Estacionamento C. De Vivência	Furto de objetos do interior de veículo.
20/05/2018	CCS	Ambientes deixados abertos.
20/05/2018	Almoxarifado Central	Veículo da UFPB deixado aberto com equipamentos.
22/05/2018	Estacionamento da CEF	Veículo danifica carro da UFPB e se evade do local.
23/05/2018	Via Reitoria/Centro de Vivência	Colisão entre carro e moto.
25/05/2018	Centro de Tecnologia	Aluno policial é desacatado e prende suspeito.
25/05/2018	Residência Universitária	Furto de bicicleta de aluno.
29/05/2018	Estacionamento do CBIOTEC	Furto de parte de painel de motocicleta POP.

Junho / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
05/06/2018	Corredor do CCHLA- Sl. 512	Furto de bicicleta de aluna.
06/06/2018	Proximidades da Guarita V/CT	Colisão entre carro e moto.
07/06/2018	Estacionamento Reitoria	Furto de objetos do interior de veículo.
11/06/2018	C.A .de Estatística/CCEN	Denuncia de prática de furto. Suspeito conhecido.

DATA	LOCAL	TIPO
11/06/2018	Unidade de Diagnóstico/CCS	Salas abertas
15/06/2018	Proximidade do Almoxarifado Central	Queda de árvore causando danos na cerca da UFPB.
15/06/2018	Sala Pet Física/CCEN	Grupo utilizando ambiente para consumo de bebidas e ainda recusam-se a se identificarem.
18/06/2018	Campus I	Acidente de trânsito. Envolvidos entram em acordo.
24/06/2018	Almoxarifado da PU ou Central?	Queda de árvore causando danos na cerca da UFPB.

Julho / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
10/07/2018	Proximidades da CAPELA	Professor denuncia que quase foi atropelado por motoqueiro na calçada.
10/07/2018	Campus I	Falta de energia/Disparo de alarme de agência bancária.
11/07/2018	Campus I	Falta de energia.
13/07/2018	Proximidades da P.U.	Acidente de trânsito envolvendo ambulância e veículo de servidor da PU.
17/07/2018	Dept. de Educação Física/CCS	Furto de bicicleta de aluna.
18/07/2018	Sala de aula no CCSA.	Elemento armado pratica roubo contra professora e alunos.
19/07/2018	Praça da Alegria/CCHLA	Segurança detém e conduz aluno para Central de flagrantes por desacato e desobediência.
21/07/2018	CCEN/Administração	Furto de torneira em WC feminino deixa água vazando no local.
21/07/2018	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	PF detém e conduz residentes para autuação por tráfico de drogas.
25/07/2018	Entrada da Guarita II	Desentendimento de trânsito culmina em agressão contra mulher.
25/07/2018	Biblioteca Central	Furto de notebook (patrimônio)
27/07/2018	Depto. Patologia/CCS	Acidente de trânsito envolvendo professora e aluna.

DATA	LOCAL	TIPO
		Acordo entre as partes.
29/07/2018	CCSA -C.A de Economia e container EBT.	Acessos deixados abertos.
31/07/2018	CCTA	Furto de bicicleta de aluno. (sem cadeado)

Agosto / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
05/08/2018	STI	Desligamento da rede por pessoa desconhecida sem arrombamento da porta principal.
05/08/2018	RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	Aluna residente denuncia colega por ameaças.
06/08/2018	C E	Aluna relata roubo de celular.
06/08/2018	Estacionamento Centro Vivência	Furto de objetos do interior de veículo. SEM ARROMBAMENTO.
06/08/2018	Campus I	Falta de energia elétrica.
07/08/2018	Antes do CTDR/Mangabeira	Roubo de celular de estudante.
08/08/2018	Percurso Reitoria/CCS	Denuncia de abandono de animal. Suspeito se evade sem esperar desfecho do caso.
08/08/2018	Agência CEF / UFPB	Estudante preso dentro da agência após alarme disparar. Furtando objetos.
09/08/2018	Agência CEF / UFPB	Peritos da PF fazem perícia na CEF.
13/08/2018	Estacionamento C.Aulas	Ciclista atropelado por veículo.
13/08/2018	Residência Universitária	Aluna residente denuncia colega por troca de fechadura do quarto.
13/08/2018	Residência Universitária	Acusada nega ter trocado fechadura de quarto.
16/08/2018	LAB LASER/D.Q/CCEN	Professores acusam Chefe de Departamento de trocar fechadura de sala de projeto.
17/08/2018	Central d e Aulas	Diretor solicita segurança para relatar caso de assédio contra estudante. Acusado diz não ter feito nada.
18/08/2018	CCHLA	Senhora destrata vigilantes. Ela estava dando banho

DATA	LOCAL	TIPO
		em uma criança usando o bebedouro para isto.
23/08/2018	Estacionamento B Setorial/CCS	Furto de bagageiro de veículo.
25/08/2018	LAB LASER/D.Q/CCEN	Professores acusam Chefe de Departamento de trocar fechadura de sala de projeto.
25/08/2018	Estacionamento Elefante Branco CCS	Furto de limpadores de para-brisa de veículo.

Setembro/2018

DATA	LOCAL	TIPO
02/09/2018	CCTA	Segurança detém estudante que pulou muro e tentou tomar arma de vigilante.
03/08/2018	Estacionamento Central Aulas	Veículo do Estado vem pernoitando há algumas noites.
04/09/2018	Ambiente dos prof. CCEN	Queda de parte do forro do teto.
07/09/2018	NUPA	Roubo de equipamento do vigilante.
10/09/2018	Sala 510 CCHLA	Furto de notebook de aluna.
11/09/2018	Saída lateral da BC/CCEN	Acidente entre carro e moto.
11/09/2018	Praça da Alegria/CCHLA	Correria. Provável acerto de contas entre meliantes.
13/09/2018	Proximidades da CEF	Aluna cai da bicicleta. Samu acionado.
13/09/2018	Centro de Vivência	Desocupação de comércio gera discussão.
13/09/2018	Centro de Vivência	Desocupação de comércio gera discussão II.
13/09/2018	Praça da Alegria/CCHLA	Abordagem a elementos com drogas. PM acionada. Suspeitos conduzidos para a Central de Polícia.
13/09/2018	BASE/UFPB	Aluno detido queixa-se de vigilante terceirizado.
14/09/2018	Pós de Fisioterapia/ED Física.	Furto de data show.
23/09/2018	CCSA	Desentendimento entre vigilantes terceirizados.
26/09/2018	Estacionamento da CEF	Furto de objetos do interior de veículo. S/A.
30/09/2018	Casa de Hermano José	Vigilante abandona o posto.

Outubro / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
01/10/2018	Estacionamento CCHLA	Furto de retrovisores de veículo.
03/10/2018	E T S /CCS	Aluno faz uso indevido da edificação.
03/10/2018	CCTA	Alunos picham prédio. Professor assume responsabilidade pelo fato.
04/10/2018	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos do interior de veículo. C/A.
04/10/2018	CCSA	Aluna denuncia aluno por assédio.
07/10/2018	Estacionamento do CCS	Veículo tem vidro estilhaçado. Sem furto.
13/10/2018	Residência Universitária	Alunos registram falta de água.
15/10/2018	Morfologia / CCS	Aluno surta e entra na nu na mata. BM acionado.
16/10/2018	CCHLA	Roubo de celular de aluno. Elemento simulou está armado.
17/10/2018	Por trás do RU /bomba D'água.	Membro da CBDA denuncia que pessoas retiram vasilhames de água e comida dos animais.
17/10/2018	Estacionamento do CT	Ônibus danifica luminária.
18/10/2018	Depto Estatística /CCEN	Participante de evento danificam fechadura de banheiros.
19/10/2018	Centro de Vivência	Furto de objetos do interior de veículo. S/A.
24/10/2018	Por trás do RU /bomba D'água.	Professora denuncia que pessoas retiram vasilhames de água e comida dos animais.
31/10/2018	Pça de Esportes/E Física/SI 4 DF 1	Sala deixada aberta.

Novembro / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
01/11/2018	CCEN	Veículo danifica mureta e grade da UFPB.
14/11/2018	Imediações do Santander	Abalroamento entre veículos.
14/11/2018	BASE	Registra falta de água dificultando o serviço.
16/11/2018	Em frente ao INOVA/UFPB	Veículo bate em árvore.

DATA	LOCAL	TIPO
18/11/2018	BASE	Registra falta de água dificultando o serviço.
21/11/2018	Campus I	Falta de energia elétrica.
24/11/2018	Banco Santander	Aluna esquece carteira sobre caixa.
27/11/2018	Estacionamento da Biblioteca Central	Furto de bicicleta de terceirizado.
28/11/2018	Praça da Alegria	Jovem agride vigilantes. PM conduz para a Central de Polícia.
29/11/2018	CCHLA	Jovens denunciam abordagem de funcionário.
30/11/2018	BASE da SESEG	Funcionário dá sua versão sobre ocorrência anterior. O mesmo é pai de uma das jovens.

Dezembro / 2018

DATA	LOCAL	TIPO
03/12/2018	BASE da SESEG	Mãe de jovem detido diz que houve agressão contra ela e o filho em abordagem da vigilância terceirizada na noite de 30.11.2018.(Ravi)
04/12/2018	PRAPE	Estudante se queixa de não poder entrar na PRAPE para ser atendido.
05/12/2018	BASE da SESEG	Versão da Supervisão UFPB sobre a denúncia do dia 03.12.2018.(episódio 30.11.2018-Ravi Lacerda).
13/12/2018	Lanchonete Eli Refeições/CT/CCJ	Proprietário faz relato de prática de atos libidinosos por casal homo feminino. Situação gerou manifestação.
17/12/2018	Lanchonete Eli Refeições/CT/CCJ	Proprietário relata pichação de cunho difamatório. Dano contra permissionário.
17/12/2018	Depto. de Música	Professor denuncia violação de sua sala. Fato havia sido autorizado pelo Chefe do DM.
19/12/2018	CE/SESEG	Servidor entrega celular na Base da SESEG.
19/12/2018	CCSA	Professora registra morte de gatos.
21/12/2018	Estacionamento C. de Vivência	Furto de valores do interior de veículo sem arrombamento.

DATA	LOCAL	TIPO
25/12/2018	STI	Disparo acidental. Ninguém ferido.

ANEXO G - Estatísticas de ocorrências 2019

TIPO DE OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG O	SET	OU T	NO V	DEZ	TOTAL ANUAL 2019
FURTO CONTRA O PATRIMÔNIO	01	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	02
DANO/ VANDALISMO CONTRAO PATRIMÔNIO	01	00	03	00	01	02	00	01	02	00	02	01	13
DANO /VANDALISMO CONTRA PERMISSIONÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	01
FURTO DE OBJETOS DE TERCEIROS (BOLSAS, CELULARES ETC...)	01	05	02	00	01	01	02	04	01	00	00	01	18
FURTO DE VEÍCULOS (CARRO)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE MOTOS	00	01	01	01	00	01	00	00	00	00	00	00	04
FURTO DE SOM ou OBJETOS DO INTERIOR DE VEÍCULOS	02	01	02	01	01	00	00	00	01	00	00	00	08
ROUBO	00	00	01	01	00	01	02	00	00	00	00	00	05
ASSALTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS/Correios etc	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01
ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
MORTE e /ou maus tratos de ANIMAIS/ Ataque de animais	01	05	00	01	00	01	01	00	00	01	01	01	12
TOTAL MENSAL	06	12	09	05	03	07	05	05	04	02	03	03	64

ANEXO H – Ocorrências discriminadas 2019

Janeiro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
03/01/2019	LPM/CT	Furto de patrimônio. (condensadora de ar).
05/01/2019	Geociências	Vigilante cria mal-estar com aluno.
17/01/2019	Lateral da B. Central	Vigilante encontra gatos abandonados
18/01/2019	Laboratório Espectroscopia/CCEN	Retirada de equipamento causa desentendimento entre Chefes de Departamentos de Química e Física.
18/01/2019	Estacionamento da B. Central	Furto de objetos do interior de veículo com arrombamento.
21/01/2019	Por trás do RU (Oficina Atelier)	Gato encontrado agonizando (provável envenenamento) PC levou para perícia.
21/01/2019	Estacionamento da CEF	Furto de objetos do interior de veículos <u>sem</u> arrombamento.
23/01/2019	Residência Mista -Campus I	Residente denuncia que ex-namorada invadiu seu quarto e furtou dinheiro dele.
23/01/2019	Residência Mista -Campus I	Denunciada na ocorrência anterior dá sua versão.
24/01/2019	Fisiologia e patologia /CCS	Professor relata ato estranho. Buraco na caixa. Meia deixada no local.
27/01/2019	CCEN/ADM.	Vidro da porta estilhaça por ação do vento.
28/01/2019	Lab CHIP III/CCHLA	Curto-circuito provoca princípio de incêndio.

Fevereiro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
05/02/2019	Estacionamento B. Central	Furto de objetos do interior de veículos <u>sem</u> arrombamento.
06/02/2019	Depósito mat. limpeza/ CCS	Ambiente deixado aberto.

DATA	LOCAL	TIPO
06/02/2019	C.A. de enfermagem /CCS	Ambiente deixado aberto.
08/02/2019	Estacionamento C. de Aulas	Furto de placas de veículo.
08/02/2019	Percurso CT / CCS	Furto de casaco de dentro de mochila nas costas.
09/02/2019	Sala 101 bloco A/ C. de Aulas	Patrulheiro encontra várias bebidas alcoólicas.
11/02/2019	DEMID/CCTA	Funcionária denuncia ter sido desacatada por candidatos ao Mestrado em Comunicação.
11/02/2019	Estacionamento C. de Aulas	Acidente entre veículos. Sem acordo.
13/02/2019	Estacionamento CCS	Furto de parafusos da roda do veículo.
15/02/2019	Quadra de Ed. Física/CCS	Furto de bicicleta com arrombamento de cadeado.
17/02/2019	Próximo ao CEDESP	Queda de árvore.
18/02/2019	Estacionamento EDITORA	Gato encontrado morto.
18/02/2019	Residência Mista- Campus I	Furto de bicicleta
18/02/2019	Sec. De Química/CCEN	Gato encontrado morto.
26/02/2019	Estacionamento Depto. De Música	Furto de motocicleta SHINERAY.
26/02/2019	Reitoria	Professora denuncia cidadão furtando ração dos gatos.
27/02/2019	Residência Mista- Campus I	Residente denuncia que teve gato envenenado.
28/02/2019	Em frene a DIPA	Servidora registra morte de dois gatos com sinais de envenenamento.

Março/2019

DATA	LOCAL	TIPO
01/03/2019	LABES 03/ C T	Arrombamento de portão e furto de tubulação de cobre.
01/03/2019	Estacionamento C. de Aulas	Briga de casal. PM acionada. Casal conduzido para Central de Polícia.
02/03/2019	Pça da Alegria /CCHLA	Segurança recolhe bicicleta abandonada.
04/03/2019	D.V.I / CEAR	Arrombamento de porta do DVI. Sem furto.

DATA	LOCAL	TIPO
08/03/2019	Bicicletário /B. Central	Furto de bicicleta de funcionário.
08/03/2019	Por trás do SINTESPB	Roubo contra funcionário.
12/03/2019	Estacionamento Fisioterapia/CCS	Furto de motocicleta SHINERAY.
15/03/2019	Guarita II	Vigilante sofre tentativa de roubo. Houve reação.
16/03/2019	Guarita II	PF realiza perícia na guarita.
17/03/2019	Via próxima ao SINTESPB	Acidente de trânsito.
20/03/2019	Reitoria	Funcionário registra troca de cilindro da porta de seu ambiente de trabalho sem conhecimento dele.
20/03/2019	Estacionamento C. de Vivência	Furto de bolsa do interior de veículos sem arrombamento. (bolsa devolvida)
20/03/2019	CCTA	Aluno de pós denuncia professora por descumprimento de edital e xingamentos.
22/03/2019	Bicicletário /CCEN	Furto de bicicleta de aluno.
22/03/2019	CCSA	Princípio de incêndio.
23/03/2019	ETS	Preguiça morre eletrocutada no poste.
23/03/2019	Residência Mista – Campus I	Tentativa de invasão de quarto.
25/03/2019	Estacionamento C. de Vivência	Furto de objetos do interior de veículos sem arrombamento.
26/03/2019	Campus I	Falta de energia
27/03/2019	Entrada da G II	Acesso isolado por risco de queda de árvore.
27/03/2019	SVO	Chave do portão quebrou.
29/03/2019	Fonoaudiologia	Sinais de arrombamento. Sem furto.

Abril / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
01/04/2019	BASE/UFPB	Proprietário de fiteiro recolhe seus pertences.
01/04/2019	Residência Mista – Campus I	Residentes reclamam de senhora que coloca comida para gatos nos corredores da casa.

DATA	LOCAL	TIPO
02/04/2019	RU	Terceirizado levando equipamentos destinados a leilão.
02/04/2019	BASE/UFPB	Proprietário de fiteiro recolhe parte de seus pertences.
02/04/2019	Auditório do CCHLA	Filme é exibido apesar dos protestos.
03/04/2019	Estacionamento CCJ	Furto de motocicleta.
03/04/2019	BASE/UFPB	Proprietário de fiteiro recolhe parte de seus pertences.
09/04/2019	C.A de Geografia	Presidente do CA denuncia ameaça de aluno de invadir o local.
09/04/2019	BASE/UFPB	Proprietária de fiteiro recolhe seus pertences.
09/04/2019	Corredor do CCSA	Aluna tem celular furtado por elemento.
12/04/2019	Estacionamento C. de Vivência	Furto de objetos do interior de veículos <u>sem</u> arrombamento.
12/04/2019	Residência Mista – Campus I	Residente faz uso de som alto.
13/04/2019	SVO / CCS	PORTÃO SEM CADEADO.
13/04/2019	Próximo a Guarita I	Vazamento de água.
18/04/2019	Residência Mista – Campus I	Denúncia anônima contra residente que estaria alvejando gatos naquela área.
24/04/2019	Em frente a Reitoria (22:00h)	Roubo contra estudante. (celular)

Maio / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
01/05/2019	Bosque CCS	Residente denuncia abordagem agressiva de vigilante terceirizado.
03/05/2019	Residência Universitária Mista	Residente reclamam de som alto no ambiente.
07/05/2019	Estacionamento C. Vivência	Furto de objetos do interior de veículos <u>sem</u> arrombamento.
08/05/2019	Corredor central do CCHLA	Furto de celular que estava sendo carregado.
20/05/2019	CAMPUS I	Falta de energia
25/05/2019	Estacionamento Reitoria/Fisio	Incêndio em poste de energia
28/05/2019	CBIOTEC	Arrombamento sala sem furto.

Junho / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
03/06/2019	EM FRENTE GOS	STI recolhe equipamentos.
07/06/2019	Estacionamento E Física/CCS	Furto de motocicleta SHINERAY.
07/06/2019	DEMID	Professora denuncia professor de estar ameaçando pessoas durante processo eleitoral interno.
07/06/2019	Depto. de Música	Aluno denuncia agressão e pede afastamento de professor
10/06/2019	Ponto de ônibus CCTA	Aluno denuncia ter sido agredido por um grupo de pessoas após ser acusado de estupro.
12/06/2019	Sala de monitoramento/GOS	Retirada de equipamentos e entrega das chaves ao gerente da GCIT/SSI.
12/06/2019	CA de Física	Aluno denuncia que tomou conhecimento de quem havia arrombado a porta do CA
13/06/2019	Estacionamento por trás CCTA	Professora tem veículo arranhado.
13/06/2019	Estacionamento C. de Aulas	Queda de árvore.
19/06/2019	Praça da Alegria/CCHLA	Bicicleta recolhida para a GOS.
26/06/2019	Corredor do CCHLA	Aluna denuncia ter sido assediada por jovem (RAVI)
27/06/2019	Abacatão/CCTA	Furto de bicicleta de aluna.
28/06/2019	Agência dos Correios	Cidadão tem celular ROUBADO durante o assalto.
28/06/2019	CCSA	Gato encontrado morto. Sinais envenenamento.
29/06/2019	GOS	Cidadão interpela segurança sobre fechamento da G II.
29/06/2019	GUARITA II	Câmera recolhida após ser atingida por árvore.

Julho / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
04/07/2019	Central de Aulas – Sala 103.	Furto de notebook de Professora.
05/07/2019	Proximidades do Bosque /CCS	Aluna registra ter sido atacada por cães e que chegou a ser mordida na perna.
05/07/2019	Biblioteca Central	BC fecha e cidadão fica dentro. Segurança identifica e libera o mesmo.
09/07/2019	Proximidades Depto. ED FÍSICA	Roubo contra funcionária JMT.
19/07/2019	RUFET/CENTRO	Roubo de arma do vigilante

23/07/2019	CCS /BOSQUE	Gata encontrada morta. Sinais envenenamento.
26/07/2019	Bicicletário da Biblioteca Central	Furto de bicicleta.
26/07/2019	Pça da Alegria/CCHLA	Aluno denuncia Mulher que o agride com palavras e acusações. *(Nadja)
27/07/2019	Área da ETS/CCS	Roubo de arma do vigilante
29/07/2019	Cantina Morfologia / CCS	Permissionário denuncia Mulher que o agride com palavras e acusações. *(Nadja)

Agosto / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
05/08/2019	Almoxarifado Central	Porta deixada aberta.
05/08/2019	Restaurante Universitário- R U	Porta e grade deixadas abertas.
05/08/2019	Agência do Banco do Brasil	Acesso de cadeirantes aberto.
07/08/2019	Estacionamento do CCEN	Queda de árvore sobre veículo.
08/08/2019	Via Biblioteca Central /Reitoria	Aluna denuncia ameaças de integrantes de chapa eleitoral do DCE.
08/08/2019	Reitoria	Integrantes de chapa eleitoral do DCE consomem álcool na Reitoria.
12/08/2019	Restaurante Universitário – R U	Alunos flagrados pichando.
15/08/2019	Centro Acadêmico de Geociências	Furto de celular de aluna (madrugada)
19/08/2019	Reitoria	Furto de pertences de porteiro.
23/08/2019	CCSA	Furto de bicicleta.
23/08/2019	Residência Universitária -Campus I	Alunos fazem uso de som alto e de consumo de bebida alcoólica na Residência.
24/08/2019		
27-28/0/2019	REITORIA	Funcionário registra que teve de pular a janela em virtude de horário estudantil.
30/08/2019	Ed. Física	Furto de bicicleta.
30/08/2019		Segurança recolhe bicicleta encontrada.

Setembro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
03/09/2019	Bloco J do CT	Furto de bicicleta.
04/09/2019	Bloco Mídias Digitais	Cadeira exposta (dano patrimônio).

06/09/2019	Sala de Aula do CCM	Estudante de medicina acusa colega de tê-lo agredido.
06/09/2019	Sala de Aula do CCM	Estudante de medicina que fora acusado de agressão por colega, diz que ele que foi agredido.
09/09/2019	C E	Furto de objetos do interior de veículos <u>sem</u> arrombamento.
19/09/2019	CCTA	Alunos fazem pintura no prédio. Segundo professor era trabalho de artes visuais.
29-30/09/2019	Agência da CEF/UFPB	Alarme dispara. PM acionada.

Outubro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
04/10/2019	Morfologia/CCS	Cachorros atacando e mordendo pessoas. Projeto de alimentação de cães.
11/10/2019	Estacionamento de frente a Base	Veículo que estava há muito tempo parado no local é retirado por reboque. Pertence ao NUPLAR. Ramal
11/10/2019	Estacionamento do CT	Motocicleta encontrada. Produto de furto externo. PM acionada. Veículo conduzido a Central de Polícia.
14/10/2019	Estacionamento da Reitoria	Caminhoneta de Projeto do CCEN é deixada no local. (Recolhida para a Garagem em Dez/2019)
17/10/2019	Residência Universitária - Campus I	Polícia Civil de posse de mandato de busca e apreensão conduz residente para a Delegacia.
25/10/2019	Mata por trás da B. Central	Princípio de incêndio.
28/10/2019	Agência Santander	Comunicação de arrombamento seguido de furto.

Novembro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
01/11/2019	Laqa - CCEN	Tentativa de furto de condensadora de ar.
14/11/2019	Estacionamento prox. ao CEDESP	Servidor tem veículo arranhado.
14/11/2019	DEMUS/CCTA.	Alunos denunciam estarem sendo ameaçados por ex-aluno do DEMUS.
14/11/2019	Portão de pedestre da RUM	Estudante danifica ferrolho com a moto.

19/11/2019	Base/GOS	Permissionários denunciam ambulantes vendendo quentinhas no Campus.
19-20/11/2019	Agência do Santander.	Alarme dispara gerando fumaça.
20/11/2019	Lanchonete abandonada no GE	Gato encontrado morto.
22/11/2019	Em frene da ETS/CCS	Segurança encontra celular danificado.
28/11/2019	Acesso Guarita V	PM em perseguição prende elementos na saída da Guarita V.

Dezembro / 2019

DATA	LOCAL	TIPO
03/12/2019	Por trás do CBIOTEC	Grade solta.
06/12/2019	C.A de Eng. ^a de Materiais	Furto de celular de aluna
13/12/2019	CBIOTEC	Bicicleta encontrada. Devolvida ao proprietário.
14/12/2019	Via/ Centro de Educação	Gato atropelado por moto da ronda terceirizada.
28/12/2019	Laboratório de Mastologia/CCEN	Segurança aborda cidadão que entrou sem nada e ao sair do campus conduzia uma mochila.

ANEXO I – Estatísticas de ocorrências 2020

TIPO DE OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG O	SET	OU T	NO V	DEZ	TOTAL ANUAL 2020
FURTO CONTRA O PATRIMÔNIO	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	02
DANO/ VANDALISMO CONTRA O PATRIMÔNIO	00	01	00	00	01	01	01	00	00	01	04	01	10
DANO /VANDALISMO CONTRA PERMISSIONÁRIOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE OBJETOS DE TERCEIROS (BOLSAS, CELULARES ETC...)	00	06	01	00	00	00	01	00	00	00	00	00	08
FURTO DE VEÍCULOS (CARRO)	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
FURTO DE MOTOS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
FURTO DE SOM ou OBJETOS DO INTERIOR DE VEÍCULOS	01	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00	03
ROUBO	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
ASSALTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS/Correios etc	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
ESTUPRO	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
MORTE e /ou maus tratos de ANIMAIS/ Ataque de animais	02	01	00	00	00	01	01	01	00	00	01	00	07
TOTAL MENSAL	03	08	03	00	03	02	03	01	01	02	05	01	32

ANEXO J – Ocorrências discriminadas 2020

Janeiro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
Noite de 15 para 16/01/2020	CAMPUS I.	Integrantes de ong defensora de animais, vistas pela segurança com paus tentando atingir cachorros que estariam segundo elas atacando os gatos.
Noite de 15/ 16/01/2020	C T D R /MANGABEIRA	Falta de energia.
18/01/2020	Posto de vigilância da ETS	Vigilante terceirizado tem atitude incoerente com a atividade e é substituído.
20/01/2020	Estacionamento do Centro de Vivência.	Furto de objetos do interior de veículo SEM arrombamento.
25/01/2020	Livro da gos/SSI	Presidente da CDBA/UFPB encaminha relatos de ocorrências referentes a mortes de animais no campus i da UFPB nos últimos dois anos. (2018/2019)
28/01/2020 NOITE	Escola de Educação Básica/CCS	Grade aberta dando acesso a várias salas. Segurança escuta barulho, faz ronda, mas não localiza ninguém no interior do prédio.
28/01/2020 NOITE	Sala Lampião/CCTA	Escadas de alumínio expostas.

Fevereiro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
04/02/2020 diurno	Agência dos Correios/Centro de Vivência	Roubo arma do vigilante e dinheiro da agência.
04/02/2020	Central de Aulas	Furto de reparos de descarga dos banheiros masculino e feminino.

DATA	LOCAL	TIPO
06*/02/2020	Bloco A do C T	Furto de bicicleta de aluna com arrombamento do cadeado.
05/02/2020	Central de Aulas.	Furto de bicicleta de aluno com arrombamento do cadeado.
05/02/2020	Central de Aulas.	Salas deixadas abertas.
07/02/2020	Central de aulas	Salas deixadas abertas.
08/02/2020	ETS/CCS	Residente é mordido por cão
10/02/2020	Bicicletário do CCJ	Furto de bicicleta de aluno com arrombamento do cadeado.
12/02/2020	Agência do Banco Santander	Tentativa de FURTO de condensadora de ar.
12/02/2020	Praça da Alegria/CCHLA	Jovem surtada. Samu acionado.
12/02/2020	Bicicletário do CT-A	Furto de bicicleta de aluno com arrombamento do cadeado.
12/02/2020	Estacionamento retaguarda Reitoria	Veículo danifica outro ao manobrar e condutor ainda insulta proprietária do veículo danificado que é professora da UFPB.
13/02/2020	CCTA	Possível roubo contra aluna que não veio fazer o registro. (*)
14/02/2020	Bicicletário do CCSA.	Furto de bicicleta de aluno com arrombamento do cadeado.
14/02/2020	Obra parada em frente a GOS.	Equipamentos sendo guardados no local mesmo sem segurança.
15/02/2020	DAD/ED. FÍSICA	Estudante de Ed. Física encontrado com garota desmaiada. Escolta feita até a UPA Bancários.
18/02/2020	Bicicletário do CCJ	Furto de bicicleta de aluno.
18/02/2020	Quadra de Esportes/ DEF	*Residente vem a Base registrar que está sendo caluniado por duas colegas da Residência.
18/02/2020	Prédio da REITORIA	Grupo realiza protesto com vandalismo.
19/02/2020	Entrada da Guarita IV	Motorista terceirizado registra pequena colisão que causou danos ao veículo oficial conduzido por ele.

20/02/2020	Restaurante Universitário	Segurança prende em flagrante elemento tentando furtar
------------	---------------------------	--

DATA	LOCAL	TIPO
		bicicleta de aluno.
21/02/2020	CTDR/Mangabeira	Vigilante do posto tem a arma roubada.
27/02/2020	Centro de Educação – C.E.	Aluno registra ter sofrido ameaça de terceiros após discussão com uma colega de curso.
28/02/2020	Giratória da Guarita II(Reitoria)	Aluno embriagado danifica sistema de irrigação

Março / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
03/03/2020	C.A de Biologia/CCEN	Aluna encontrada desmaiada.
03/03/2020	Próximo ao C.A de Ed. Física	Aluna registra roubo de seu celular
04/03/202	Em frente a CRECCHE(E.E.B.A.)	Contêineres com sinais de arrombamento.
08/03/2020	Base GOS/SSI	Representante de concurso do Ministério do Trabalho comparece a Base para registrar a falta de água durante a realização do concurso no CCJ.
09/03/2020	Estacionamento da Central de Aulas	Furto de veículo. (carro)
10/03/2020	Sala da Elétrica na antiga PU	Furto de objetos da empresa e de um multímetro da UFPB. (Este último foi encontrado mais tarde no armário)
12/03/2020	Asip/Campus I	Funcionário da UFPB retira tijolo da obra parada em frente a Base e trás para a ASIP.
16/03/2020	CCSA/Sala Inês Nóbrega.	Ambiente deixado aberto.
25/03/2020	Acesso portão da RUMF	Abordagem a motociclistas que entraram no Campus em alta velocidade.

Abril / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
02/04/2020	Depto. de Fonoaudiologia/CCS	Segurança recolhe condensadora de Ar para a Base.
17/04/2020	CAMPUS I	Falta de energia. Dificuldade de comunicação.
26/04/2020	RUMF	Jovem denuncia ter sido agredida por aluno residente. (Renê). O mesmo nega a agressão.
27/04/2020	CCTA	Princípio de incêndio em uma condensadora de Ar. Controlado pela patrulha motorizada. Utilizado extintor do local.
30/04/2020	CTDR /Mangabeira	Entregador de alimentos denuncia agressividade de vigilante.

Maio / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
04/05/2020	Floresta do CCS	Aluno se recusa a se identificar. Base Acionada. Identificação realizada. Constatação de aglomeração e não uso de máscaras por residentes.
08/05/2020	RUMF /CAMPUS I	Funcionários do R.U. denunciam residente por agressão verbal e intimidação.
08/05/2020	C T	Patrulha motorizada percebe ausência de monitores.
08/05/2020	CEAR	Patrulha motorizada verifica placas de energia solar soltas.
10/05/2020	Prédio de Arquitetura no CT	Furto de patrimônio com Arrombamento de janela.
10/05/2020	CEAR	Copa deixada aberta.
10/05/2020	Cantina da Praça do CT	Objetos expostos.
10/05/2020	C.A. de Arquitetura/CT	Ambiente deixado aberto.
27/05/2020	IPHARME/ CT	Porta de trás deixada aberta.

Junho / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
03/06/2020	Residência FEMININA	PM acionada por aluna devido quebra de medida protetiva por parte agressor.
07/06/2020	Área Externa/ prox. CBIOTEC	Grade do mural solta.
07/06/2020	Por trás do CT	Andaimes expostos.
29/06/2020	CCTA	Estudante registra morte de gato. Causa provável envenenamento.

Julho / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
12/07/2020	Por trás do CCHLA/Área Externa.	Veículo danifica muro da UFPB.
15/07/2020	CAMPUS I	Falta de energia. Dificuldade de comunicação.
16/07/2020	CTDR/ Mangabeira.	Polícia Federal faz Perícia em sala onde houve sinistro.
18/07/2020	Campus I	Falta de energia programada.
22/07/2020	Campus I	Presidente da CBDA denuncia jovens que estavam andando de patins e acompanhados de um cachorro solto que estava atacando os gatos. Segurança acionada. Situação resolvida.
26/07/2020	Entre Fisioterapia e o Horto da PU/UFPB.	Estudante se queixa de desaparecimento de sua mochila. Patrulha motorizada encontra a mochila e devolve ao proprietário.
31/07/2020	CT	Patrulha encontra extensão elétrica enrolada em uma camisa. Equipamento é devolvido a empresa Brilhante.

Agosto / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
01/08/2020	Obra abandonada em frente a BASE	Engenheiro da empresa Brilhante retira uma saca de cimento do citado local.
13/08/2020	BASE/CAMPUS I	Servidor comparece para informar a saída de duas geladeiras do Centro de Tecnologia.
19/08/2020	Giratória da Guarita I	Colisão entre duas motos. Apenas danos materiais.
19/08/2020	CASA HERMANO JOSÉ/BESSA	Supervisão da UFPB constata portão comprometido pela maresia.
22/08/2020	TV UFPB	Porta lateral deixada aberta.
27/08/2020	Proximidades do CRAS/CCS	Funcionária do HU denuncia grupo de cães que a atacaram com muita agressividade, mesmo ela estando no veículo.
30/08/2020	Engenharia de Produção/CT	Janela de copiadora deixada aberta. Celular próximo a ela foi recolhido para a BASE.
30/08/2020	CCM	Porta principal deixada aberta.

Setembro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
05/09/2020	Acesso da Guarita II	Caminhão que faz entrega na UFPB quebra e precisa pernoitar no local.
05/09/2020	Obra abandonada em frente Base	Grande abertura no tapume do lado da via principal.
08/09/2020	CAMPUS I	Servidor da Elétrica comunica desligamento de transformador da área do Banco de Brasil.
15/09/2020	Casa Hermano José /BESSA	Vigilante do posto vem a base registrar fato ocorrido em 06.09.2020.
20/09/2020	Ely Refeições/CT	Ambiente deixado aberto.
25/09/2020	Proximidades do Coreto/CCS	Aluna denuncia abordagem assediante de vigilante.

DATA	LOCAL	TIPO
30/09/2020	Estacionamento C. de Vivência	Furto de objetos do interior de veículo

Outubro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
01/10/2020	Central de Aulas	Duplicidade de patrimônio
01/10/2020	Estacionamento do HULW	Veículo danificado. Sem furto.
10/10/2020	Residência do Campus I	Dano ao patrimônio
12/10/2020	R U	Protesto estudantil. Sem danos.
14/10/2020	Residência do Campus I	Remoção do entulho
15/10/2020	Estacionamento da CEF	Furto de objetos do interior de veículo
15/10/2020	R U	Protesto estudantil. Sem danos.
19/10/2020	Residência do Campus I	Remoção do entulho
31/10/2020	Por trás da antiga PU	Veículo suspeito.

Novembro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
13/11/2020	CEAR	Morte de cadela.
13/11/2020	RAMPA DA REITORIA	Manifestantes com som alto e realização de performance de nudez e consumo de bebida alcoólica.
14/11/2020	Por trás do CCHLA	Dano ao patrimônio
14/11/2020	Prédios da Reitoria e Biblioteca	Pichação (dano ao patrimônio)
27/11/2020	Rondando	Acidente de moto dano reparado
30/11/2020	Coreto /CCS	Queda do telhado

DATA	LOCAL	TIPO
30/11/2020	Guarita do CT	Dano ao patrimônio (portão danificado)

Dezembro / 2020

DATA	LOCAL	TIPO
01/12/2020	Rampa da Reitoria	Cumprimento de mandado judicial.
03/12/2020	Residência do Campus I	Pró-Reitor da PRAPE agredido em reunião
08/12/2020	Campus I.	Liberação de vigilante por problemas de saúde na família.
09/12/2020	Estacionamento da CEF	Registro de perda de documento
10/12/2020	CUCA	Servidor tem acesso para tombamento de equipamento.
10/12/2020	Residência do Campus I	Aluno denuncia presença de estranho na casa.
12/12/2020	CEAR	Odor de vazamento de gás
13/12/2020	CCEN	Abordagem de ocupantes.
13/12/2020	CCEN	Acesso da segurança a laboratório.
15/12/2020	Reitoria	Manifestantes hostilizam servidor da segurança.
18/12/2020	Reitoria	Pichação da rampa. Dano ao patrimônio.
18/12/2020	Reitoria	Devolução das tendas (SINTESPB)
21/12/2020	CCSA	Cano de água estourado.
23/12/2020	Estacionamento do HULW	Queda de árvore sobre veículos.
27/12/2020	Garagem da Reitoria	Queda do forro.